

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

BEATRICE DAUDT BANDEIRA

Ação humanitária e paz liberal: a atuação da Oxfam no Afeganistão

São Paulo – SP

2023

BEATRICE DAUDT BANDEIRA

Ação humanitária e paz liberal: a atuação da Oxfam no Afeganistão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos Internacionais e Violência nas Sociedades Contemporâneas”.
Orientador: Samuel Alves Soares.
Coorientador: Lívia Peres Milani.

São Paulo – SP

2023

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Bandeira, Beatrice Daudt.

B214 Ação humanitária e paz liberal : a atuação da Oxfam no Afeganistão / Beatrice Daudt Bandeira. – São Paulo, 2023.

119 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Samuel Alves Soares.

Coorientadora: Lívia Peres Milani.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2023.

1. Construção da paz – Afeganistão. 2. OXFAM . 3. Assistência humanitária – Afeganistão. 4. Segurança internacional – Cooperação internacional. I. Título.

CDD 327.172

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Ao analisar as implicações da perspectiva da paz liberal na atuação da Oxfam no Afeganistão, nesta pesquisa é abordado um tema ainda pouco explorado pela literatura de Relações Internacionais: a ação humanitária de atores não governamentais em situações de guerra. O objetivo é contribuir para o avanço do conhecimento e beneficiar acadêmicos e profissionais envolvidos na área da ajuda humanitária internacional. O foco principal é promover uma compreensão mais abrangente e aprofundada das dinâmicas complexas presentes no país estudado, levando em consideração suas nuances culturais, políticas e sociais específicas. Esse conhecimento também pode ser aplicado em análises de contextos semelhantes. Para isso, adota-se um ponto de vista teórico-crítico, fornecendo *insights* e perspectivas embasadas que visam informar e aprimorar a atuação de organizações de ajuda em emergências.

Espera-se que a investigação tenha um impacto significativo ao oferecer uma abordagem transparente e sensível às necessidades das populações afetadas, buscando contribuir para uma resposta adequada e coerente com as demandas, complexidades e desafios enfrentados em contextos não ocidentais de guerra. O estudo também traz contribuição para a pesquisa qualitativa, ao analisar um conjunto de documentos e estabelecer comunicação direta com funcionários da Oxfam. Os dados selecionados e apresentados fornecem um recurso que pode ser utilizado por outros acadêmicos, ampliando assim o conjunto de informações disponíveis e oferecendo subsídios relevantes para investigações futuras.

When analyzing the implications of the liberal peace perspective on Oxfam's operations in Afghanistan, this research explores a relatively unexplored topic: the humanitarian action of non-Governmental actors in situations of war. The objective is to contribute to the advancement of knowledge and benefit academics and professionals in the field of international aid. The primary focus is to promote a more comprehensive and in-depth understanding of the complex dynamics present in the studied country, considering its specific cultural, political, and social nuances. This knowledge can also be applied in the analysis of similar contexts. To achieve this, a critical-theoretical viewpoint is adopted, providing insights and informed perspectives aimed at informing and improving the performance of aid actors in emergencies.

It is expected that this research will have a significant impact by offering a transparent and sensitive approach to the needs of affected populations, aiming to contribute to a response

that is appropriate and coherent with the demands, complexities, and challenges faced in non-Western war contexts. The study also contributes to qualitative research by analyzing a set of documents and establishing direct communication with Oxfam staff. The selected and presented data provide a resource that can be used by other academics, thus expanding the set of available information, and offering relevant subsidies for future investigations.

Al analizar las implicaciones de la perspectiva de la paz liberal en la labor de Oxfam en Afganistán, esta investigación aborda un tema aún poco explorado: la acción humanitaria de los actores no gubernamentales en situaciones de guerra. El objetivo es contribuir al avance del conocimiento y beneficiar a académicos y profesionales involucrados en el ámbito de la ayuda internacional. El enfoque principal es promover una comprensión más amplia y profunda de las complejas dinámicas presentes en el país estudiado, teniendo en cuenta sus matices culturales, políticos y sociales específicos. Este conocimiento también puede ser aplicado en análisis de contextos similares. Para lograr esto, se adopta una perspectiva teórico-crítico, proporcionando ideas y perspectivas fundamentadas que buscan informar y mejorar la actuación de los actores de ayuda en situaciones de emergencia.

Se espera que esta investigación tenga un impacto significativo al ofrecer un enfoque transparente y sensible a las necesidades de las poblaciones afectadas, buscando contribuir a una respuesta adecuada y coherente con las demandas, complejidades y desafíos presentes en contextos de guerra no occidentales. El estudio también contribuye a la investigación cualitativa al analizar un conjunto de documentos y establecer comunicación directa con el personal de Oxfam. Los datos seleccionados y presentados proporcionan un recurso que puede ser utilizado por otros académicos, ampliando así el conjunto de informaciones disponible y ofreciendo aportes relevantes para investigaciones futuras.

BEATRICE DAUDT BANDEIRA

Ação humanitária e paz liberal: a atuação da Oxfam no Afeganistão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos Internacionais e Violência nas Sociedades Contemporâneas”.

Orientador: Samuel Alves Soares.

Coorientador: Lívia Peres Milani.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof.^a. Dr.^a. Daniela Rute Santos Nascimento (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Prof. Dr. William Torres Laureano da Rosa (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas)

São Paulo, 25 de agosto de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPESP pelo apoio financeiro concedido: processo nº 2021/09266-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Gostaria de expressar sinceros agradecimentos aos meus orientadores, Prof. Dr. Samuel Alves Soares e Profa. Dra. Lívia Peres Milani pela confiança depositada ao longo de toda a jornada da pesquisa, bem como pela dedicação, curiosidade e comprometimento ao compartilharem seus ensinamentos. Agradeço também à Oxfam, com quem mantive comunicação por e-mail durante o período desta pesquisa. A contribuição e disponibilidade da organização em responder minhas dúvidas, enriquecendo o escopo e alcance do estudo. Além disso, reconheço com gratidão a colaboração da Banca de Qualificação, Profa. Dra. Daniela Nascimento e Prof. Dr. William Torres Laureano, cujos apontamentos foram fundamentais para o desenvolvimento da versão final da dissertação apresentada.

Aos meus pais, Denize Daudt Bandeira e Marcos Aurélio Alves Bandeira, pelo apoio durante todo o meu processo de vida acadêmica e profissional, assim como pelos momentos de risadas que tornaram esse percurso mais leve. Sou grata aos meus amigos que permaneceram ao longo de uma longa parceria, com um destaque à Luiza Lunardi, e aqueles que mais recentemente cruzaram meu caminho, em especial, aos colegas William Laureano, Lyvia Barbosa, Joana Soares, Sílvia Sander, Felipe Santoro pela oportunidade de compartilharmos o interesse pelo trabalho humanitário, bem como pelas conversas valiosas e esclarecedoras que tivemos. Seus ensinamentos foram importantes para o meu crescimento profissional e pessoal. Agradeço também aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), e a Profa. Dra. Priscilla Villela, com quem realizei estágio docência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sua orientação e apoio me proporcionaram uma valiosa experiência de ensino e aprendizado.

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar as implicações da perspectiva da paz liberal na atuação da Oxfam no Afeganistão. O estudo busca compreender como a organização, apesar de não possuir um papel direto na resolução de conflitos e manutenção da paz no país, acaba reproduzindo valores e objetivos originalmente ocidentais. Para isso, foram identificados os principais aspectos da segurança e da perspectiva de paz liberal com base em revisão da literatura dos Estudos Críticos de Segurança Internacional (ECSI), considerando também o paradigma do novo-humanitarismo pós-Guerra Fria. Dentro desse contexto, a pesquisa explora as complexidades de setores específicos, como a expansão do conceito de segurança, abrangendo a proteção do indivíduo, o desenvolvimento social e direitos humanos, bem como a intersecção entre objetivos humanitários, de desenvolvimento e para a resolução e prevenção de conflitos. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, concentrando-se no estudo de caso da Oxfam. A técnica de investigação é baseada no estudo bibliográfico de artigos científicos e livros. Também foi feita uma análise de conteúdo de documentos provenientes de duas bases de dados, *ReliefWeb* e *Oxfam Digital Repository*, estabelecidas comunicações diretas por e-mail com representantes da organização, e investigados os dados disponíveis na Plataforma Atlas – *Oxfam Project Browser*, que compõem o quadro analítico.

Palavras-chave: Ação Humanitária; Afeganistão; Conflitos armados; Estudos Críticos de Segurança Internacional; Oxfam; Paz liberal.

ABSTRACT

The objective of the research was to analyze the implications of the perspective of liberal peace in the performance of Oxfam in Afghanistan. The study seeks to understand how the organization, despite not having a direct role in conflict resolution and peacekeeping in the country, ends up reproducing values and objectives originally Western. To achieve this, the main aspects of security and the liberal peace perspective were identified based on a review of the literature in Critical Studies of International Security (CSIS), also considering the post-Cold War new humanitarianism paradigm. Within this context, the research explores the complexities of specific sectors, such as the expansion of the security concept, encompassing individual protection, social development, and human rights, as well as the intersection of humanitarian, development, and conflict resolution and prevention objectives. The research adopts a qualitative approach, focusing on the Oxfam case study. The investigative technique is based on a bibliographic study of scientific articles and books. Documents from two databases, ReliefWeb and Oxfam Digital Repository, were also examined, direct email communications were established with representatives of the organization, and data available on the Oxfam Project Browser - Atlas Platform were investigated, which compose the analytical framework.

Keywords: Afghanistan; Armed conflicts; Critical Studies of International Security; Humanitarian Action; Liberal peace; Oxfam.

RESUMEN

El objetivo de la investigación fue analizar las implicaciones de la perspectiva de paz liberal en la actuación de Oxfam en Afganistán. El estudio busca comprender cómo la organización, a pesar de no tener un papel directo en la resolución de conflictos y mantenimiento de la paz en el país, termina reproduciendo valores y objetivos originalmente occidentales. Para ello, se identificaron los principales aspectos de la seguridad y la perspectiva de la paz liberal basados en una revisión de la literatura de los Estudios Críticos de Seguridad Internacional (ECSI), considerando también el paradigma del nuevo humanitarismo posterior a la Guerra Fría. Dentro de este contexto, la investigación explora las complejidades de sectores específicos, como la expansión del concepto de seguridad, que abarca la protección del individuo, el desarrollo social y los derechos humanos, así como la intersección entre objetivos humanitarios, de desarrollo y para la resolución y prevención de conflictos. La investigación utiliza un enfoque cualitativo, centrado en el estudio de caso de Oxfam. La técnica de investigación se basa en el estudio bibliográfico de artículos científicos y libros. También se investigaron documentos de dos bases de datos, *ReliefWeb* y *Oxfam Digital Repository*, se establecieron comunicaciones directas por correo electrónico con representantes de la organización y se investigaron los datos disponibles en la Plataforma Atlas - Oxfam Project Browser, que componen el marco analítico.

Palabras clave: Acción Humanitaria; Afganistán; Conflictos armados; Estudios Críticos de Seguridad Internacional; Paz liberal; Oxfam.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Pesquisa de Segurança da Oxfam: principais causas de disputas	57
Gráfico 2 –	Pesquisa de Segurança da Oxfam: maiores ameaças à segurança.....	58
Gráfico 3 –	Pesquisa de Segurança da Oxfam: principais mecanismos para resolução de disputas.....	58
Mapa 1 -	Afeganistão: projetos humanitários e beneficiários por distrito – janeiro de 2022	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados da busca no <i>Oxfam Digital Repository</i>	69
Tabela 2 – Resultados da busca no <i>ReliefWeb</i>	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ACSONP	Rede de Organizações da Sociedade Civil Afegã pela Paz
AIHRC	Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão
ANP	Polícia Nacional Afegã
AWSDC	Centro de Desenvolvimento de Habilidades para Mulheres Afegãs
AWSE	<i>Afghanistan Women Service and Education</i>
CBP	Proteção Baseada na Comunidade
CHASE PPA	Acordo de Parceria de Programa de Conflitos, Humanitário e Segurança
CHE	Emergências Humanitárias Complexas
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino Unido
DIH	Direito Internacional Humanitário
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECSI	Estudos Críticos de Segurança Internacional
ECW	Centro de Empoderamento para Mulheres
Equidev	<i>Equitable Development</i>
EUA	Estados Unidos da América
EVAW	Eliminação da Violência contra as Mulheres
FAO	Fundo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FCDO	Ministério das Relações Exteriores, Comunidade e Desenvolvimento
FPs	Atores Facilitadores
GGcT	Guerra Global contra o Terrorismo
HAWCA	Assistência Humanitária para Mulheres e Crianças do Afeganistão
HRBA	Abordagem Baseada em Direitos

IDPs	Pessoas Deslocadas Internamente
MoE	Ministério da Educação
MoU	<i>Memorandum of Understanding</i>
MoWA	Ministério dos Assuntos das Mulheres
MSF	Médicos Sem Fronteiras
OAU	Oxfam Austrália
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
OGB	Oxfam Grã-Bretanha
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
Oxfam	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMNCH	Parceria pela Saúde Materna, do Recém-Nascido e da Criança
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTCs	Comitês de Pais e Professores
RIWPS	Instituto para Mulheres, Paz e Segurança
SGBV	Violência Sexual e Baseada em Gênero
SLA	Abordagem Sustentável de Meios de Vida
THRA	Associação de Treinamento de Direitos Humanos para Mulheres Afegãs
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WASH	Água, Saneamento e Higiene
WO	Organização de Mulheres Afegãs
WPS	Agenda Mulheres, Paz e Segurança
WWS	<i>Within and Without the State</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
	HUMANITARISMO E PAZ LIBERAL: DINÂMICAS, DILEMAS,	
2	PARADIGMAS E PERSPECTIVAS TEÓRICO-CRÍTICAS NO	
	DISCURSO DO BEM-ESTAR COMUM	21
	Transformações do humanitarismo internacional: institucionalização e	
2.1	práticas da ação humanitária	23
2.2	Humanitarismo liberal e a retórica política da ação humanitária	32
2.3	Espaço humanitário e o contexto do Afeganistão após o 11 de Setembro.....	45
2.4	Considerações Parciais	49
3	ATUAÇÃO DA OXFAM NO AFEGANISTÃO.....	52
	Resposta multidimensional em conflitos armados: assistência, segurança e	
3.1	construção de meios de vida sustentáveis	53
3.2	Categorias de análise e seleção documental.....	68
3.2.1	Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz.....	75
3.2.2	Abordagem Baseada em Direitos.....	85
3.2.3	Princípio de Não Causar Danos.....	93
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS	105
	APÊNDICE – Tabela de Projetos da Oxfam no Afeganistão selecionados da	
	Plataforma Atlas - <i>Oxfam Project Browser</i>	114
	ANEXO - Painel Multissetorial para Serviços de Resposta Humanitária –	
	janeiro 2022	121

1 INTRODUÇÃO

Respostas humanitárias têm como finalidade primordial a busca pelo alívio do sofrimento humano e a garantia de condições mínimas de dignidade e bem-estar para as vítimas de emergências. A institucionalização dessas ações remonta ao século XIX, com o surgimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que desempenhou um papel importante também na definição dos princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência como diretrizes éticas e operacionais para a prestação de assistência imediata baseada na necessidade de pessoas afetadas por conflitos armados. Ao longo do tempo, no entanto, o sistema humanitário tem testemunhado significativas transformações, adaptando-se aos desafios complexos enfrentados pelas comunidades em diferentes contextos, e influenciados por concepções fortalecidas em torno de expectativas sobre a expansão de um modelo de sociedade e ordem ocidental.

Ressalta-se que a investigação desse tema, relacionado ao envolvimento de atores não governamentais, ainda é pouco explorada na literatura de Relações Internacionais. Na dissertação, o objetivo central foi analisar as implicações da perspectiva da paz liberal na atuação da Oxfam no Afeganistão. Identificamos os principais aspectos da segurança humana e da paz liberal com base na literatura dos Estudos Críticos de Segurança Internacional (ECSI), bem como no debate sobre paradigmas de ação humanitária. A escolha da abordagem teórica se justifica pelo reconhecimento da expansão do conceito de segurança, que inclui a perspectiva de proteção humana e o desenvolvimento social, como questões fundamentais para ampliar o escopo de atuação no contexto do novo-humanitarismo pós-Guerra Fria. Nesse paradigma, atores de ajuda, como a Oxfam, desempenham um papel importante. Essa análise busca lançar luz sobre os dilemas que surgem da intersecção entre objetivos humanitários, de segurança, desenvolvimento e para a resolução e prevenção de conflitos.

São transformações relacionadas a uma variedade de questões, incluindo a mudança na natureza dos conflitos e a ampliação da definição de segurança para além do Estado, englobando também a proteção do indivíduo. Ocupam lugar nessa discussão, ainda, os debates sobre as limitações e contradições do próprio humanitarismo tradicional representado pelo CICV, bem como a compreensão em relação à insegurança, ameaças, e o fortalecimento de um sistema de governança internacional baseado em princípios liberais pós-Guerra Fria. Esse cenário tem impulsionado a criação de mecanismos que estabelecem uma interconexão entre o discurso humanitário e os objetivos fundamentados na segurança e construção da paz. Nessa

perspectiva, a atuação humanitária tem se modificado para combinar esforços em prol de um objetivo de bem-estar comum, visando alcançar soluções duradouras e superar limitações e contradições das abordagens de resposta puramente emergenciais.

De acordo com dados do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), divulgados no documento *Global Humanitarian Overview 2022*, o número de pessoas que precisam de assistência humanitária atingirá um recorde de 339 milhões em 2023. Os sessenta e nove países identificados pelo OCHA como os mais necessitados enfrentam desafios diversos, que incluem a migração forçada, violência contra civis e atores humanitários em conflitos armados, a fome e a insegurança alimentar, bem como os fatores resultantes das mudanças climáticas (OCHA, 2022). Essas questões estão cada vez mais interconectadas, ocupando um lugar central nas discussões recentes para impulsionar e fortalecer uma entrega de ajuda coordenada entre diferentes atores e com metas cada vez mais abrangentes a serem alcançadas.

Os valores, princípios e objetivos que guiam a resposta humanitária nesse contexto também têm sido objeto de reflexões. Dentre os pontos éticos discutidos, destaca-se o acesso e a distribuição equitativa da ajuda. Como lidar de forma justa e eficiente com a alocação de recursos limitados diante de necessidades tão abrangentes? Além disso, há debates em torno dos benefícios, limitações e contradições dos princípios tradicionais, como independência e neutralidade, especialmente em contextos polarizados. Nesse caso, ressaltam-se as discussões em torno da possibilidade de o ator humanitário desempenhar um papel – mesmo que não intencional – na facilitação de violações de direitos humanos.

Um outro ponto de discussão refere-se à influência política no sistema humanitário internacional, especialmente no período pós-Guerra Fria. Esse argumento faz parte de uma mudança de paradigma na ação humanitária, conhecida como novo-humanitarismo, perspectiva observada em cenários de guerra semelhantes ao do Afeganistão (BARNETT, 2011; DUFFIELD, 2001; NASCIMENTO, 2015; SLIM, 2022; MCGOLDRICK, 2011; DE TORRENTÉ, 2004). O ponto de vista teórico-crítico chama atenção sobre até que ponto essa ação humanitária é utilizada como ferramenta estratégica para atingir objetivos de gestão e resolução de conflitos e versa sobre a problemática de que os valores e as iniciativas adotadas sejam determinados por concepções ocidentais, baseadas no discurso dos direitos humanos, globalização, desenvolvimento, paz e segurança internacional.

O debate recente sobre guerra e ação humanitária aponta para dois pontos principais. O primeiro, diz respeito às causas internas de conflitos, associados a modelos específicos de

Estado e sociedades que não correspondem aos padrões considerados pacíficos no ocidente. Essa constatação conduz-nos à reflexão sobre a paz liberal, a qual enfatiza a promoção da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico e social como pilares fundamentais para a paz duradoura. O segundo ponto está relacionado à visão que parte do próprio sistema humanitário de que a resposta a curto prazo e baseada nos princípios clássicos do CICV pode, paradoxalmente, prolongar esse tipo de emergência. Em termos gerais, são identificadas contradições na forma como a ajuda é direcionada, levantando a questão de que ela nem sempre chega às mãos das pessoas que mais necessitam.

Considerando o escopo de ação de atores de ajuda humanitária em todo o mundo, bem como sua capacidade de estabelecer uma relação de confiança com os beneficiários e de implementar iniciativas em diferentes setores, é importante perceber o tema considerando a abrangência de variáveis sociais, culturais, econômicas e políticas que caracterizam os contextos de emergência. A escolha da Oxfam como ator focal para a pesquisa é justificada pela sua atuação em contextos de guerra e seu escopo institucional de combater a pobreza e as desigualdades no mundo. A organização considera ajuda humanitária efetiva como aquela que busca “salvar vidas, proteger direitos e construir meios de subsistência” (OXFAM, 2011b, p.2, tradução nossa). Esse enfoque abrange a resposta humanitária que busca “tanto atender às necessidades urgentes quanto combater a pobreza enraizada” (OXFAM, 2011b, p.5, tradução nossa). Perspectiva que se alinha ao novo-humanitarismo mencionado anteriormente.

No estudo apresentado, buscamos entender como esse ator, que não é diretamente responsável pela promoção da paz e da segurança no Afeganistão, reproduz valores e objetivos que são originalmente ocidentais. A escolha do país se deve principalmente ao fato de ser um cenário caracterizado por uma crise prolongada, no qual se observa uma dependência dos mandatos humanitários. Além disso, a natureza não estatal da guerra no Afeganistão é um aspecto adicional relevante a ser considerado, destacando não apenas o componente representado pelo Talibã, mas também a existência de conflitos mais localizados que permeiam o país, nos quais a Oxfam busca implementar iniciativas diversas com lideranças e demais atores da comunidade afetada. O contexto também permite explorar as complexidades e oportunidades em outros setores específicos. Entre eles, destacam-se a justiça e igualdade de gênero.

A discussão sobre resposta humanitária se torna ainda mais complexa quando consideramos que mecanismos de ajuda com objetivos de gestão de conflitos nem sempre revelam suas problemáticas subjacentes, uma vez que o discurso se baseia em justificativas de

solidariedade, responsabilidade e proteção do ser humano. Nesse sentido, é importante adotar abordagens capazes de analisar de forma mais profunda as nuances de ideais que, à primeira vista, parecem benéficos. Isso não se restringe ao campo da pesquisa científica, mas também apresenta oportunidades para que os atores envolvidos no campo humanitário possam considerar uma autocrítica compreensiva em relação ao impacto e limitações de suas ações. O que também impulsiona investigações capazes de incluir as particularidades subjetivas e ontológicas de sociedades e contextos por vezes caracterizados como problemáticos.

A pesquisa apresentada está estruturada em dois principais capítulos analíticos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro é dedicado à compreensão teórica, além de oferecer uma perspectiva histórica sobre a dinâmica do humanitarismo internacional. Também se propõe a expor uma perspectiva central à intersecção entre objetivos humanitários e políticos, que inclui os interesses de promoção da segurança e da paz. Nesse contexto, apresentamos como os princípios da paz liberal estão em consonância com a perspectiva humanitária, que visa questões estruturais para promover o bem-estar de populações consideradas vulneráveis. Questionamos aspectos desses temas que se apresentam como “universais” e destacamos as dinâmicas de poder subjacentes a eles. No segundo capítulo de análise, utilizamos do quadro teórico apresentado anteriormente para compreender a atuação da Oxfam no Afeganistão. A pesquisa aponta para uma reflexão sobre questões de controle e poder no discurso humanitário e a noção de universalidade dos valores ocidentais, especialmente no contexto da construção da paz. Nesse sentido, buscamos compreender como a Oxfam aborda desafios, levando em consideração dimensões como justiça social, direitos humanos, segurança e desenvolvimento.

Com a finalidade de aprofundar a compreensão sobre o tema, realizamos uma análise de conteúdo de sessenta e nove documentos de duas bases de dados: *ReliefWeb* e *Oxfam Digital Repository*. Também foram feitas em torno de quinze comunicações diretas por e-mail com representantes da Oxfam Grã-Bretanha e Oxfam Novib (Holanda), e ex-funcionário da organização que atuou no Afeganistão entre os anos de 2014 e 2020. Os dados disponíveis na Plataforma Atlas - *Oxfam Project Browser* também compõem o quadro analítico. Realizamos análise de conteúdo a partir de três categorias principais com base em pontos centrais da teoria e em temas-chave de preocupação da organização. As categorias são: (i) Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz; (ii) Abordagem Baseada em Direitos; e (iii) Princípio de Não Causar Danos.

Também foram incluídos sete subtópicos adicionais correspondentes: (i) Governança e

Accountability; Segurança; Desenvolvimento; (ii) Abordagem Comunitária; Proteção Baseada na Comunidade e Violência Sexual e Baseada em Gênero (CBP/SGBV); e, por fim, (iii) Procedimentos Operacionais; e Análise de Conflitos. O *software* MaxQda foi usado como ferramenta principal de análise qualitativa. Utilizamos as categorias apresentadas como códigos correspondentes para selecionar os trechos considerados relevantes dos documentos triados, facilitando assim a interpretação dos dados coletados e a apresentação dos resultados.

2 HUMANITARISMO E PAZ LIBERAL: DINÂMICAS, DILEMAS, PARADIGMAS E PERSPECTIVAS TEÓRICO-CRÍTICAS NO DISCURSO DO BEM-ESTAR COMUM

Neste capítulo, propusemo-nos a buscar uma compreensão teórica abrangente, que oferece uma perspectiva histórica inicial do humanitarismo internacional. Primeiramente, examinamos o humanitarismo clássico do século XIX, representado por Henry Dunant e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Esse enfoque estabelece princípios fundamentais para a ação humanitária, como a humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência. Seu objetivo é fornecer assistência emergencial em contextos de conflitos armados, buscando aliviar o sofrimento humano. Em segundo lugar, procuramos compreender, conforme embasamento teórico-crítico, o novo-humanitarismo (ou humanitarismo liberal), apresentando de que maneira ele se difere do humanitarismo clássico promovido pelo CICV.

O novo-humanitarismo confere uma mudança de paradigma na ajuda internacional, refletindo o crescente interesse de diversos atores, estatais e não estatais, em adotar perspectivas que visem promover a dignidade humana em diferentes contextos, atendendo às necessidades individuais tanto no curto quanto no longo prazo. Isso resulta na promoção de uma agenda ampliada no campo humanitário, que se consolida a partir do núcleo basilar da segurança do indivíduo, e pode combinar mecanismos para promover a paz em situações de guerra. Progressivamente, observamos um conjunto de respostas às emergências complexas que busca alcançar eficácia na ação humanitária: ética do ponto de vista de priorizar inocentes, e funcional na gestão e resolução de conflitos.

Neste capítulo, dedicamos uma seção específica para aprofundar a discussão sobre o novo-humanitarismo, com a finalidade de compreender melhor os dilemas da ação humanitária contemporânea em contextos de conflitos armados e os desafios em garantir uma abordagem que seja genuinamente centrada no indivíduo. Buscamos chamar atenção para a relação dos princípios que sustentam o novo-humanitarismo do pós-Guerra Fria com os valores liberais e democráticos, bem como o impacto disso em termos de fortalecimento das relações desiguais e de poder no sistema internacional. Questionamos se esses valores são empregados como condições para a prestação de ajuda e o impacto disso em contextos não ocidentais.

Em complemento, analisamos como o discurso humanitário pode ser empregado como um mecanismo para impor padrões normativos culturais e sociais, refletindo preocupações hegemônicas relacionadas à garantia da ordem e segurança internacionais. O objetivo é contribuir para uma análise sobre as complexas dinâmicas envolvendo a interconexão do

humanitarismo, segurança e desenvolvimento, ênfase nos debates sobre a promoção da paz liberal. Isto é, compreender a possibilidade de a ajuda humanitária liberal ser instrumentalizada como uma ferramenta política para impor uma visão específica de mundo. Dessa forma, destacamos a análise sobre os limites da autonomia da ação humanitária diante de agendas políticas de promoção da paz. No campo da pesquisa científica, observa-se um interesse gradual em compreender a complexidade do tema da ação humanitária, assim como os efeitos decorrentes da participação de atores ocidentais de ajuda em contextos de guerra. No entanto, ainda são poucas as investigações capazes de identificar como a ação humanitária está presente nas esferas da moralidade e assistência, bem como que posição a justiça e, de maneira ainda mais crucial, a segurança, a paz, o desenvolvimento e os direitos humanos ocupam nessa discussão.

Ressalta-se que a perspectiva teórico-crítica sobre a temática tem sido adotada para reconhecer e promover diálogos inclusivos que envolvam o não ocidental. Também abarca uma necessidade de reflexão por parte dos próprios atores humanitários sobre como suas ações podem reforçar estereótipos, desigualdades e relações de poder. Enfatizamos a importância em apoiar pesquisas que visam perceber intencionalidades por trás de iniciativas que, à primeira vista, são sustentadas em características morais (que busca diferenciar o bem e o mal) e humanitárias. Esse debate procura chamar atenção para as problemáticas em preservar um “universalismo” ocidental, especialmente por meio de modelos de “segurança” e “desenvolvimento”, concepções tidas como importantes para a promoção da paz duradoura.

Considerando os pontos iniciais apresentados, este capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção, intitulada “Transformações do humanitarismo internacional: institucionalização e práticas da ação humanitária”, compreendemos a diferença entre humanitarismo e direitos humanos, bem como a institucionalização de ação humanitária pelo CICV. Além disso, buscamos compreender a dinâmica do humanitarismo ao longo do tempo. Mais especificamente, utilizamos do enfoque de Michael Barnett (2011) para entender os períodos do Humanitarismo Imperial, Neo-Humanitarismo e Humanitarismo Liberal. Dessa forma, percebemos as mudanças de paradigmas em termos de resposta humanitária, a diversidade de práticas, e o surgimento de novos atores na promoção do bem-estar comum das pessoas afetadas por emergências nos diferentes contextos em destaque.

Na segunda seção, intitulada “Humanitarismo liberal e a retórica política da ação humanitária”, nos concentramos no tema da segurança humana e exploramos o conceito de paz liberal e a ideia de “salvar” Estados “falidos”. Também levamos em consideração as reflexões

de Mark Neocleous sobre pacificação e as análises de Uday S.Mehta (1990) acerca das “estratégias liberais da exclusão”. O objetivo é perceber não apenas a ampliação da agenda humanitária, mas também os efeitos disso no estabelecimento de normas e padrões que buscam promover mudanças estruturais nas sociedades afetadas. Por exemplo, a estratégia de pacificação procura abordar questões sociais e culturais que são consideradas “problemáticas” e representam ameaças para a paz em uma determinada sociedade. Surgem pontos semelhantes ao debate sobre a ação humanitária, explorando como os atores passaram a se envolver em situações que exigem dos indivíduos a conformidade com determinadas normas de conduta social. Essas questões estão presentes em iniciativas que visam promover os direitos humanos, combater a desigualdade e injustiça, e abordar temas relacionados à luta contra a pobreza.

Na terceira seção, intitulada “Espaço humanitário e o contexto do Afeganistão após o 11 de Setembro”, buscamos compreender a resposta humanitária no cenário específico do Afeganistão, considerando o período posterior ao do ataque às Torres Gêmeas. Nesse contexto, estudamos a ampla discussão que se consolidou em relação à preservação do espaço humanitário em meio às guerras contemporâneas, com um enfoque no contexto da campanha militar da Guerra Global contra o Terrorismo no Afeganistão. Para a nossa investigação, também fizemos uso da literatura produzida por pesquisadores que são ou foram atores humanitários com experiência em regiões de emergência complexa. Isso foi importante para aprofundar nosso entendimento das implicações e limitações dos ideais, pressupostos e expectativas relacionadas à ação humanitária em contextos de conflitos armados.

2.1 Transformações do humanitarismo internacional: institucionalização e práticas da ação humanitária

A definição de humanitarismo abrange a compreensão dos componentes da ajuda, direito e ética, como destacado pelas autoras Ilana Feldman e Miriam Ticktin (2010), no entanto, a conceitualização do termo raramente é inequívoca, considerando que está associada a uma variedade de motivações e práticas por parte dos atores humanitários. Diferentes interpretações surgem disso, sendo uma delas a ideia de que “ação humanitária consiste no provimento de alívio emergencial para o salvamento das vidas de pessoas ameaçadas e na proteção dos direitos dessas pessoas” (WEISS, 2014, p.306).

Essa abordagem enfatiza a natureza urgente da resposta humanitária, que tem como finalidade aliviar o sofrimento humano, ao mesmo tempo em que inclui também a preocupação com a segurança do indivíduo. O autor Thomas Weiss (1999, p.11, tradução nossa) destaca o

humanitarismo como “ajudar e proteger vítimas independente de quem são, onde estão e porque estão em necessidade”. À primeira vista, tal perspectiva insere o indivíduo no centro da discussão e, nesse sentido, o autor acrescenta que em termos de resposta “o alívio emergencial se torna refém dos direitos humanos”. (WEISS, 2014, p.306-307). À medida com que avançamos na análise observamos a sobreposição e a interseção dos temas da assistência e dos direitos humanos no campo de estudo do humanitarismo. Apesar disso, é interessante observar a diferenciação primordial entre os dois conceitos.

A finalidade de ajuda humanitária (ou assistência) está centrada na resposta imediata atribuída às populações afetadas por emergências, nesse sentido, o enfoque está em fornecer alívio diante de necessidades consideradas urgentes. Já os direitos humanos, estão relacionados com os aspectos jurídicos, e se concentram em questões como justiça e igualdade. Além disso, buscam abordar as causas subjacentes das crises e com isso promover alternativas de mudanças estruturais a longo prazo (FELDMAN; TICKTIN, 2010; RIEFF, 2003). Michael Barnett (2011, p.29, tradução nossa) sintetiza a conceitualização dos dois termos da seguinte forma,

Os direitos humanos dependem de um discurso de direitos, o humanitarismo do discurso de necessidades. Os direitos humanos se concentram no discurso e nas estruturas legais, enquanto o humanitarismo muda a atenção para os códigos e sentimentos morais. Os direitos humanos normalmente se concentram no objetivo de longo prazo de eliminar as causas do sofrimento, o humanitarismo no objetivo urgente de manter as pessoas vivas.

A tensão existente no debate sobre humanitarismo e direitos humanos permeia a definição dos limites e abrangências da resposta ao sofrimento humano. Com base em marcos históricos como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a concepção contemporânea de direitos humanos reconhece como responsabilidade da comunidade internacional identificar vulnerabilidades comuns aos indivíduos, e com isso incentivar um cenário de cooperação capaz de responder às diversas situações de desumanidade nos mais variados contextos (FELDMAN; TICKTIN, 2010). Perceber isso é central, uma vez que a questão da humanidade considera “não somente os sentimentos de simpatia e compaixão, mas também de medo e insegurança” (FELDMAN; TICKTIN, 2010, p.5, tradução nossa).

O humanitarismo é frequentemente associado ao surgimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), em 1863. O CICV foi a organização humanitária responsável por institucionalizar a ideia de ação humanitária ainda no século XIX e de atuar conforme o objetivo de “humanizar” o cenário de guerra na Europa. Nessa perspectiva, Nicolas De Torrenté (2004)

associa ação humanitária como correspondente aos princípios basilares estabelecidos pelo CICV, com destaque para a neutralidade, que têm como propósito sua dissociação do teor politizado do discurso de direitos, e remete ao pragmatismo de resposta urgente às necessidades de qualquer que seja a vítima.

O apelo humanitário do CICV foi resultado do testemunho e comoção de seu fundador, o empresário suíço Henry Dunant, com soldados feridos na Batalha de Solferino, no norte da Itália, em 1859. O cenário inspirou Dunant a escrever o livro “Lembranças de Solferino” (1862), implementar o imperativo humanitário de salvar vidas na guerra, e a formar a organização (CICV, 2010). O CICV está presente em mais de 100 países, ao longo de sua história foi reconhecido com o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões (1917, 1944 e 1963), como consideração pelos seus esforços na assistência humanitária. A posição da organização centra-se na defesa de sete princípios fundamentais, teorizados por Jean Pictet e adotados pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho em 1965. Esses princípios são: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, serviço voluntário, unidade e universalidade¹.

Humanidade e imparcialidade² consistem em aspectos subjetivos, o que corresponde à ideia de não distinção e/ou discriminação da vítima, ou seja, que “a assistência seja baseada na necessidade e não discrimine com base em nacionalidade, raça, religião, gênero ou afiliação política”. Já “neutralidade demanda que organizações humanitárias se abstenham de tomar partido em hostilidade ou em qualquer ação que beneficie ou gere desvantagens aos beligerantes. Independência requer que a assistência não se conecte a qualquer parte interessada no resultado de uma guerra” (WEISS, 2014, p.308-309).

A neutralidade e a independência são princípios operacionais para a ação humanitária, e desempenham um papel importante na construção da confiança entre a organização, os atores políticos envolvidos em guerra, e as próprias vítimas. O compromisso do CICV com a neutralidade é o que garante, ou deveria garantir, o acesso seguro de seus funcionários às vítimas de qualquer que seja o lado de um conflito. Dessa forma, buscou evitar que a ação

¹ Voluntariado, unidade e universalidade são princípios institucionais. Reconhecemos a sua importância, mas para fins da análise proposta concentramos nos princípios de teor substantivo (humanidade e imparcialidade) e operacional (neutralidade e independência).

² É interessante mencionar que o princípio da imparcialidade faz referência a uma base ética normativa sobre como o indivíduo deve viver e se relacionar em sociedade (BARNETT, 2011, p.23-24). Essa lógica é incorporada pelo debate do humanitarismo no escopo da não distinção da vítima que deve receber ajuda, o que remete aos princípios da humanidade e imparcialidade. No entanto, é uma discussão filosófica sobre moralidade e que para Bernard Williams (2005, p.9-10) está intimamente relacionada com o que constitui a regra e educação moral que, para o autor, são produtos de influências sociais.

humanitária fosse percebida como de fácil manipulação e conduzida por medidas corretivas, o que se entende como importante para que o ator humanitário atue nos contextos particularmente polarizados. O pressuposto da neutralidade e da independência, assim como da não distinção ou discriminação de vítimas é o que identifica essa discussão como “humanitarismo tradicional” ou “humanitarismo clássico”.

Ao invés de ser compreendida como apoiadora ou não de grupos no campo, o CICV inovou em termos de apontar para os limites do uso da força na guerra, por assim dizer, e se tornou precursora e defensora do Direito Internacional Humanitário (DIH ou leis/normas da guerra), sobretudo no escopo das Convenções de Haia (1899 e 1907) e Convenções de Genebra (1864 e 1949), que fornecem um indicativo de que, mesmo neste contexto, existem limites para o uso da violência (NASCIMENTO, 2015). O objetivo central é garantir o tratamento humano e evitar sofrimentos desproporcionais, independente das circunstâncias.

Ressalta-se que o CICV reconhece a crescente complexidade das emergências humanitárias atualmente. No entanto, mantém seu compromisso com os princípios basilares mencionados, mesmo diante de debates sobre como e por que a ação humanitária contemporânea deve se adaptar. Isso pode ser uma realidade para outras organizações, dependendo do contexto em que atuam. O aumento do potencial destrutivo do arsenal bélico e do tempo de duração de guerras, além do surgimento de novos grupos armados – inclusive não estatais -, são alguns dos fatores que propiciaram novos paradigmas humanitários em situações de conflitos (SLIM, 1995).

Michael Barnett (2011, p.21, tradução nossa) ressalta que elementos como esses têm implicações significativas para a definição de uma abordagem humanitária em escala global. Nesse sentido, ele destaca dois aspectos relevantes. Primeiramente, o aumento da violência, como apontado previamente. Em segundo lugar, o interesse da comunidade internacional em “recuperar sua própria autoimagem como civilizada, humana e boa”. Isso reflete mudanças importantes que influenciaram a narrativa de ajuda, bem como sobre a concepção do humanitarismo como uma forma de governança internacional.

O humanitarismo tornou-se uma área completa da governança global, o que significa que se tornou cada vez mais público, hierárquico e institucionalizado. A expansão simultânea de uma ética do cuidado ao lado da crescente governança do humanitarismo leva a outro aspecto crítico, mas esquecido da história do humanitarismo: as formas mutáveis de um império da humanidade (BARNETT, 2011, p.19, tradução nossa).

O autor busca explorar “como o contexto global molda o que é o humanitarismo” e, para tanto, divide a história do humanitarismo internacional em três períodos distintos: (i) Humanitarismo Imperial, que abrange desde o final do século XVIII até o término da Segunda Guerra Mundial; (ii) Neo-humanitarismo, que se estende até o fim da Guerra Fria; e (iii) o Humanitarismo Liberal, que abrange o final da Guerra Fria até os dias atuais (BARNETT, 2011, p.19). Cada um desses é “distinto por uma constelação de forças de destruição, produção e compaixão que, por sua vez, moldaram o propósito geral do humanitarismo e restringiram como as organizações humanitárias enfrentaram os dilemas éticos da época” (BARNETT, 2011, p.48, tradução nossa).

Os principais marcos do Humanitarismo Imperial são: humanitarismo religioso, que teve influência significativa de missionários; movimento abolicionista, particularmente do Império Britânico em meados do século XIX; a criação do CICV em 1863 e a constituição do Direito Internacional Humanitário. O dilema desse período está relacionado à ambiguidade presente na assimilação dos ideais do eurocentrismo e cristianismo como pressupostos para a civilização e humanidade de povos colonizados. No contexto do movimento contra o colonialismo e a escravidão, o humanitarismo cristão defendia a ideia de que era responsabilidade do ocidente “salvar” o mundo colonial, inclusive em termos espirituais, por meio da transformação de suas culturas e identidades. Isto é, as ações consideradas de caridade e altruísmo estavam intrinsecamente relacionadas às campanhas de emancipação construídas a partir da crença de que o progresso de uma determinada região dependia de sua assimilação aos valores e padrões do cristianismo e da cultura ocidental (BARNETT, 2011).

Durante o período do Neo-humanitarismo, que abrange o final da Segunda Guerra Mundial até o término da Guerra Fria, houve uma expansão da área de cobertura de atores humanitários para o chamado “terceiro mundo” e uma ampliação das preocupações relacionadas ao progresso e à modernidade das populações e dos Estados considerados “atrasados”. Essa expansão do alcance humanitário também resultou na busca por estabelecer o desenvolvimento além dos limites do ocidente (DUFFIELD, 2001; BARNETT, 2011). No entanto, surgiram debates que questionavam a eficácia dessas intervenções e perspectivas que problematizavam as motivações econômicas e políticas por trás dessas iniciativas.

Neste período, há uma maior participação do setor público, e o Estado passa a se envolver de maneira significativa com questões em torno do discurso humanitário. Isso pode ser observado tanto no apoio financeiro e institucional fornecido às Organizações Não Governamentais (ONGs), quanto no estabelecimento de Organizações Internacionais para a

promoção e coordenação de esforços humanitários em nível global, e que começavam a incluir uma perspectiva de prevenção de conflitos, um exemplo é a criação formal do Sistema das Nações Unidas com a deliberação da Carta de São Francisco de 1945.

Por exemplo, um dos órgãos-chave atuais da ONU, que foi instituído no mesmo período, é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que foi estabelecido em 1950 com o objetivo de reassentar deslocados forçados após a Segunda Guerra Mundial. O fundamento legal do ACNUR é a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e seu Protocolo adicional de 1967. De forma semelhante, surgiram outros atores após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial³, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Oxfam, Visão Mundial e *Save the Children*.

Com o aumento no número de organizações, cada qual com sua própria maneira de engajamento e expectativas, observou-se uma elasticidade também na concepção de humanitarismo e a consolidação de uma comunidade humana compartilhada que se fortaleceu em torno da ideia de que deve haver esforços coletivos para a promoção do bem-estar comum. No caso da ONU há um interesse acentuado nos mecanismos para a implementação de soluções duradouras e que deve incluir a promoção da paz e da segurança. Um exemplo é o próprio ACNUR, que gradualmente “expandiu-se de proteger os refugiados para abordar as causas profundas da fuga de refugiados” (BARNETT, 2011, p.14, tradução nossa).

Há muitas distinções entre as agências humanitárias, incluindo origem nacional, afiliação religiosa ou secular, idade, tamanho e mandato, mas dois tipos têm dominado o pensamento e prática: um ramo de emergência que se concentra nos sintomas e um ramo alquímico que adiciona a ambição de remover as causas do sofrimento. Esses ramos têm entendimentos distintos do significado do humanitarismo, seus princípios e sua relação com a política (BARNETT, 2011, p. 25, tradução nossa)

³ No período pós Segunda Guerra Mundial percebe-se o fortalecimento também dos mecanismos do direito internacional dos direitos humanos e, como consequência, o interesse da comunidade humanitária internacional em tentar moldar ou pressionar o comportamento dos Estados. Destaca-se sobretudo a criação dos seguintes acordos: Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ambos em vigor desde 1976. O PIDCP corresponde ao que ficou comumente conhecido como a primeira geração dos direitos humanos sobre a consolidação dos direitos civis e políticos, e o PIDESC condiz com a segunda geração acerca dos direitos sociais e econômicos. Sobre a terceira geração dos direitos humanos, Boaventura de Sousa Santos (1989, p.4) destaca que são os “direitos culturais, pós-materialistas, anunciadores de modos de vida alternativos (ecológicos, feministas, pacifistas, anti-racistas, anti-nucleares)”. Ao mesmo tempo que essas três gerações correspondem aos interesses mais recentes sobre a justiça social, o autor complementa que “não podemos esperar pela plena consolidação dos direitos civis e políticos para só depois lutar pelos direitos econômicos e sociais. Somos forçados a um curto-circuito histórico, uma luta simultânea contra a dominação, a exploração e a alienação, o que confere uma complexidade específica à estratégia dos direitos humanos nos nossos países” (SANTOS, 1989, p.10).

Esse argumento é importante para compreender o que o autor intitula de período do Humanitarismo Liberal, também conhecido como novo-humanitarismo (DUFFIELD, 2001, p.75), que abrange desde o fim da Guerra Fria até os dias atuais. A ideia do paradigma do novo-humanitarismo surgiu da crescente preocupação com impactos de Emergências Humanitárias Complexas (CHE, na sigla em inglês), que ganhavam destaque no final do século XX. Essas crises caracterizaram-se por uma variedade de situações, podendo ser identificadas como “guerra (geralmente envolvendo guerra civil, colapso das instituições do Estados, e/ou massivo deslocamento populacional); governo ditatorial (especialmente quando em um estado virtual de guerra com partes da sua própria população); grande perturbação econômica e desemprego; e desastres naturais” (THE ADELPHI PAPERS, 1996, p.10, tradução nossa). As chamadas “guerras não estatais” são exemplos de emergências complexas.

Percebeu-se que para lidar com CHE seria necessário um conjunto de esforços coordenado entre diferentes *Stakeholders*⁴ com o objetivo de responder às necessidades imediatas das vítimas, mas tendo como prioridade o componente da estabilidade a longo prazo. Além disso, foi considerada a importância do debate sobre estratégias de mitigação para prevenir eventos semelhantes no futuro, ao passo que o humanitarismo liberal pode estar mais associado ao engajamento internacional voltado para a “construção de vidas e futuros melhores”, e menos focado na ideia de atendimento emergencial, de curto prazo e incondicional.

O novo-humanitarismo exige que toda ajuda seja julgada pela forma como contribui para a promoção dos direitos humanos. Isso produziu uma situação em que as agências se viram rejeitando o impulso humanitário promovido por Henry Dunant e sugerindo que aliviar o sofrimento humano em si é insuficiente para responder a crises políticas (FOX, 2001, p.278, tradução nossa).

Diante dessa mudança de paradigma em relação à perspectiva tradicional, uma mensagem crítica emergiu, apontando que “a própria assistência humanitária fazia parte do problema. Apesar de suas boas intenções, ela teve muitas consequências imprevistas, algumas das quais agravaram o conflito e dificultaram sua resolução” (DUFFIELD, 2001, p. 80, tradução nossa). A neutralidade diante de situações de abuso generalizado de direitos humanos, por

⁴ O termo *stakeholders* é utilizado para definir todas as partes interessadas em uma resposta humanitária, abrangendo desde organizações governamentais, privadas e não governamentais, até atores humanitários não tradicionais, como acadêmicos e membros da comunidade não afiliados a organizações humanitárias e de direitos humanos, ou mesmo militares. Os beneficiários da ajuda também podem ser considerados *stakeholders*.

exemplo, é motivo de controvérsia moral⁵ para os analistas que questionam o humanitarismo clássico defendido no século XIX por Henry Dunant e até os dias de hoje pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Há exemplos históricos que levaram a recriminação da ação, ou da inação, da organização: o CICV não ofereceu testemunho nos Tribunais Internacionais sobre possíveis crimes de guerra em Ruanda e na Bósnia, não condenou o que ocorria nos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (FOX, 2001) e manteve fiel a uma “cultura do silêncio” frente ao conflito Nigéria-Biafra⁶, mesmo quando existiam acusações de que o governo nigeriano estaria cometendo crime de genocídio (BRAUMAN, 2012, p.1525, tradução nossa). Neste sentido, Fox (2001, p.277, tradução nossa) ressalta que “a Cruz Vermelha não faz distinção entre guerras boas e más, causas justas e injustas, ou mesmo entre agressores e inocentes”.

As autoras Feldman e Ticktin (2010, p.2, tradução nossa) mencionam o exemplo sobre a intervenção no Darfur (região Oeste do Sudão), em 2003. Enquanto os ativistas de direitos humanos reconheciam a necessidade de uma intervenção internacional para combater a violência armada e a instabilidade política na região, os atores humanitários argumentavam que “mais vidas seriam perdidas na intervenção porque impossibilitaria a presença de trabalhadores humanitários, ameaçando a neutralidade humanitária”. Essa divergência reflete a complexidade da situação, na qual para ambos os lados o pilar essencial estava vinculado ao argumento da humanidade.

Após o final da Guerra Fria o humanitarismo passa por uma mudança de paradigma que reforça compromissos políticos dentro de “um quadro analítico de relações causais e consequenciais”. Especialmente, implica que (idealmente) a ajuda não cause danos adicionais

⁵ Consideramos a compreensão sobre moralidade correspondente ao argumento do autor Zygmunt Bauman (2007, p.80-81) de que “ter moral significa, em suma, saber a diferença entre o bem e o mal, e onde traçar a linha que os separa – bem como ser capaz de distinguir um do outro ao vê-los em ação ou ao se cogitar consumá-los”.

⁶ A guerra Nigéria-Biafra (1967-1970) foi um conflito entre o governo nigeriano e os cristãos separatistas da região autoproclamada como Biafra, ao Sudeste da Nigéria. A guerra é comumente referenciada pelos pesquisadores sobre ação humanitária como sendo um ponto de virada para o humanitarismo internacional. Os motivos principais são os seguintes: a crise humanitária produto do conflito resultou na maior força tarefa arquitetada pelo CICV (e em parceria com igrejas cristãs da região, para facilitar seu acesso às vítimas) desde a Segunda Guerra Mundial - os setores de ajuda foram principalmente o fornecimento de alimentos e a visita de funcionários do CICV aos prisioneiros de guerra. Além disso, durante o conflito foi recorrente questionado os limites morais do princípio basilar da neutralidade. Como reflexo de uma preocupação ética para com a ajuda internacional, a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) surge no mesmo período, sendo um de seus fundadores médico formado da Cruz Vermelha Francesa; a crise humanitária afetou principalmente a população civil e sobretudo crianças. Destaca-se que a guerra foi amplamente televisionada, o que contribuiu para uma forte pressão pública sobre as organizações humanitárias de se posicionarem contra os abusos de direitos humanos cometidos por parte do governo nigeriano (BRAUMAN, 2012; DESGRANDCHAMPS, 2012).

nem contribua para a perpetuação da violência e de seus efeitos. Essa perspectiva desempenha um papel importante na discussão sobre a relação entre o imperativo ético e o humanitarismo. O imperativo ético sugere que a adesão estrita aos princípios tradicionais, sobretudo à neutralidade, não é suficiente para lidar com emergências complexas, como os conflitos não estatais, nos quais é mais difícil fazer distinções entre vítimas, exército e governo, bem como os civis se tornaram os alvos principais, e não apenas vítimas acidentais da violência (BARNETT, 2011; WEISS, 1999; SLIM, 1995).

Esse argumento foi resultado de experiências vivenciadas em alguns cenários de conflitos armados durante o início da década de 1990. Por exemplo, no contexto da guerra na Bósnia, estima-se que entre os anos 1991 e 1992 cerca de metade da ajuda alimentar fornecida pelos atores humanitários ao país tenha sido desviada por pistoleiros e empreiteiros, sendo vendida nos mercados locais em busca de lucro. Além disso, “ao fornecer transporte e abrigo, as agências de ajuda humanitária na Bósnia eram frequentemente acusadas de facilitar a própria limpeza étnica que abominavam” (DUFFIELD, 2001, p.79, tradução nossa”. Weiss (1999, p.12-13, tradução nossa) aponta que esse “tenebroso” lado da ação humanitária pode abranger:

Alimentos e outras ajudas usurpadas por beligerantes para sustentar uma economia de guerra (por exemplo, na Libéria); assistência que deu legitimidade a autoridades políticas ilegítimas, particularmente aquelas com economia de armas (por exemplo, na Somália); padrões de distribuição de ajuda que influenciaram o movimento de refugiados (por exemplo, no leste do Zaire); alocações de recursos que promoveram a proliferação de agências de ajuda e criou um mercado de ajuda esbanjador que incentiva as organizações a jogarem uma contra as outras (por exemplo, no Afeganistão); elites que se beneficiaram da economia de ajuda (por exemplo, na Bósnia); e recursos que afetaram equilíbrios estratégicos (por exemplo, em Serra Leoa). (WEISS, 1999, p.12-13, tradução nossa).

No contexto do humanitarismo liberal, Weiss (1999) ressalta que os objetivos podem ser diferenciados entre “minimalistas” e “maximalistas”. Os “minimalistas” estão vinculados ao princípio de Não Causar Danos (ou “*do no harm*”), que remete à preocupação de a ação humanitária evitar e mitigar quaisquer efeitos negativos não intencionais de suas ações em relação ao público beneficiário. Os “maximalistas”, além de considerar a abordagem de Não Causar Danos, “têm uma agenda de empregar a ação humanitária como parte de uma estratégia compreensiva de transformar conflito” (WEISS, 1999, p.3, tradução nossa). O humanitarismo liberal é caracterizado pelos componentes da globalização, segurança internacional e paz liberal. Acredita-se que elementos como os direitos humanos e governança sejam importantes

para resolver as causas subjacentes de emergências complexas. Neste período, a ajuda é percebida como um instrumento em prol da promoção de soluções duradouras, o que “reforça compromissos políticos anteriores de vincular assistência e desenvolvimento, resolução de conflitos e reconstrução societal” (DUFFIELD, 2001, p.75, tradução nossa). Esse aspecto parte da premissa de que a guerra pode (e deve) ser evitada.

Tal perspectiva fortalece o argumento sobre como ação humanitária pode ser elemento crucial para impulsionar mudanças estruturais e abordar as causas de emergências complexas, ao mesmo tempo, “incorpora a fusão do desenvolvimento e segurança, complementando o consenso político atual em relação à resolução de conflitos e reconstrução social” (DUFFIELD, 2001, p.94, tradução nossa). Essa visão predominante tem sido traduzida no comprometimento da comunidade internacional com a segurança humana coletiva e em esforços para consolidar os direitos políticos e sociais, bem como a responsabilidade de promover a paz e trabalhar em direção à estabilidade a longo prazo (SANTOS, 1989). Considerando a abrangência dessa discussão, a análise na seção subsequente investiga o Humanitarismo Liberal e a retórica política da ação humanitária abordando três pontos principais: a percepção no período pós-Guerra Fria sobre o que constituem as causas gerais de conflitos, o conceito de segurança humana, e o paradigma da governança liberal vigente e os elementos que caracterizam a perspectiva da paz liberal.

Esses pontos são importantes para compreendermos os dilemas do novo-humanitarismo em resposta a situações de conflito armado, que se tornaram mais evidentes com a campanha militar da Guerra Global contra o Terrorismo (GGcT), em setembro de 2001. Esses dilemas envolvem questões como a politização e a militarização do humanitarismo, a condicionalidade da ajuda e a ênfase nos direitos humanos (DE TORRENTÉ, 2004, s/p, tradução nossa), bem como a erosão dos princípios tradicionais da ação humanitária, com especial atenção à rejeição da neutralidade (NASCIMENTO, 2011; FOX, 2011).

2.2 Humanitarismo liberal e a retórica política da ação humanitária

O humanitarismo liberal foi inicialmente apresentado como a principal abordagem para a proteção do indivíduo e a resolução e prevenção de conflitos no período pós-Guerra Fria. Esse discurso enfatiza a expectativa de que ações implementadas com base na justificativa humanitária fossem capazes de lidar com as “inseguranças” e “ameaças” em países não ocidentais (NASCIMENTO, 2014). Em grande medida, a literatura científica produzida neste período sobre o tema da ação humanitária buscou explorar os procedimentos operacionais para

a ajuda internacional. Uma outra linha, como analisa Roland Paris (2002), pode ser observada no componente do humanitarismo como associado aos interesses políticos e ideológicos de uma consolidada ordem internacional liberalizante vigente e em favor de não somente “ajudar”, como também “salvar” outros povos.

Com base neste segundo ponto, a análise realizada nesta seção busca compreender os padrões liberalizantes do humanitarismo que fortalecem modelos ocidentais de segurança, paz, desenvolvimento e Estado (BILGIN, 2010). Essa linha de pesquisa ressalta a concepção da paz liberal, que relaciona os contextos de guerra e injustiça com o subdesenvolvimento, a instabilidade política e a desordem social. Um marco importante nesse sentido ocorreu em 1992, quando Boutros Boutros-Ghali, então Secretário-Geral das Nações Unidas, adotou a chamada Agenda para a Paz. Tal iniciativa atribuiu à ONU um papel central na discussão “sobre como lidar com novas ameaças de segurança” (BARNETT, 2011, p.278, tradução nossa). O documento estabeleceu uma série de indicadores para auxiliar a comunidade internacional na identificação das causas dos conflitos armados nesse período, além de apresentar recomendações cada vez mais abrangentes para responder a esses cenários e preveni-los.

As fontes de conflito e guerra são profundas. Atingi-las exigirá nosso máximo esforço para aumentar o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, promover o desenvolvimento econômico e social sustentável para uma prosperidade mais ampla, aliviar a angústia e reduzir a existência e o uso de armas massivamente destrutivas [...] Estar pronto para ajudar na construção da paz em seus diferentes contextos: reconstruir as instituições e infraestruturas de nações dilaceradas por guerras civis e conflitos; e construindo laços de benefício mútuo pacífico entre nações anteriormente em guerra; E, no sentido mais amplo, abordar as causas mais profundas do conflito: desespero econômico, injustiça social e opressão política. É possível vislumbrar uma percepção moral cada vez mais comum que permeia as nações e os povos do mundo, e que está encontrando expressão em normas internacionais, muitas delas devido ao trabalho desta Organização [ONU] (ONU, 1992, p.8, tradução nossa).

Observa-se um amplo espectro de ameaças e a busca por uma versão específica de paz. O humanitarismo liberal, relaciona a ajuda com a dimensão da segurança e do desenvolvimento. É o que Fox (2001, p.279, tradução nossa) compreende como sendo o “humanitarismo orientado a objetivos”, que “coloca o fortalecimento de processos e instituições antes de salvar vidas” (FOX, 2001, p.284, tradução nossa). Surgindo também nesse contexto, o conceito de segurança humana se destaca como uma perspectiva abrangente para lidar com questões como abusos aos

direitos humanos, enfatizando a importância do desenvolvimento econômico e social para o bem-estar e segurança coletiva.

Tal perspectiva procura conciliar a proteção do indivíduo, abraçando uma agenda de direitos humanos (CHRISTIE, 2010; RICHMOND, 2007), que se conecta com preocupações humanitárias, e a busca pela consolidação de uma ordem mundial justa e pacífica. O conceito de segurança humana foi institucionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 e representa uma expansão significativa nos objetivos de segurança, buscando integrar o indivíduo⁷ como o elemento central das relações internacionais (BUZAN; HANSEN, 2012).

O conceito de segurança deve, portanto, mudar urgentemente em duas maneiras básicas: de uma ênfase exclusiva na segurança do território para uma ênfase muito maior sobre a segurança de pessoas; da segurança através de armamentos à segurança através do desenvolvimento humano sustentável. A lista de ameaças à segurança humana é longa, mas a maioria pode ser considerada em sete categorias principais: segurança econômica, segurança alimentar, segurança de saúde, segurança ambiental, segurança pessoal, segurança de comunidade e segurança política (PNUD, 1994, p. 24-25, tradução nossa).

Essa concepção ganhou destaque especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, sustentando-se na ideia de que “a falta de segurança humana alimentou a máquina global de terrorismo e criou ameaças contra o mundo ocidental” (CHRISTIE, 2010, p.174, tradução nossa). O contexto ressaltou a importância de implementar uma série de ações, ancoradas na proteção do ser humano e na promoção da paz em contextos como o Iraque e o Afeganistão⁸, buscando assegurar a ordem internacional que o ocidente julgava estar ameaçada. No entanto, surgiram questionamentos em relação à instrumentalização da ajuda em prol de questões relacionadas à segurança humana, suscitando dúvidas sobre se o

⁷ Ao mesmo tempo, é importante mencionar que as práticas de segurança tradicional sobre a proteção do Estado ainda são cruciais. Destaca-se que “o processo de adoção da segurança humana pela comunidade política pode ser estabelecido de maneira útil por meio de um exame da política externa do Canadá. Embora o Canadá seja geralmente retratado como líder em segurança humana, também tem se engajado ativamente nos componentes de combate da ‘Guerra Global ao Terror’, em particular no Afeganistão. Um exame da política canadense pode, assim, esclarecer como as práticas de segurança tradicional e segurança humana podem coexistir e, de fato, complementar uma à outra” (CHRISTIE, 2010, p.175, tradução nossa).

⁸ É interessante o que Mohammed Ayoob (2006, p.110, tradução nossa) compreende sobre o que representam as intervenções empreendidas pelos Estados Unidos e aliados nos dois países. O autor analisa que “tanto o Afeganistão como o Iraque demonstram que a desintegração ou colapso dos Estados, mesmo aqueles inicialmente não considerados atores importantes no sistema internacional, muitas vezes possuem a capacidade de afetar os interesses estratégicos das grandes potências de maneira direta e indireta, tornando-os assim em grandes questões de preocupação global e fontes primárias de desestabilização sistêmica”.

envolvimento internacional em emergências complexas servia a interesses políticos e estratégicos específicos (CHRISTIE, 2010).

No caso da Guerra Global contra o Terrorismo (GGcT), é evidente como questões políticas ocuparam espaço na esfera humanitária e contribuíram para justificar a ampliação de mandatos internacionais nessas regiões sob a justificativa de promoção dos direitos humanos, a paz, e a justiça. Um exemplo recorrente nessa discussão é a campanha pela igualdade de gênero no Afeganistão. A implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS) é destaque ao buscar promover a participação desse grupo nos processos de tomada de decisão política. A WPS, introduzida pela Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), é marco importante na perspectiva de gênero no contexto de guerra e tem como objetivo integrar as mulheres nas discussões sobre a construção da paz. Esse enfoque busca também garantir que a temática da igualdade e justiça de gênero seja adotada em negociações e acordos de paz e reconhece a importância de atender às necessidades e vulnerabilidades específicas enfrentadas por mulheres e meninas em conflitos armados (OXFAM, 2015; OXFAM, INTERNATIONAL ALERT, 2017; CSNU, 2000). Ao abordar a perspectiva do novo-humanitarismo no contexto da GGcT, Nascimento (2015, s/p, tradução nossa) destaca que “em contraste ao humanitarismo clássico, que tende a ignorar contextos políticos, esta nova concepção emerge de uma dimensão muito mais política da assistência humanitária que não tinha mais o objetivo de responder sobre as necessidades e sofrimento de todas as vítimas, mas em estimular os processos políticos e sociais”.

O humanitarismo liberal tornou-se um dos temas mais controversos para estudo nas Relações Internacionais ao apontar para elos de poder ainda que o escopo central seja o fornecimento de ajuda. Essa literatura, presente por exemplo nos Estudos Críticos de Segurança Internacional (ECSI), concentrou-se em perceber e contestar os mecanismos políticos e de coerção utilizados no sistema humanitário contemporâneo. O desafio atual consiste exatamente em encontrar um equilíbrio entre a legitimidade e efetividade da ajuda internacional, ao mesmo tempo em que seja preservada a sua integridade (voltada para atender às necessidades das pessoas afetadas), sem que a ação humanitária seja utilizada como uma ferramenta para fortalecer agendas políticas e ideológicas, ou alcançar interesses estratégicos.

As agências humanitárias se envolveram ativamente na reconstrução pós-conflito e na construção da paz, promovendo a democracia e os direitos humanos, buscando uma carteira de segurança humana, abordando as causas da pobreza com a criação de projetos de micro finanças, atacando a violência e a desigualdade de gênero e ensinando as comunidades locais como resolver

seus problemas e disputas pacificamente. O desejo da comunidade internacional de estender novos tipos de proteção às populações civis levou a uma “responsabilidade de proteger” (BARNETT, 2011, p.52, tradução nossa).

Hugo Slim (1995) destaca que, desde a década de 1990, os cenários de resposta às emergências complexas têm testemunhado uma mudança de paradigma na ação humanitária. O autor identifica oito habilidades⁹ principais que representam a adaptação do trabalho humanitário nesses contextos. Concentraremos nos seguintes aspectos: análise de gestão e resolução de conflitos, compreensão ampla de vulnerabilidades, e ligação militar. Esses temas estão intrinsecamente relacionados com a promoção da segurança e a construção da paz. A comunidade internacional adota uma estratégia que envolve a análise e gestão de conflitos visando identificar as causas da guerra e explorar alternativas para promover a paz. Nesse contexto, temas como justiça, direitos humanos e desenvolvimento econômico e social, passam a integrar a essência de um conceito ampliado de segurança humana, como apresentado anteriormente.

O segundo ponto implica reconhecer que a escalada de vulnerabilidades resultante de emergências complexas ocorre de maneira acelerada, indiscriminada e prolongada. Nesse sentido, Slim (2022b) observa que, ao contrário do humanitarismo do século XIX, representado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a ação humanitária recente concentra-se nos elementos da violência estrutural com a finalidade de identificar ameaças e estabelecer, a partir disso, um quadro de prioridades de atendimento.

O autor também ressalta a importância de realizar análises das relações sociais, políticas, étnicas e de classe que caracterizam uma determinada sociedade. Ele destaca que essa compreensão requer o estabelecimento de diálogos entre os atores humanitários e as comunidades locais que são beneficiárias (SLIM, 1995, p.116). No que diz respeito à terceira habilidade, a ligação militar, Slim (1995) aborda a consolidação de uma relação de coexistência cooperativa entre os atores humanitários, representado por exemplo pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), e os atores do humanitarismo político-militar, geralmente designados por Estados ocidentais – que fazem parte das Nações Unidas – e encarregados de lidar com questões de proteção social, construção da paz e promoção da segurança territorial. Ao mesmo

⁹ As oito habilidades que Slim (1995) aborda são: análise política informada; habilidades de negociação; análise de gestão e resolução de conflitos; monitoramento de propaganda e transmissão humanitária; compreensão ampla de vulnerabilidades para incluir as noções de vulnerabilidade política, étnica, de gênero e de classe; monitoramento e relatórios de direitos humanos; ligação militar; e segurança pessoal e bem-estar da equipe (SLIM, 1995, p.110).

tempo, eles também podem estar envolvidos em atividades mais tradicionais, como o alívio emergencial.

Nesse sentido, destaca-se a “suspeita política muito mais profunda sobre os reais motivos de cada intervenção militar da ONU”, e a problemática associada à preferência pela implementação de uma ajuda humanitária de natureza e características ocidentais (SLIM, 1995, p.119, tradução nossa). Isso levanta a preocupação sobre a possibilidade de influência e direcionamento da ajuda humanitária por interesses e valores específicos. Paris (2002, p.638, tradução nossa) compreende que “sem exceção, as missões de construção da paz no período pós-Guerra Fria tentaram ‘transplantar’ os valores e instituições do núcleo democrático liberal para os assuntos internos dos estados anfitriões”. O modelo de segurança ocidental contribuiu na identificação dos pretextos da guerra, e é pressuposto para uma resposta adequada frente às necessidades humanas (GOSSMAN, 2003). Assim, são enfatizados benefícios dos valores ocidentais, entendendo que as causas da guerra estão associadas à “violência estrutural e no ressentimento social”, sendo, por outro lado, o “desenvolvimento econômico e liberdade política os remédios adequados” (SABARATNAM, 2011, p.3, tradução nossa).

Este cenário corresponde a um padrão de ordem liberal, consolidado, à primeira vista, no discurso da inclusão e universalidade, que se transpôs na perspectiva da paz liberal de unidade e compromisso compartilhado para a promoção da paz e da segurança. A abordagem da paz liberal conecta contextos de guerra ao subdesenvolvimento e evidencia estratégias que têm como objetivo a (re)construção e transformação de um conjunto amplo de sistemas considerados “falhos” em outros que sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e econômico. Além disso, tem como ideal o estabelecimento da ordem social de um local e a reprodução de uma estrutura política mais estável em prol da segurança humana (REDMOND, 2021).

Oliver Richmond (2006, p.292, tradução nossa) considera como os principais componentes da paz liberal: “democratização, estado de direitos, direitos humanos, mercados livres e globalizados e desenvolvimento neoliberal”. Nesta dissertação, buscamos orientar o estudo conforme a perspectiva adotada por Mark Duffield¹⁰ (2001, p.11, tradução nossa), que incorpora a perspectiva do novo-humanitarismo discutido anteriormente.

¹⁰ Optamos por adotar a definição apresentada, por considerarmos que é a que mais se relaciona com a abordagem do novo-humanitarismo e, como apresentado no capítulo sobre a Atuação da Oxfam no Afeganistão, ressalta questões importantes para a construção das categorias de análise. No entanto, além da perspectiva de Duffield, buscamos explorar diferentes abordagens teóricas, sobretudo dos Estudos Críticos de Segurança Internacional (ECSI) e da temática da ação humanitária contemporânea, a fim de aprofundar o debate.

A ideia de paz liberal [...] combina ‘liberal’ (como nos princípios econômicos e políticos contemporâneos) com ‘paz’ (a forte predileção política para a resolução de conflitos e reconstrução social). Isso reflete o consenso existente de que o conflito no Sul é mais bem abordado por meio de uma série de medidas conectadas, de melhoria, harmonização e, especialmente, transformação. Embora isso possa incluir o fornecimento de ajuda imediata e assistência à reabilitação, a paz liberal incorpora um novo humanitarismo ou político que enfatiza a resolução e prevenção de conflitos, reconstrução social, fortalecimento de instituições civis e representativas, promoção do estado de direito e reforma do setor de segurança no contexto de uma economia de mercado viável. Em muitos aspectos, embora contestada e longe de garantida, a paz liberal reflete uma agenda de desenvolvimento radical de transformação social. Neste caso, porém, trata-se de uma responsabilidade internacional e não de um Estado jurídico independente ou único (DUFFIELD, 2001, p.11, tradução nossa).

Pinar Bilgin (2010, p.619) compreende que a diferença normativa entre modelos de Estados “avançados” e “atrasados” corresponde a uma dimensão política que se fundamenta na objetificação de Estados não ocidentais. Essa prerrogativa recai sobre o risco de se assumir como universais as experiências que são próprias do ocidente, o que implica em desconsiderar um quadro amplo de interesse (inclusive de teor humanitário), diversidade, subjetividade, complexidade e experiência política e social em outros locais. Em complemento a isso, a ampliação dos movimentos liberais e democráticos veio acompanhada de um aprofundamento nos padrões normativos sobre como uma sociedade deve ser e se comportar (BILGIN, 2010). Isso chama atenção para as problemáticas em assumir um padrão “universal” e inclusivo de valores e preocupações “comuns” e vitais para a segurança do Estado e do indivíduo, mas que reproduz o aprofundamento da hierarquização das relações políticas internacionais sobretudo entre atores ocidentais e não ocidentais. Neste sentido, Uday S. Mehta (1990) compreende que

As reivindicações universais podem ser feitas porque derivam de certas características que são comuns a todos os seres humanos. Central entre essas características antropológicas ou fundamentos para a teoria liberal são as alegações de que todos são naturalmente livres, que são iguais nos aspectos morais relevantes e, finalmente, que são racionais (MEHTA, 1990, p.431, tradução nossa).

O tema da politização do humanitarismo aponta que o sistema ocidental de ajuda tem refletido na consolidação de um cenário em que os atores humanitários “escolheram deliberadamente complicar sua missão e trabalhar com a ambição de desenvolvimento de longo prazo e com compromissos democráticos para criar sociedades liberais” (SLIM, 2022b, p.204, tradução nossa). Neste sentido, Slim (2022b) acrescenta que as tendências contemporâneas para

a ação humanitária apontam para dois cenários que se complementam.

O primeiro, de que o humanitarismo é um conceito amplo, dinâmico e cultural. O segundo de que, apesar de os trabalhadores humanitários se perceberem inseridos neste sistema humanitário ocidental “comum”, organizações diversas (estatais e não estatais) têm atuado em contextos que, na verdade, têm se mostrado imprevisíveis, o que torna ainda mais complexo enfrentar as vulnerabilidades e inseguranças. Foi o que levou, por exemplo, durante a década de 1990 e sobretudo após o genocídio em Ruanda, em 1994, atores como a Oxfam, dentre outros, a questionarem o que se configura “qualidade” e “eficácia” em termos de ajuda humanitária (VAUX, 2006).

A resposta “caótica e competitiva” dos atores humanitários diante do movimento de refugiados ruandeses na região do Zaire (atual República Democrática do Congo), como bem destacado por Vaux (2006, p.247, tradução nossa), resultou em uma avaliação conjunta dos procedimentos operacionais e posturas morais adotadas. O cenário e a resposta internacional foram descritos como “catastróficos”. Durante o primeiro mês, quase 50.000 deslocados morreram em campos de refugiados em condições precárias de saúde devido a uma epidemia de cólera e desnutrição, além da violência perpetrada por soldados ruandeses e milícias genocidas contra a população civil (MSF, 2019).

O contexto levantou questões que ainda são referenciadas e discutidas nos dias de hoje. Organizações humanitárias se viram diante de uma situação em que a ajuda estava sendo desviada para grupos criminosos que usavam os campos de refugiados como base para ataques contra civis (VAUX, 2006; MSF, 2019). Esse cenário levou os Médicos sem Fronteiras (MSF) a saírem dos campos no Zaire em novembro de 1994, seguido por outras organizações.

A ajuda humanitária estava sendo massivamente desapropriada por líderes extremistas, o que deixou alguns refugiados sem ajuda. O MSF estimou que quase um quarto dos refugiados no campo de Katala estavam recebendo insumos alimentares insuficientes. Esse contexto de violência generalizada e apropriação indevida de auxílio levantou questões para os gestores do MSF e as equipes que prestavam assistência no campo. A ajuda humanitária não estava atingindo os mais vulneráveis e o MSF estava involuntariamente apoiando um sistema militarizado dirigido por perpetuadores de genocídio (MSF, 2019, s/p, tradução nossa).

A experiência em Ruanda resultou na criação do Projeto Esfera (1997) e a produção de um documento, o - Manual Esfera: Carta Humanitária e Normas Mínimas para Resposta Humanitária (1998). Este inclui um conjunto de boas práticas e orientações direcionadas aos

mais diversos atores interessados no tema da ajuda internacional. São consideradas como preocupações tanto o esforço para atender às necessidades básicas quanto a redução de vulnerabilidade futuras. O Manual Esfera considera o “imperativo humanitário” de salvar vidas e preza pela conformidade dos atores de ajuda com os princípios clássicos da humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência, acrescentando a preocupação em promover o direito à vida com dignidade e o direito do indivíduo à proteção e à segurança (ESFERA, 2018, p.31-32). O documento tem como finalidade padronizar as prioridades, o planejamento e, em especial, definir as ferramentas necessárias para a implementação de uma resposta humanitária bem estruturada e eficaz, por assim dizer, capaz de prestar atendimento às vítimas de emergências complexas.

É um material interessante para se perceber a dinâmica humanitária global vinculada aos interesses de promoção da segurança humana. A estrutura do Manual Esfera (2018) é configurada da seguinte forma: a) princípios fundamentais – princípios de proteção, Carta humanitária (que faz parte da estrutura legal do documento), e os padrões humanitários centrais, e b) setores de resposta: acesso à água, saneamento e higiene (WASH), segurança alimentar e nutrição, abrigo e assentamento, saúde. Conforme o Manual, é esperado que trabalhadores humanitários e de desenvolvimento sejam capazes de estabelecer uma rede de resposta conjunta para a promoção do desenvolvimento humano, entendendo que a segurança do indivíduo é medida em graus variados de sua liberdade. Embora o material seja amplamente reconhecido como um marco na ação humanitária contemporânea, ele também enfrenta questionamentos relacionados ao fato de que a delimitação das normas mínimas e dos objetivos para a resposta pode refletir princípios e valores do mundo ocidental. Entre os pontos de destaque, estão a universalidade das normas humanitárias e sua aplicabilidade em diferentes contextos culturais e políticos.

Além disso, a ação humanitária também enfrenta dilemas no que concerne à possibilidade de relativizar o imperativo humanitário de salvar vidas, dependendo do contexto, o potencial de aumentar e perpetuar vulnerabilidades em diversos níveis da sociedade, e a problemática da condicionalidade¹¹ como forma de triagem das vítimas na prestação de ajuda humanitária (NASCIMENTO, 2011; DE TORRENTÉ, 2004). Do ponto de vista da condicionalidade, no contexto do Afeganistão e outros semelhantes, uma série de organizações

¹¹ De Torrenté (2004, p.4, tradução nossa), ao abordar a natureza incondicional para o fornecimento de ajuda humanitária, compreende que “a forma mais cruel de triagem é a condicionalidade. Condicionar a entrega de ajuda a uma escolha moral e/ou política, como a legitimidade e as políticas da autoridade responsável, é uma prática de longa data de ajuda ao desenvolvimento”.

(como a Oxfam) se comprometeram a restringir a ajuda humanitária e passaram a defender que sua condicionalidade seria importante para proporcionar mudanças na política adotada pelo grupo Talibã, principalmente em relação à violência de gênero no país (ATMAR, 2003; NASCIMENTO, 2015). Neste sentido,

Os grupos que seguem a versão ocidental de direitos humanos e resolução de conflitos receberão ajuda. Aqueles que rejeitam os valores ocidentais serão deixados à própria sorte. Dessa forma, a ajuda humanitária condicional está se tornando mais uma ferramenta disponível para os governos ocidentais controlarem os países em desenvolvimento (FOX, 2001, p.284, tradução nossa).

O argumento de Fox (2001) reflete a discussão em torno dos objetivos de transformação de Estados e sociedades consideradas inseguras, que são percebidas como ameaças reais ou potenciais. Um exemplo comumente mencionado nesse debate é a prerrogativa de “conquistar corações e mentes” durante a Guerra Global contra o Terrorismo (GGcT), associada ao objetivo de promover uma identidade nacional unificada e fundamentada em um modelo ideal de sociedade, relacionado ao Estado liberal-democrático. Perceber isso é particularmente importante, pois a promoção do bem-comum requer a identificação das inseguranças e ameaças à proteção do indivíduo, o que depende da interpretação específica do ator em um contexto particular. Situar esse debate contribui para identificar contradições na definição de prioridades de resposta, levando em consideração o discurso humanitário, que muitas vezes se baseia na percepção de que certos grupos sociais são mais vulneráveis (ou mais dignos de proteção) do que outros.

Como os atores humanitários se posicionaram frente a tal discussão tem refletido diretamente na operacionalização do fornecimento da ajuda internacional. Paris (2000, p.645, tradução nossa) aponta para a discussão sobre “condicionalidades políticas”, enquanto um mecanismo de globalização da ideia de democracia liberal que utiliza da ação humanitária. Na abordagem deste autor, a intenção ocidental de transformação política de locais como Ruanda e Bósnia se consolidava na década de 1990 na medida em que as “agências impuseram ‘condicionalidades’ exigindo que os estados realizassem reformas econômicas e políticas específicas em troca de ajuda econômica” (PARIS, 2002, p.644, tradução nossa).

Outros estudiosos também apontam que não há consenso sobre qual modelo humanitário – seja de reconstrução ou de assistencialismo – é mais eficaz para lidar com os contextos atuais de conflitos armados (PARIS, 2002). Isso ocorre porque a prática da ação humanitária está sujeita à interpretação, de acordo com a definição do ator humanitário, sobre

o significado de justiça, o limite da neutralidade em um determinado cenário de atuação, bem como as expectativas do público beneficiário. No entanto, ressalta-se que, com frequência, o próprio público-alvo da ajuda não é consultado nesse processo. Esse aspecto não apenas auxilia na compreensão de como mecanismos de ação humanitária podem aprofundar as narrativas que moldam os padrões de sociedade, mas também tem fortalecido relações de exclusão, subordinação e isolamento do não ocidente.

Tal debate pode ser levado ao extremo quando consideramos a discussão sobre civilização, que geralmente está associada ao período da colonização e do Humanitarismo Imperial. Essa discussão também nos ajuda a tencionar a discussão sobre a Guerra Global contra o Terrorismo (GGcT) e suas implicações. Mark Neocleous (2011b) destaca que a GGcT significou um conflito armado contra o “não civilizado” e em prol do ocidente “civilizado”. É uma interpretação que contribui para explicar tal política ofensiva adotada a partir de 2001, e que também teve como objetivo a transformação da ordem social de locais não ocidentais identificados como inseguros e capazes de pôr em causa a ordem liberal global e, em termos gerais, o estilo de vida ocidental.

A ideia de civilização foi trazida, por exemplo, nos discursos de George W. Bush e Tony Blair, então presidente dos Estados Unidos e primeiro-ministro inglês, respectivamente, sobre a ameaça internacional dos grupos Talibã e Al-Qaeda. Deste modo, foi adotado um enfoque preocupado com a valorização da própria autoimagem, pintada como boa e civilizada do ocidente (NEOCLEOUS, 2011b) e no consenso de que deveria haver uma tentativa de “salvar” Estados e povos do controle de grupos rotulados como terroristas. Nesse sentido, entendendo a ideia de civilização como um mecanismo policial internacional.

Podemos dizer que, enquanto a polícia foi o princípio da ordem social, a civilização estendeu isso globalmente. Ou, dito de outra forma, civilização implicitamente manteve sua missão policial original e a estendeu no âmbito internacional, tornando-se a categoria ordenadora do poder internacional [...] As críticas repetidas ao padrão de ‘civilização’ – que nunca foi fácil de definir, que era difícil de aplicar na prática e que muitas vezes funcionava como um instrumento bastante grosseiro (Gong 1984:21-22) – esquece de dois pontos. Primeiro, que essas características são consistentes com suas origens na ideia de polícia; a cruzada pela civilização, como projeto de polícia, gera e utiliza uma série de mecanismos de administração política para moldar a subjetividade humana e ordenar a sociedade civil. E, segundo, que sempre foi um meio de ordenar a sociedade internacional em torno de um determinado projeto. (NEOCLEOUS, 2011b, p.154, tradução nossa)

Ao abordar o tema da ofensiva civilizatória atualmente, o “determinado projeto” que o autor faz referência é o mito liberal de construção da paz, amparado em uma estratégia de poder que tem fim na fabricação da ordem social e política, sendo a civilização, portanto, uma categoria de poder para a “fabricação da ordem internacional” (NEOCLEUS, 2011b, p.147, tradução nossa). Do ponto de vista do humanitarismo liberal, projetos sociais seriam ferramentas importantes para “conquistar corações e mentes” de uma população por meio de graus variados e multissetoriais de ajuda para a redução da pobreza, promoção dos direitos humanos e desenvolvimento, apoio no processo de construção da paz, capacitação e até mesmo o estabelecimento da resiliência de sociedades (DUFFIELD, 2001).

Observa-se que diversas ONGs fazem parte de uma comunidade interessada em minimizar graus variados de insegurança e frequentemente implementam iniciativas com o intuito de alcançar tais objetivos em áreas de conflito, tendo como base a redução de vulnerabilidades estruturais. Isso acaba contribuindo para os processos de gestão e resolução de conflitos. Nesse caso, o imperativo ético envolve contrariar a ideia da inação ou neutralidade, um princípio operacional e humanitário tradicional frequentemente considerado contraproducente (DE TORRENTÉ, 2004).

Surgem questionamentos diante dessas questões. Cabe às organizações humanitárias assumirem a responsabilidade de implementar procedimentos para a resolução de conflitos armados? O imperativo humanitário de salvar vidas deve ser relativizado dependendo da situação? O humanitarismo é, ou deveria ser, baseado na resposta às necessidades de todos os seres humano? (O’BRIEN, 2004). A resposta a essas perguntas está condicionada às prioridades estabelecidas pelo ator humanitário em sua ação e de sua concepção de moralidade. Além disso, compreende-se que o fortalecimento de um discurso moral do humanitarismo liberal depende de que sejam definidas, de forma cada vez mais abrangente, o que são inseguranças e vulnerabilidades de um Estado e sua sociedade. Para os trabalhadores humanitários em contextos de conflitos armados, a consolidação de uma estratégia geral de ajuda com pretensão de benefícios a longo prazo gerou uma confusão em diferenciar o que são objetivos humanitários e, por outro lado, quem são os atores e quais são os objetivos políticos envolvidos em uma determinada resposta (VAUX, 2006).

É importante observar que, em algumas ocasiões, as iniciativas humanitárias podem contribuir para a consolidação de categorias de exclusão social. Ao mesmo tempo que, por vezes como complemento da uma política liberal-democrática global, seja incentivada a intensificação heterogênea de guerras de pacificação. Pacificação, como compreendido por

Mark Neocleous (2013), é um mecanismo político de fabricação da ordem social que se fundamenta na valorização do Estado liberal. Sob a compreensão marxista, Neocleous chama a atenção para a acumulação primitiva de capital que é, segundo o autor, contínua e visa a reprodução e manutenção da sociedade capitalista através de perspectivas diversas que se apoiam na promoção de projetos de (in)seguranças em diversos níveis de uma mesma sociedade. O que versa sobre o entendimento de como a segurança deve contribuir para a “transformação de vidas e futuros melhores” (NEOCLEOUS, 2011, p.203), ao mesmo tempo que é um mecanismo político de controle e poder para a preservação da ordem burguesa vigente.

Neocleous (2013, p.18, tradução nossa) aborda a pacificação como uma expressão de poder policial em prol de um certo tipo de boa ordem. Neste sentido, uma espécie de “guerra social” para a construção de sociedades alternativas. A estratégia de pacificação conta com um número variado de possíveis consequências, por exemplo a criação de “zonas de exclusão” e a desproporcionalidade de alcance do projeto de segurança social. Em termos gerais, essa perspectiva é compreendida também por Mehta (1990) ao abordar as “estratégias liberais da exclusão”. Para o autor, os “efeitos excludentes das práticas liberais” correspondem à “marginalização de várias pessoas” (MERSHA, 1990, p. 428, tradução nossa). O discurso da valorização das práticas ocidentais é fortalecido conforme são incentivados e implementados projetos para o desenvolvimento, paz, progresso, e outros com a finalidade de até mesmo alterar a identidade (por vezes qualificada como “culturalmente violenta”) e costumes de uma sociedade. O envolvimento ocidental de Estados e organizações humanitárias diversas no Afeganistão a partir de 2001 ilustra bem como a ajuda pode ser instrumentalizada e utilizada como estratégia de contrainsurgência (VAUX, 2006).

Existem duas questões importantes que surgem desse contexto e que são abordadas na seção subsequente: (i) no escopo da Guerra Global contra o Terrorismo (GGcT) agências de ajuda internacional foram por vezes associadas a um sistema humanitário político-militar, que de fato coexiste, interessado em operar conforme um projeto de pacificação para conter grupos sociais considerados como desestabilizadores da ordem político-social nacional; e (ii) organizações humanitárias internacionais cada vez mais incorporaram o discurso da resolução e prevenção de conflitos, buscando consolidar projetos sociais que visam o desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade autossustentável.

2.3 Espaço humanitário e o contexto do Afeganistão após o 11 de Setembro

Existe um consenso entre atores de ajuda de que o “espaço humanitário” tem diminuído progressivamente em contextos de guerra. O termo “espaço humanitário” foi introduzido por Rony Brauman, ex-presidente da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF), no início da década de 1990, e é entendido de maneira ampla e subjetiva, podendo ser utilizado de diferentes maneiras dependendo do contexto, do ator humanitário e de seus objetivos. Conforme compreendido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e outras organizações, o espaço humanitário está diretamente ligado ao respeito e cumprimento das normas do Direito Internacional Humanitário (DIH), baseado nas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais (1977), que buscam proteger os direitos e a dignidade das pessoas afetadas por conflito armado.

Em termos gerais, espera-se que o espaço humanitário seja caracterizado como um ambiente seguro e livre, permitindo a avaliação das necessidades e a entrega de assistência às partes interessadas, e um ambiente aberto para o diálogo entre os atores humanitários, as populações civis e as partes beligerantes nacionais e internacionais envolvidas. No cerne da definição está a expectativa de ampliar os limites operacionais para uma resposta humanitária sem interferências políticas internas ou externas (COLLINSON; ELHAWARY, 2012). Interferência política implica, por outro lado, o descumprimento do princípio fundamental da neutralidade. Além disso, fortalece o debate em prol de uma prática que consiga contribuir para a consolidação de uma resposta conjunta aos desafios multidimensionais de emergências complexas, nesse sentido, pode refletir uma agenda de transformação social e gestão de conflitos (DUFFIELD, 2011).

No que diz respeito a esse segundo aspecto, destaca-se a preocupação da comunidade internacional, especialmente na esfera da ONU, em buscar “harmonizar os objetivos políticos, militares e humanitários¹²” (TERRY, 2011, p.974, tradução nossa). Outras organizações, como a Oxfam, reconhecem que a interação entre atores militares e humanitários em contextos de conflitos armados é inevitável, mas enfatizam que “isso tem que ocorrer de uma forma que respeite as respectivas necessidades e restrições de ambos os lados” (LINDNER, 2010, p.223,

¹² A perspectiva que busca coerência com a ação humanitária tradicional destaca a importância de observar o fato de que “nas últimas duas décadas, o Afeganistão tem sido palco de vários esforços, sejam eles rotulados de ‘quadro estratégico’, ‘agenda de coerência’ ou ‘missão integrada’, para incluir a ação humanitária em um processo político mais amplo destinado a alcançar uma paz internacionalmente aceitável. Agora, mais do que nunca, os resultados negativos de tais estratégias são claros. Eles mostram que a ação humanitária deve permanecer independente e lutar por uma imagem o mais neutra possível para alcançar aqueles em necessidade em todos os lados de um conflito” (TERRY, 2011, p.186-187, tradução nossa).

tradução nossa). O argumento da “coerência” entre o esforço político e humanitário sustenta a ideia de fortalecer iniciativas que enfatizem tanto o imperativo de salvar vidas quanto a promoção da segurança e da paz. Isso implica abordar e mitigar as vulnerabilidades estruturais que impactam a ordem social e o bem-estar individual (BARNETT, 2005).

Espera-se que haja um diálogo transparente entre os atores humanitários e os atores político-militares internacionais. Para o humanitarismo que se posiciona como apolítico, representado neste capítulo pelos princípios da Cruz Vermelha, torna-se ainda mais importante “deixar clara sua necessidade de se distanciar da comunidade militar de vez em quando, e devem ser encontradas maneiras de fazer isso que sejam aceitáveis para ambos os grupos” (SLIM, 1995, p.120, tradução nossa). Apesar dos esforços para preservar a separação entre o humanitarismo e outros campos, muitas vezes essa distinção é limitada pelos interesses de atores externos, como governos e organizações com agendas políticas específicas. Essa situação resulta na predominância de abordagens de resposta cada vez mais abrangentes (SLIM, 1995).

No contexto do Afeganistão e a Guerra Global contra o Terrorismo (GGcT), várias organizações que adotaram o discurso de uma resposta multidimensional foram acusadas de agir com o intuito de “conquistar corações e mentes” da população e de ter um compromisso com o ideal de governança liberal global (COLLINSON; ELHAWARY, 2012).

A GGcT afetou profundamente os trabalhadores humanitários e resultou em uma confusão maior entre objetivos humanitários e políticos. Houve pouca pretensão de imparcialidade ou neutralidade quando as agências de ajuda humanitária seguiram as forças ocidentais que derrotaram o Talibã no Afeganistão. Os atores humanitários foram colocados firmemente sob controle militar por meio de mecanismos provinciais, e a estratégia geral de ajuda foi derivada de perspectivas político-militares. Da mesma forma, no Iraque, as agências de ajuda foram coordenadas por meio de um sistema administrado pelos militares ocidentais. Era praticamente impossível operar sem colaborar com as forças armadas. Os líderes dos EUA deixaram claro em ambos os casos que consideravam as agências de ajuda como suas aliadas – com responsabilidade especial por conquistar “corações e mentes”. Isso segue uma tendência de longo prazo para a “coerência” entre as estratégias políticas, militares e de ajuda ocidentais (VAUX, 2006, p.244).

Essa dinâmica foi impulsionada pelo pressuposto de que as agências de ajuda compartilhavam um interesse comum com as estratégias de política externa dos Estados em depor o governo do Talibã, principalmente ao assumir uma posição contrária às ações que perpetuam violência e violações de direitos humanos, e em favor da construção de uma sociedade mais justa e pacífica. Ao mesmo tempo, surgiram novos atores que buscavam ir além do auxílio emergencial, também se engajando na busca pela justiça social e desenvolvimento.

Isso reflete uma tendência de fortalecimento do discurso humanitário e de direitos humanos com uma perspectiva ocidental. O desafio, nessa perspectiva, consiste em compreender como as organizações independentes podem atuar em contextos polarizados sem serem interpretadas como colaboradoras de uma campanha contrainsurgente, evitando assim servir a estratégias que refletem padrões normativos específicos de uma determinada sociedade.

Desse cenário emergem alguns temas interessantes e complexos no debate sobre a ação humanitária contemporânea, abrangendo uma ampla gama de questionamentos, muitos dos quais não possuem consenso entre os pesquisadores. De Torrenté (2004, p.2), por exemplo, levanta a seguinte questão: “as organizações de ajuda estão irrevogavelmente entrelaçadas com a agenda dos EUA e do ocidente nas mentes de oponentes violentos e, ainda mais alarmante, da população local?”. No contexto do Afeganistão, líderes religiosos veem as organizações humanitárias ocidentais como “agentes do imperialismo ocidental, difundindo valores contrários das correntes conservadoras do Islã” (TERRY, 2011, p.176, tradução nossa).

Essa tensão coloca desafios significativos para a ação humanitária. No que diz respeito à “estratégia de instrumentalização da ajuda” e sua relação direta com a prática do condicionalismo, em que a ajuda depende da participação colaborativa daqueles que a recebem. Isso implica que as populações civis podem ser solicitadas, por exemplo, a fornecer informações relevantes sobre um grupo opositor como contrapartida. Do ponto de vista de grupos armados, a condicionalidade da ajuda humanitária externa geralmente está associada à exigência de mudanças em sua conduta no conflito.

Caso essas mudanças não sejam acordadas, a recusa da ajuda¹³ humanitária pode refletir a rejeição das normas internacionais, especialmente do Direito Internacional Humanitário, o que pode levar a um aumento de ataques deliberados contra civis. No Afeganistão, essa percepção da perda do espaço humanitário é amplamente fundamentada em dados que demonstram o aumento do número de ataques violentos contra trabalhadores humanitários, comunidades e infraestrutura civil. Isso ressalta um dos principais desafios da ação humanitária contemporânea: fornecer assistência e proteção a indivíduos em contextos de emergências

¹³ No cerne dessa questão está a preocupação de “como a indústria de ajuda humanitária está posicionada ou preparada para responder ao desrespeito ou rejeição dos beligerantes das leis ou princípios humanitários, incluindo o uso indiscriminado e extremo da violência contra civis e trabalhadores humanitários” (COLLINSON; ELHAWARY, 2012, p. 10, tradução nossa). De acordo com Collinson e Elhawary (2012, p.9, tradução nossa), deve ser uma preocupação compreender o que está realmente por trás dos motivos políticos ao utilizar da tática deste tipo de terrorismo. As autoras complementam tal argumento destacando que “a ação humanitária sempre foi difícil e perigosa em situações de conflito ativo, onde a violência contra civis e agências humanitárias é muitas vezes uma ação deliberada e às vezes uma tática primária ou objetivo de guerra: entender por que os beligerantes violam as leis humanitárias e os direitos humanos depende de entender seus motivos políticos mais profundos”.

complexas, onde os ataques contra civis também são parte de uma estratégia militar (LINDNER, 2010).

Considerando a complexidade dos cenários onde atuam, é interessante notar que do ponto de vista da adaptação do trabalho humanitário, as “ONGs têm se reinventado várias vezes, passando do auxílio humanitário ao desenvolvimento e, mais recentemente, da abordagem comunitária para a abordagem baseada em direitos” (DUFFIELD, 2001, p.249, tradução nossa). Ao adotar uma Abordagem Baseada em Direitos - *Human Rights-based Approach* (HRBA, na sigla em inglês) -, que emerge também do período pós-Guerra Fria, as organizações e os defensores dos direitos humanos têm como objetivo principal garantir o empoderamento e engajamento da comunidade na promoção e proteção de seus direitos, o que envolve a implementação de políticas de acesso a serviços básicos, como saúde e moradia, mas também o combate à discriminação e injustiças (OXFAM, 2006; ACNUR, 2008).

Essa perspectiva amplia o escopo de atuação e busca estabelecer um sistema de cooperação entre diversos atores, como a sociedade civil, o Estado, grupos políticos e a comunidade internacional. A questão dos direitos humano foi abordada no início deste capítulo, e como observamos, o conceito tem ganhado cada vez mais espaço na política internacional humanitária. Darcy (2004, p.15, tradução nossa) ressalta que ambos os conceitos – humanitarismo e direitos humanos - “invocam a lei projetada para proteger as pessoas contra ameaças e responsabilizar as partes envolvidas. E ambos são regidos por princípios amplamente compatíveis”.

Nesse contexto específico, o debate central gira em torno da seguinte questão: “para as agências humanitárias que adotam uma abordagem baseada em direitos, nem sempre fica claro se isso representa uma mudança nos objetivos perseguidos ou nos meios adotados para alcançar os objetivos humanitários existentes.” (DARCY, 2004, p.6, tradução nossa). Duffield (2001) destaca que a Abordagem Baseada em Direitos tem contribuído para legitimar as ações das organizações de ajuda no campo. A HRBA é evidenciada no trabalho realizado pela Oxfam. Outro texto estudado, de David Chandler (2001), aborda que, além disso, a Oxfam é uma ONG que desempenhou um papel importante na formação do novo-humanitarismo baseado em direitos humanos¹⁴. Perceber tal ponto é importante para analisar a atuação da organização¹⁵ no

¹⁴ Nota-se que o trabalho da Oxfam se diferencia dos objetivos da ação humanitária institucionalizada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) no século XIX. Enquanto o CICV adota os princípios da humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, o trabalho da Oxfam enfatiza os dois últimos como destaca o documento *Oxfam's Role in Humanitarian Action* (CAIRNS, 2013).

¹⁵ Durante a fase de coleta de dados para o capítulo intitulado “Atuação da Oxfam no Afeganistão”, nos deparamos com diferentes termos utilizados para se referir à Oxfam, como “movimento”, “organização” e “confederação”.

Afeganistão, que é o tema do próximo capítulo.

2.4 Considerações Parciais

Buscamos realizar uma reflexão teórico-crítica sobre a ação humanitária contemporânea, considerando as características inseridas na dimensão social do liberalismo. Nesse sentido, reconhecemos a contribuição de diversos autores no campo do humanitarismo e dos Estudos Críticos de Segurança Internacional para o aprofundamento desse debate. Durante nossa análise, apontamos para a importância de questionar os pressupostos subjacentes de padrões normativos de sociedades e valores ocidentais, e considerar cuidadosamente suas consequências, evitando uma abordagem imposta de fora que negligencie a diversidade e complexidade de um amplo e diverso sistema internacional. Essa linha de investigação nos permite compreender os principais dilemas que permeiam a ação humanitária, mencionamos por exemplo questões como a condicionalidade e instrumentalização da ajuda, e a erosão dos princípios tradicionais, em especial o da neutralidade.

Observamos que a dinâmica do humanitarismo internacional é marcada por uma série de eventos e mudanças, como o surgimento de emergências complexas e a institucionalização do conceito de segurança humana, que ganha cada vez mais apoio. Ao apresentar uma perspectiva histórica, abordamos a concepção clássica do humanitarismo, destacando a busca por dissociar a ação humanitária de medidas corretivas, ressaltando a importância dos princípios tradicionais de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência para guiar as iniciativas implementadas. Apesar disso, reconhecemos também os debates que apontam para as limitações e contradições em relação à aplicação dos princípios tradicionais diante de contextos cada vez mais diversificados, caracterizados por dinâmicas sociais, culturais e políticas distintas. Em contrapartida, apontamos para como foram configuradas prioridades e mecanismos operacionais na resposta internacional de ajuda, levando em consideração a participação de atores com abordagens mais flexíveis e adaptáveis frente às demandas específicas de uma determinada localidade.

Da mesma forma, observamos como questões justificadas na preocupação moral de proteção do bem-estar comum podem alterar as prioridades e os mecanismos operacionais na resposta humanitária. É importante reconhecer que a ajuda pode ser influenciada por interesses externos específicos, inclusive se tornando parte de uma estratégia de gestão e resolução de

Devido à falta de padronização, decidimos adotar a terminologia de “organização” conforme utilizada na teoria consultada.

conflitos armados. Esse aspecto ressalta a necessidade de uma investigação cuidadosa das motivações e intenções do ator humanitário, bem como dos princípios e objetivos que orientam sua atuação. Para perceber melhor essa questão e os dilemas associados indicamos três questões centrais. Em primeiro lugar, a ampliação do conceito de segurança é fundamental para uma abordagem mais abrangente de resposta, incluindo aspectos como a proteção dos direitos humanos e a mitigação de vulnerabilidades sociais.

Em segundo lugar, consideramos a discussão recente sobre as causas da guerra, que vão além dos aspectos militares. A injustiça social e as desigualdades econômicas são elementos também apontados como fatores para a perpetuação de conflitos. Por fim, o tema da paz liberal desempenha um papel importante, incorporando o novo-humanitarismo como um mecanismo que integra a ação humanitária como orientada para a paz e a estabilidade. Essa linha de raciocínio contribui para um entendimento mais aprofundado de conceitos como paz, humanitarismo, direitos e segurança humana, bem como os critérios que determinam objetivos para o bem-estar comum. Ao examinarmos as causas dos conflitos, perspectiva crucial para entendermos no que consiste os ideais de paz liberal, percebemos como esses pressupostos são baseados em padrões ocidentais apresentados como exemplos de “boa ordem” e “civilização”, dentro de uma visão de mundo liberal-democrática. Nesse sentido, chamamos atenção para o debate sobre as várias dimensões de poder, especialmente no campo ideológico, que são constituídas e justificadas por uma aparente preocupação genuína em promover o discurso humanitário.

Por fim, também dedicamos uma análise ao contexto das emergências humanitárias complexas e ao cenário de conflito armado no Afeganistão a partir de 2001. Observamos a diminuição do espaço humanitário no país, resultado de diversos fatores. Um desses é a associação cada vez mais frequente entre atores humanitários e militares, além do fato de que civis têm se tornado alvos deliberados nos conflitos, constituindo uma estratégia de guerra. Ao longo da história, as ONGs têm se adaptado a esses desafios, uma discussão recente que tem ganhado destaque é a baseada em direitos, reconhecendo que ação humanitária não é dissociada dos direitos humanos.

Não desconsideramos a importância fundamental da participação dos atores de resposta humanitária em contextos de guerras contemporâneas. Pelo contrário, a perspectiva que busca questionar aspectos centrais a esse tema tem sido adotada pela própria comunidade humanitária, que demonstra preocupação em responder de maneira mais eficaz a contextos cada vez mais complexos e multidimensionais. Para isso, torna-se central realizar investigações que levem em

consideração a perspectiva ontológica das causas do conflito armado e as particularidades regionais, políticas, culturais e sociais da comunidade atendida. Somente assim poderemos repensar soluções que coloquem a vítima no centro das preocupações. Nesse sentido, a finalidade está em compreender a natureza da política humanitária internacional, bem como manifestações e limitações. Trata-se de um tema instigante que ainda não possui consenso estabelecido entre os pesquisadores interessados e continua sendo objeto de investigação científica.

3 ATUAÇÃO DA OXFAM NO AFGANISTÃO

Neste capítulo, analisamos a resposta da Oxfam diante do conflito armado no Afeganistão. Para conduzir a pesquisa, adotamos um enfoque abrangente, recorrendo à análise de sessenta e nove documentos provenientes das bases de dados *ReliefWeb* e *Oxfam Digital Repository*. Além disso, buscamos informações complementares na Plataforma Atlas – *Oxfam Project Browser* e estabelecemos aproximadamente quinze comunicações diretas por e-mail com representantes da Oxfam Grã-Bretanha e Oxfam Novib (Holanda), assim como um ex-funcionário da organização que atuou no país entre os anos de 2014 e 2020. Após uma revisão preliminar dos documentos selecionados e considerando o embasamento teórico-crítico apresentado no capítulo anterior, definimos categorias de análise para a investigação. Nessa fase, foi utilizado o *software* MaxQda para a codificação dos dados e na compreensão dos resultados obtidos.

O capítulo está composto por cinco seções complementares. A primeira, intitulada “Resposta multidimensional em conflitos armados: assistência, segurança e construção de meios de vida sustentáveis”, busca apresentar a Oxfam e evidenciar sua atuação no contexto do Afeganistão. Dessa forma, examinamos a ampla gama de iniciativas e abordagens adotadas pela organização para responder aos desafios humanitários e proteger a população. A segunda seção, com o título “Construção das categorias de análise e seleção documental”, delinea as áreas de interesse que foram investigadas, oferecendo uma visão detalhada das categorias de análise e seus objetivos, e dos procedimentos de pesquisa e critérios utilizados na seleção dos documentos utilizados na investigação. Essa etapa é importante para garantir uma abordagem metodologicamente fundamentada.

As seções subsequentes, seguindo a estrutura das categorias principais, abordam cada uma delas em maior profundidade: (i) Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz; (ii) Abordagem Baseada em Direitos; e (iii) Princípio de Não Causar Danos. Em cada uma dessas seções são apresentados detalhes das estratégias e projetos implementados pela organização, buscando relacionar de forma significativa com a perspectiva teórico-crítica do capítulo anterior. Essa conexão enriquece nosso estudo, contribuindo para uma compreensão das implicações da perspectiva da paz liberal.

A escolha da Oxfam como ator focal para esta pesquisa é justificada por sua atuação em contextos de guerra e sua ênfase institucional no combate à pobreza e desigualdades em diferentes regiões do mundo. A organização reconhece que a ajuda humanitária efetiva vai além

do atendimento emergencial e busca compreender e combater as causas subjacentes ao conflito, pobreza e desigualdade, alinhando-se, assim, ao tema da segurança humana e da perspectiva da paz liberal, à primeira vista, bem como do novo-humanitarismo. Dessa forma, podemos avaliar como a organização combina respostas emergenciais com a promoção de mudanças estruturais, buscando um impacto duradouro e transformador nas comunidades afetadas.

3.1 Resposta multidimensional em conflitos armados: assistência, segurança e construção de meios de vida sustentáveis

A Oxfam surgiu na Inglaterra com o nome de Comitê de Oxford para o Alívio da Fome, fundado em 1942, com o objetivo de distribuir alimentos às mulheres e crianças na Grécia ocupada durante a Segunda Guerra Mundial. Nos anos seguintes, a organização expandiu seu trabalho para outras regiões da Europa e países em desenvolvimento. A Oxfam Internacional foi estabelecida em 1995, formando uma confederação global composta por 21 afiliadas que operam de acordo com preocupações e objetivos comuns na luta contra a pobreza e as desigualdades em diversas partes do mundo, levando em consideração uma ampla gama de contextos (OXFAM, 2023, s/p).

Conforme definição da própria organização, ajuda humanitária efetiva consiste em “salvar vidas, proteger direitos e construir meios de subsistência” (OXFAM, 2011b, p.2, tradução nossa), o que corresponde a uma resposta que busca “tanto atender às necessidades urgentes quanto em combater a pobreza enraizada” (OXFAM, 2011b, p.2, tradução nossa). O documento *Oxfam’s Role in Humanitarian Action* (CAIRNS, 2013) aponta que a Oxfam assume “uma posição sobre as causas da necessidade humanitária”, bem como propõe “mudanças políticas para resolvê-las – com base na experiência, valores e o direito internacional humanitário” (CAIRNS, 2013, p.3, tradução nossa).

Entregamos assistência (incluindo água, saneamento, segurança alimentar de emergência e meios de subsistência) e nos esforçamos para garantir a proteção de civis contra a violência. Quando possível, apoiamos a sociedade civil e as instituições estatais para fazerem isso. Quando não é possível, trabalhamos com nossa equipe e agências internacionais, e ajudamos a reunir ONGs internacionais para coordenar programas e políticas. Somos independentes e imparciais. Nosso trabalho humanitário segue diretrizes internacionais, incluindo a Carta Humanitária Esfera¹⁶, o Código de Conduta do Movimento

¹⁶ Na edição de 2018 do Manual Esfera de Normas Mínimas de Resposta Humanitária, a Oxfam aparece como ex-membro do Conselho Esfera, mesmo que a Oxfam Grã-Bretanha tenha contribuído na produção do capítulo técnico sobre Água, Saneamento e Higiene (WASH, na sigla em inglês). O capítulo no Manual Esfera que aborda o setor de WASH destaca que o objetivo das Normas Mínimas apresentadas para essa área na resposta humanitária é

da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e ONGs em Alívio a Desastres, os princípios da Parceria Humanitária de *Accountability* e o Código de Prática de Pessoas em Ajuda (CAIRNS, 2013, p.1, tradução nossa).

Sua consciência institucional é a de que “todas as pessoas têm o direito à vida e segurança. Buscamos isso quando promovemos uma ampla gama de direitos – a um meio de subsistência decente, alimentação e abrigo, saúde e educação, participação nas decisões e liberdades contra a discriminação”. (CAIRNS, 2013, p.3, tradução nossa). Essa perspectiva engloba uma série de questões como o respeito aos direitos das mulheres, promovendo a igualdade de gênero, proteção de civis em situações de crise e conflito (reconhecendo a importância de garantir sua segurança e bem-estar), busca minimizar riscos potenciais que possam causar danos, está orientada por uma política de construção de resiliência e *accountability*, e procura prezar pelo trabalho realizado em rede.

Nos dias atuais, a Oxfam está presente em cerca de 70 países¹⁷, com o apoio de diversos parceiros, de acordo com informações disponíveis em seu *website* (OXFAM, 2023, s/p). A organização destaca: “nossa ambição é gerar impactos duradouros. Nós buscamos a diferença fazendo parte de um movimento para a justiça social” (OXFAM, 2023b, s/p, tradução nossa). O seu trabalho está baseado em seis valores: (i) Igualdade; (ii) Empoderamento; (iii) Solidariedade; (iv) Inclusão; (v) *Accountability*; (vi) Coragem.

Igualdade: acreditamos que todos têm o direito de ser tratados de forma justa e ter os mesmos direitos e oportunidades. Empoderamento: reconhecemos e buscamos o controle das pessoas sobre as suas vidas e das decisões que as afetam. Solidariedade: unimos forças, apoiamos, e colaboramos para trabalhar em prol de um mundo justo e sustentável. Inclusão: abraçamos a diversidade e diferenças e valorizamos as perspectivas e contribuições de todas as pessoas e comunidades na sua luta contra a pobreza e a injustiça. *Accountability*: assumimos a responsabilidade por nossas ações e inações e nos responsabilizamos perante as pessoas com quem trabalhamos e para quem trabalhamos. Coragem: falamos a verdade e agimos com convicção em favor da justiça de nossas causas (OXFAM, 2023b, s/p, tradução nossa).

As iniciativas da Oxfam abrangem uma ampla gama de temas, como economia de mercado, igualdade e justiça de gênero, mudanças climáticas, e setores específicos para abordar também “as causas e consequências de desastres e conflitos” (OXFAM, 2023b, s/p, tradução

“reduzir os riscos à saúde pública”. As principais atividades em WASH apresentadas no Manual são: “promover boas práticas de higiene; fornecer água potável segura; fornecer instalações sanitárias apropriadas; reduzir riscos ambientais e riscos à saúde; e assegurar condições que permitam às pessoas viverem com boa saúde, dignidade, conforto e segurança” (ESFERA, 2018, p.92, tradução nossa).

¹⁷ Até a data consultada, essa informação foi encontrada na página web da Oxfam Internacional. No entanto, em alguns dos documentos analisados, podemos observar a informação de que o número se estende a 90 países.

nossa). A organização empenha 48% dos seus esforços financeiros a programas para o desenvolvimento, 40% para humanitarismo e em torno de 12% para campanhas de *advocacy* (OXFAM, 2022, p.49). Compreender os valores norteadores e objetivos institucionais torna-se importante para uma análise aprofundada de sua atuação no Afeganistão¹⁸.

A organização destaca-se por considerar os beneficiários de sua ajuda como agentes de mudança, buscando envolvê-los em suas atividades, uma abordagem particularmente relevante em um contexto de conflitos armados. A Oxfam reconhece que a implementação de soluções duradouras requer uma abordagem colaborativa e bem informada sobre as circunstâncias locais. O esperado, conforme a Oxfam, é dispor de um conhecimento detalhado do contexto, importante para identificar oportunidades de ação que estejam realmente alinhadas com a situação no local, os objetivos da organização, e que, em um cenário ideal, as iniciativas adotadas atendam às expectativas e necessidades reais da população afetada.

O intuito é incentivar as comunidades a colaborarem em ações articuladas pela organização e seus parceiros, visando identificar necessidades e implementar soluções sustentáveis de forma integrada. Além disso, nota-se que as iniciativas da Oxfam dependem do trabalho conjunto de uma rede diversa de atores, incluindo a sociedade civil, entidades governamentais e forças de segurança (que devem atuar de acordo com seus procedimentos e funções específicas), todos alinhados com uma estratégia comum de defesa universal dos direitos humanos. Outro aspecto é reconhecer a importância de compreender os diferentes níveis de complexidade em um contexto específico, como o do Afeganistão. Os documentos analisados indicam que a organização está ciente do potencial impacto negativo que um entendimento restrito das dinâmicas do conflito pode ter sobre suas iniciativas de resposta e sobre a população que se beneficia delas.

Embora não seja recorrente, uma análise de conjuntura detalhada é essencial para embasar a implementação de projetos de atores de ajuda. Isso porque, muitas vezes, o que é divulgado como uma realidade do país pode não corresponder às particularidades de regiões específicas. Por exemplo, uma das formas de abordar o assunto é mostrar que, ao contrário do que geralmente é divulgado, a violência no Afeganistão não se deve exclusivamente às políticas

¹⁸ Embora tenhamos encontrado informações de que a Oxfam atuou no Afeganistão desde 1961 para fornecer assistência humanitária e ajuda para o desenvolvimento, descobrimos através de comunicação por e-mail com a Oxfam Grã-Bretanha (OGB) que a organização só foi oficialmente registrada no país em 1991. Além disso, também encontramos um comunicado de imprensa do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de janeiro de 2001, que lista a Oxfam como um dos atores humanitários aprovados para o Afeganistão e menciona o endereço de um escritório em Kabul (UN, 2001). No entanto, essa informação não está na maioria dos documentos que analisamos e, de acordo com a OGB, a organização nunca teve uma sede filial no país.

adotadas pelo grupo Talibã. Na verdade, os motivos subjacentes de disputas nas zonas rurais do país estão mais relacionados às questões de escassez de recursos naturais e períodos prolongados de seca, resultado das mudanças climáticas (OXFAM, 2008). Em termos gerais, os choques climáticos têm um efeito negativo considerável no acesso, produção e venda de mercadorias, reduzindo a renda e podendo gerar conflitos dentro e/ou entre as famílias.

Destaca-se que a terra e a distribuição de água são recorrentemente mencionadas nos documentos analisados como causas para o conflito nas zonas rurais. Tal informação está presente, por exemplo, no *Community Peacebuilding in Afghanistan: the case for a National Strategy* (OXFAM, 2008). O material é resultado de um estudo feito pela Oxfam e que evidencia a complexidade das ameaças à segurança e as causas das disputas no país que, como mencionado, não é exclusiva ao envolvimento do Talibã, muitas vezes retratado como o principal motivo do cenário de guerra e da crise humanitária. Na verdade, o contexto é ainda mais complexo e abrange também diferentes atores e circunstâncias.

A guerra por recursos e os conflitos dentro e entre famílias, bem como entre comunidades, e sobre diferenças entre tribos, além da questão de gênero, chamam atenção como as principais causas de disputas, ilustrado no Gráfico 1. Da mesma forma, percebemos a variedade de grupos compreendidos como ameaça e os principais mecanismos utilizados para a resolução de disputas, como evidenciado nos Gráficos 2 e 3. A metodologia adotada pela Oxfam para a realização do estudo já citado, publicado em 2008, foi baseada em seu trabalho no Afeganistão. Foram conduzidas entrevistas com grupos focais, tanto de mulheres como de homens afegãos, totalizando 500 entrevistados provenientes de seis diferentes províncias do país - Herat, Nangahar, Balk, Gazni, Daikundi, e Kandahar - em variadas condições de segurança, no ano de 2007. A amostra dos entrevistados foi diversificada em relação à idade, gênero, etnia e ocupação, sendo que cerca de dois terços deles residiam em áreas rurais.

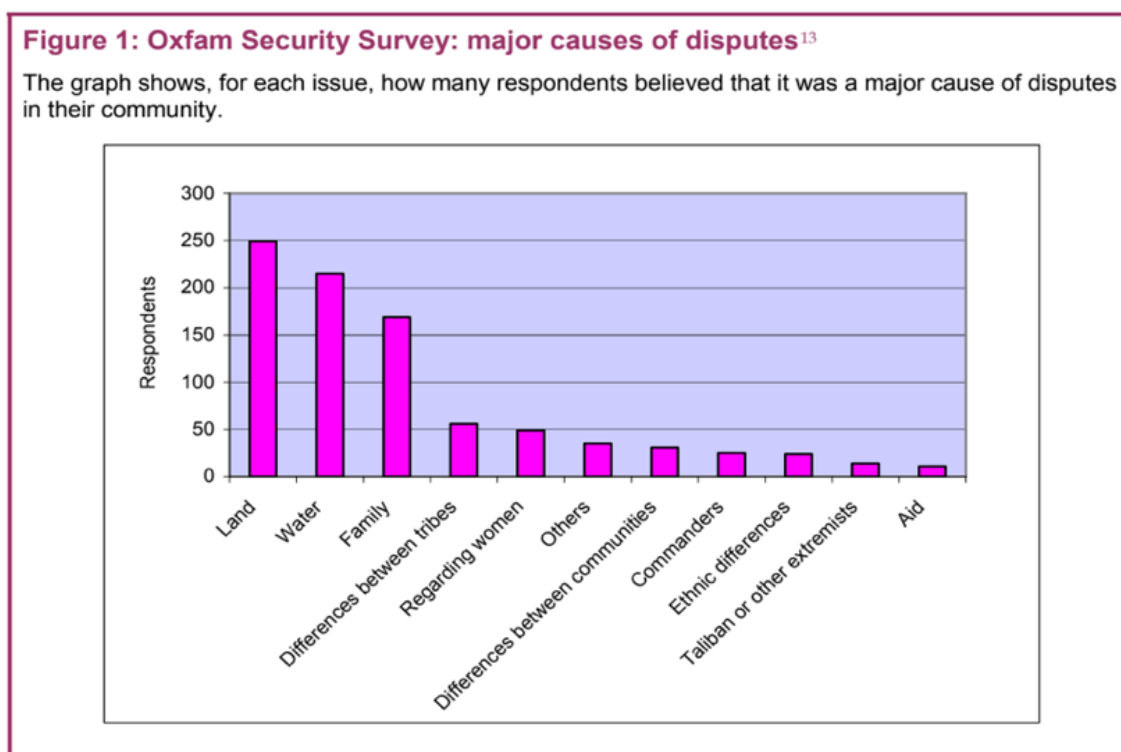
No mesmo documento há ainda destaque que, em parceria com a *Afghanaid*, a Oxfam estabeleceu seis rodadas de treinamento sobre promoção da paz e gerenciamento de crises destinado a líderes comunitários¹⁹ na província de Badakhshan, e funcionários associados ao programa. Conforme o documento, outras capacitações similares foram feitas com comunidades, tendo como base as diretrizes previstas no *Working Manual for Peace-building*

¹⁹ Geralmente os líderes comunitários, religiosos ou de tribos, são os membros mais velhos de seus grupos. Estes líderes também podem ser chamados de *jirgas* ou *shura*. Destaca-se que concentrar a atenção nesse grupo focal pode trazer alguns desafios. De acordo com os documentos analisados, a principal preocupação refere-se à falta de controle da organização sobre a forma com que *shuras* compartilham os ensinamentos com os outros membros da comunidade. Um outro ponto refere-se às questões culturais e/ou históricas, o tema da igualdade de gênero, por exemplo, ainda é sensível para ser abordado.

and Conflict Management, produzido pelas duas organizações – *Afghanaid* e Oxfam (OXFAM, 2008, p.20).

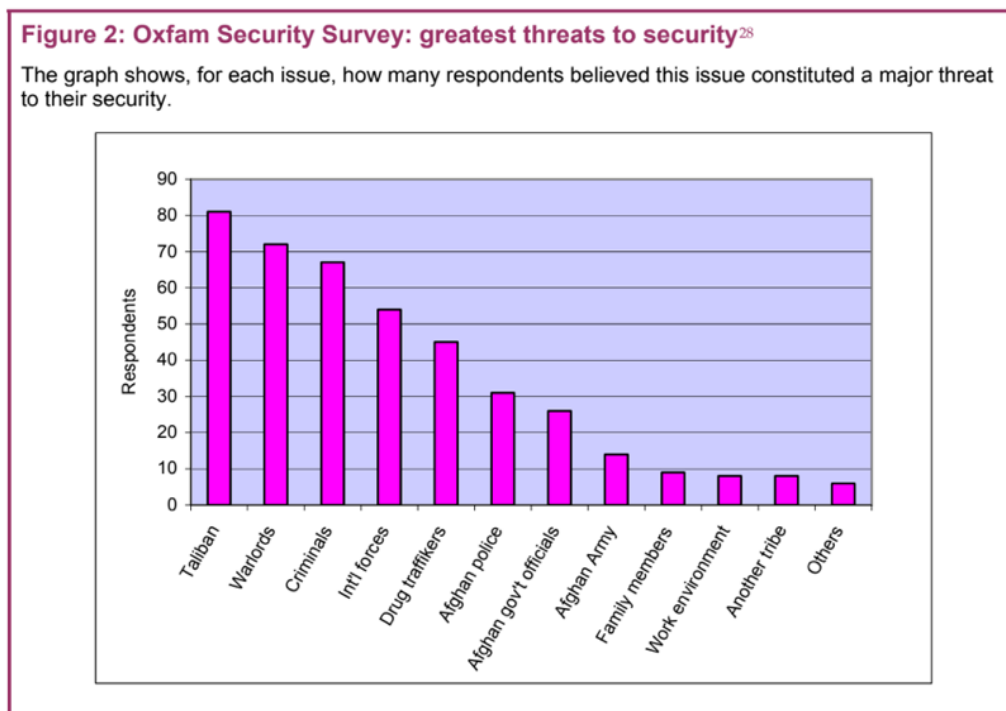
Conforme os resultados apresentados, sobretudo durante as entrevistas, a Oxfam adverte: “é essencial que o governo afegão e a comunidade internacional reconheçam as inadequações das iniciativas de construção da paz existentes. Para a grande maioria dos afegãos, os conflitos têm causas locais e as pessoas recorrem a instituições e indivíduos locais para resolvê-los” (OXFAM, 2008, p. 5, tradução nossa). Tal recomendação reforça o argumento da organização sobre a importância da inclusão e participação de líderes comunitários e religiosos nos debates sobre a promoção de soluções pacíficas (ou de harmonização) e duradouras, especialmente no âmbito das disputas locais.

Gráfico 1. Pesquisa de Segurança da Oxfam: principais causas de disputas



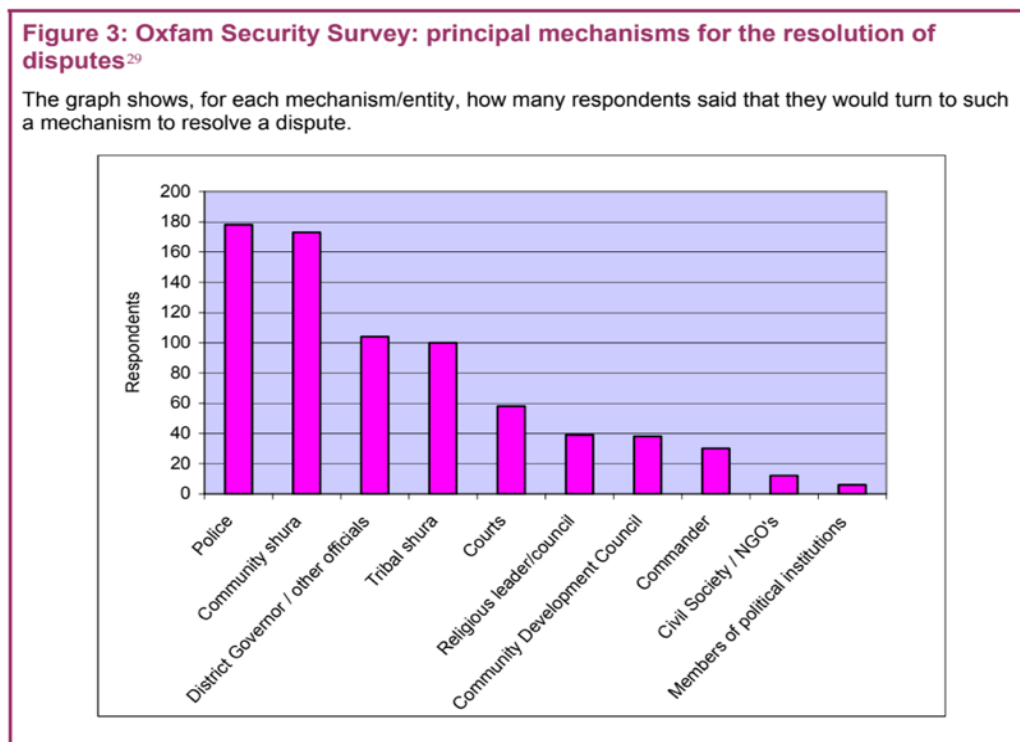
Fonte: Oxfam (2008, p.9)

Gráfico 2. Pesquisa de Segurança da Oxfam: maiores ameaças à segurança



Fonte: Oxfam (2008, p.12)

Gráfico 3. Pesquisa de Segurança da Oxfam: principais mecanismos para resolução de disputas



Fonte: Oxfam (2008, p.13)

A fim de obter mais informações e esclarecimentos sobre as iniciativas da organização, entramos em contato por e-mail com representantes da Oxfam Grã-Bretanha (OGB) e da Oxfam Novib (Holanda). Fomos informados de que, como parte de suas iniciativas para promover e/ou fortalecer a paz, a organização também instituiu 130 Conselhos²⁰ em diferentes regiões do Afeganistão, incluindo, por exemplo, a província de Parwan. Os Conselhos de Paz foram criados com o objetivo de fomentar um diálogo aberto entre a organização e as comunidades, buscando, de forma conjunta, identificar os desafios por elas enfrentados e encontrar alternativas eficazes para mitigar conflitos a nível comunitário.

A Oxfam Novib é uma das 21 afiliações da Oxfam Internacional e é frequentemente mencionada juntamente com a OGB quando se trata do trabalho de campo da organização no Afeganistão. De acordo com informações disponíveis em seu *website*, a Oxfam Novib desempenhou papel como Afiliado Executivo da Oxfam Internacional no país, em conjunto com a OGB e a Oxfam Austrália (OAU), que são listadas como Parceiros Afiliados. Essa estrutura significa que a Oxfam Novib esteve responsável pelas operações da Oxfam no Afeganistão, mas podia contar com o apoio de outras afiliações.

O trabalho da organização no país é bastante diversificado e inclui: iniciativas contra o casamento forçado de mulheres menores de 18 anos, a capacitação em direitos humanos, treinamento de professores, a promoção do direito ao ensino básico de qualidade para meninas, e ações de educação financeira voltada para as mulheres, visando seu empoderamento e autossuficiência. A organização também promoveu campanhas para incentivar a participação feminina nos processos de decisão política e construção da paz, apoiou treinamentos para lidar com situações de desastres naturais, visando minimizar suas consequências e construir ou fortalecer a resiliência da comunidade afetada, e, em parceria com outras organizações locais e internacionais, atuou em programas de apoio psicológico e psicossocial para tratar de traumas nas comunidades (OXFAM NOVIB, s/d).

Complementando a presença do trabalho da Oxfam, é importante destacar que a organização assinou um *Memorandum of Understanding* (MoU) com a *Cordaid*, conforme informações compartilhadas por e-mail da OGB. Essa iniciativa teve como finalidade estabelecer uma linha de ação conjunta com tal ator que trabalha com meios de vida e segurança

²⁰ Desde o início de sua atuação no Afeganistão, o trabalho da Oxfam é realizado em estreita parceria com atores locais, como indicado nos documentos analisados, no site da Oxfam Internacional e de suas afiliações regionais, bem como em sua página no *Twitter* (@OxfamAfgh), criada em 2019 e atualizada pela última vez em 2020. A iniciativa de implementar Conselhos de Paz contou com a participação, por exemplo, da organização parceira *Afghan Women Skills Development Center - AWSDC*, como destacado no site da Oxfam Internacional.

alimentar, principalmente na região de Daikondi, no Afeganistão, e estabelecer uma parceria estratégica para alcançar tal finalidade. O e-mail também menciona que a OGB apoiou no registro da *Equidev*, organização que surgiu das operações da Oxfam no Tajiquistão, iniciada em 2001. A *Equidev* – ou *Equitable Development* - busca estabelecer soluções baseadas no desenvolvimento social e econômico sustentável para a região da Ásia Central e o Afeganistão.

Embora a ajuda humanitária baseada no atendimento emergencial seja importante, a compreensão institucional da Oxfam é a de que tal abordagem por si só não é suficiente para atender às necessidades das populações em emergências complexas, como é o caso do Afeganistão. Esse argumento se deve, em grande parte, ao impacto da insegurança na região, que afeta tanto o trabalho de organizações de ajuda quanto a população civil em diversas dimensões, que vão desde a segurança física até aspectos de desenvolvimento. Isto é, a Oxfam, assim como outras representações semelhantes, compartilha a perspectiva de que, neste cenário e de demais regiões de conflitos armados, é necessária uma resposta humanitária multidimensional e integrada. Isso implica não apenas fornecer assistência, mas também buscar iniciativas que possam contribuir para a construção da paz, garantir a segurança, promover os direitos humanos e estimular o desenvolvimento sustentável.

Ao final de cada documento analisado, é comum que a Oxfam apresente uma ampla lista de recomendações que incluem: responsabilidades, funções específicas e abordagens sugeridas para os diversos atores envolvidos nos processos de conflito, ação humanitária e promoção da paz. Nessa lista, são frequentes as recomendações relacionadas sobretudo à questão de proteção de mulheres e meninas, e justiça de gênero. No documento *Women, Peace and Security: keeping the promise – How to revitalize the agenda 15 years after UNSCR 1325*, a Oxfam aponta recomendações para: (i) participação; (ii) prevenção de conflitos e violência baseada em gênero; (iii) monitoramento e implementação; e (iv) financiamento. Alguns dos destaques para cada uma dessas abordagens, que estão vinculadas à Agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS), são, respectivamente: (i) “garantir que os papéis e demandas das mulheres sejam integrados efetivamente em todos os processos e instituições internacionais, regionais e nacionais de paz e segurança” (OXFAM, 2015, p.20, tradução nossa);

(ii) “aumentar os esforços abrangentes para prevenir conflitos, apoiados por análises sistemáticas de gênero e a promoção da igualdade de gênero, que colocam uma maior ênfase nas causas profundas do conflito, como desigualdades sociais e econômicas, acesso desigual a serviços e recursos básicos, impactos das mudanças climáticas, má governança e responsabilidade, e militarismo” (OXFAM, 2015, p.20, tradução nossa).

(iii) “melhorar o relato, monitoramento e implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança no Conselho de Segurança da ONU” (OXFAM, 2015, p. 21, tradução nossa). Para isso, destaca-se a importância de iniciativas como a criação de grupos de trabalho especializados na temática de igualdade e justiça de gênero, bem como o desenvolvimento e a implementação de projetos que engajem membros da sociedade civil em posições consultivas e de monitoramento das ações implementadas, para que sejam eficazes e adequadas às necessidades de mulheres e meninas. Por fim, (iv) “aumentar substancialmente o financiamento dos doadores em apoio às metas da Agenda Mulheres, Paz e Segurança” e aos demais objetivos relacionados à igualdade de gênero. (OXFAM, 2015, p.21, tradução nossa).

Destaca-se também que, apesar da participação de forças de segurança e atores humanitários nacionais e internacionais no conflito, e da adoção de uma abordagem multidimensional de ajuda pela Oxfam, os documentos analisados não fornecem evidências suficientes de que os objetivos de transformação do cenário (seja em termos de promoção da segurança, paz, e/ou desenvolvimento econômico e social) tenham sido realmente alcançados. Os materiais revelam desafios significativos no contexto do Afeganistão. O número de baixas civis e a distribuição desigual da ajuda pelo país, especialmente em comunidades rurais afegãs, levantam questões sobre a eficácia, limites e o impacto da ajuda internacional. Isso sugere que a situação afegã é complexa e está em constante mudança, e que a promoção da paz e do desenvolvimento sustentável não pode depender exclusivamente de intervenções externas.

A Oxfam aponta diversos fatores, alinhados com os princípios da paz liberal, que visam um paradigma mais abrangente para abordar desafios enfrentados no país. Entre eles, destacam-se a importância da prestação de contas (*accountability*) e o combate à impunidade pelo não cumprimento da lei. Além disso, o controle de armas, a luta contra a pobreza, a promoção dos direitos humanos e a coordenação entre os atores humanitários presentes no terreno também são considerados cruciais para maximizar o impacto positivo das ações. Quando essas questões não são adequadamente abordadas, a Oxfam ressalta que a situação se torna ainda mais complexa. É interessante notar que muitos desses elementos-chave se interligam e têm um impacto mútuo. Por exemplo,

A transferência de armas descontrolada não ameaça apenas a segurança. Quando ela agrava a violência armada que impede o acesso à educação ou aos cuidados de saúde, ou quando acordos corruptos de armas drenam recursos limitados, eles também minam os esforços de muitos governos para alcançar

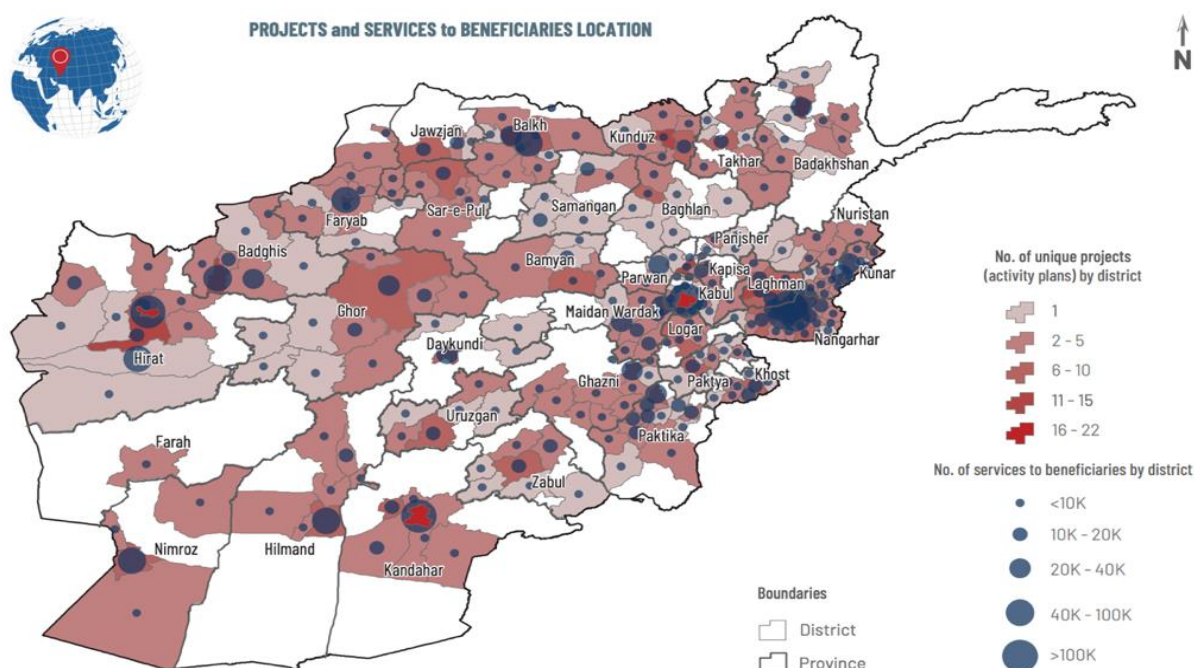
os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (OXFAM, 2009, p.3, tradução nossa).

Sem a segurança ideal e com restrições de acesso impostas a determinadas regiões no Afeganistão, há quem diga que “não há sentido em fornecer fundos para assistência humanitária se não é possível alcançar aqueles que mais precisam” (OXFAM, 2000, p. 9, tradução nossa). Um questionamento recorrente é que grande parte da ajuda humanitária internacional destinada ao Afeganistão é direcionada aos grandes centros urbanos e arredores, da mesma forma que forças de segurança também estão concentradas na capital Cabul. O Mapa 1 apresenta a distribuição geográfica dos projetos implementados por atores humanitários no país e o número de beneficiários, com base em dados referentes ao mês de janeiro de 2022. Considerando tal período temporal, levando em consideração que em e-mail enviado pela Oxfam Grã-Bretanha (OGB), chegou a nosso conhecimento que, motivada em parte pelos impactos financeiros da pandemia de COVID-19, a Oxfam começou sua saída do Afeganistão em março de 2022. Informação que já vinha sendo anunciada desde 2020, como constatado em matéria publicada pelo jornal inglês *The Guardian*.

O Mapa 1 faz parte do *Multi-Sectoral Dashboard for Humanitarian Response Services*, elaborado com dados coletados pela plataforma *ReportHub*. Seu objetivo é fornecer informações sobre os serviços prestados e contribuir na identificação de padrões e lacunas na resposta humanitária, neste caso, no Afeganistão. O *Dashboard* também disponibiliza informações adicionais, tais como o tipo de serviço oferecido pelas organizações envolvidas. Ressalta-se que, embora o documento não liste os nomes das organizações consideradas para o estudo, as informações fornecidas abrangem um amplo espectro de atores humanitários, incluindo vinte e nove ONGs Internacionais, vinte e oito ONGs Nacionais, seis Agências da ONU e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Isto é, embora os resultados não se restrinjam exclusivamente ao trabalho da Oxfam, incluir essa informação na análise é relevante para perceber o alcance em geral da resposta humanitária no Afeganistão. O Mapa 1 integra um infográfico abrangente que fornece informações detalhadas sobre a implementação do serviço, a distribuição dos grupos atendidos, a prestação de serviços por tipo de organização e o conjunto de atividades correspondentes ao número total de projetos. Para facilitar o acesso a todos esses dados, o infográfico completo foi adicionado como Anexo a esta dissertação.

Mapa 1. Afeganistão: projetos humanitários e beneficiários por distrito – janeiro de 2022



Fonte: iMMAP (2022)

No que diz respeito à Oxfam, para compreendermos os setores e projetos da organização no país, utilizamos também a plataforma Atlas - *Oxfam Project browser* como fonte inicial de pesquisa. Ao filtrar o Afeganistão, foram encontradas, durante o período de análise, informações sobre cento e oito projetos estabelecidos somente pela Oxfam (como ator principal) em diferentes regiões. A plataforma Atlas define “Projeto” como “planos tangíveis, com objetivos, orçamento, prazo, ator(es) e fonte de financiamento”. Já “Ator” são “organizações ou instituições que implementam projetos” (ATLAS, s/d, tradução nossa).

Para este estudo, selecionamos somente os projetos destinados ao Afeganistão em que a Oxfam aparece como o ator principal responsável, embora as iniciativas geralmente sejam compostas por uma rede diversa de apoio, tanto no terreno ou via financiamento de diferentes doadores. Não consideramos os projetos que foram apresentados no Atlas como de alcance global e, portanto, que não especificam os países-alvo. A lista completa dos cento e oito projetos considerados nesta etapa da análise pode ser consultada no Apêndice da dissertação. Constam as seguintes informações: ID do Projeto, nome do Projeto, país, data de início e de finalização (quando disponível), ator, orçamento total, URL para a página do projeto na plataforma Atlas – *Oxfam Project browser*, e setor/finalidade central.

Conforme as informações disponíveis no Atlas, a Oxfam implementou projetos no Afeganistão com especial foco na promoção de cinco direitos: (i) Meios de vida sustentáveis; (ii) Serviços sociais básicos; (iii) Vida e segurança; (iv) Participação política social; e (v) Identidade. Os projetos mencionados carregam propósitos específicos: (i) promover iniciativas de meios de vida sustentáveis,²¹ o que envolve principalmente duas mudanças fundamentais: “pessoas que vivem em situação de pobreza alcançarão segurança alimentar e financeira”, e “pessoas que vivem em situação de pobreza terão acesso a empregos seguros e remunerados, direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho” (OXFAM, 2004, p.10, tradução nossa).

A finalidade dos projetos relacionados aos direitos de (ii) Serviços sociais básicos é garantir o acesso das pessoas em situações de pobreza ao direito ao acesso à saúde, água potável, saneamento e higiene (WASH). Nessa abordagem também é destacado que todas as crianças devem ter acesso ao ensino básico de qualidade (OXFAM, 2004). Os projetos de (iii) Vida e segurança buscam sobretudo reduzir os impactos de conflitos armados ou desastres naturais na vida das pessoas. A finalidade é a redução da violência armada, que deve contribuir para minimizar as necessidades de deslocamento interno e internacional. O direito à vida e segurança também abrange a atuação da Oxfam na prevenção à disseminação de doenças, um setor em que a organização tem envolvimento relevante em temas relacionados à saúde pública e segurança alimentar (OXFAM, 2004).

O objetivo das iniciativas relacionadas à (iv) Participação política social é incentivar e promover o engajamento da sociedade civil, e sobretudo de mulheres, nos espaços de decisão com o intuito de que esse grupo assuma papel de protagonismo em suas comunidades e esteja engajado na esfera pública e em outras zonas representativas. A Oxfam entende que para alcançar esse objetivo é necessário promover transformações nas estruturas de poder, reconhecendo que o acesso a esses espaços é importante. No entanto, a organização ressalta que a conquista de uma mudança representativa requer que mulheres e jovens tenham a sua segurança garantida e que as recomendações de políticas inclusivas de justiça sejam realmente implementadas e sustentáveis no longo prazo. Já o objetivo de (v) Identidade, por fim, está

²¹ Abordagem de Meios de Vida Sustentáveis (*Sustainable Livelihoods Approach* – SLA) envolve cinco questões: (i) recursos humanos, como habilidades e conhecimentos específicos; (ii) recursos sociais, que inclui a disponibilidade de redes de apoio, como amigos e familiares; (iii) recursos físicos, como habitação e acesso a meios de transporte; (iv) recursos públicos, como a disponibilidade de instalações e serviços públicos; e (v) recursos financeiros, que incluem renda e serviços de assistência social do Estado. A Oxfam defende a perspectiva de que para utilizar dos cinco recursos em iniciativas de intervenção, demanda compreender o contexto de pobreza de uma comunidade específica, assim como o contexto de falta de recursos e oportunidades (OXFAM CYMR; OXFAM GB, 2013, p.7).

presente nos projetos de capacitação e frequentemente são combinados com mecanismos de participação social e política.

Na Plataforma Atlas, destacam-se alguns exemplos de projetos implementados pela Oxfam para alcançar cada um desses objetivos. Quando se trata de desenvolver (i) Meios de vida sustentáveis, identificamos 11 projetos²² (em relação ao total de cento e oito) voltados somente à essa temática²³. Os projetos concentram-se em: agricultura, sobretudo no fornecimento de insumos agrícolas²⁴, iniciativas para facilitar o acesso aos mercados pelos produtores, gerenciamento de água e sustentabilidade de recursos. Considerando que uma parcela significativa da população afegã reside em áreas rurais e depende da agricultura como fonte de subsistência, a Oxfam também busca alternativas para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Especificamente, a organização se concentra em abordar os desafios relacionados a enchentes e períodos prolongados de seca. Por meio de seus projetos, a Oxfam visa fortalecer a resiliência de comunidades que são afetadas negativamente por choques climáticos.

Entre os projetos principais nessa área estão aqueles que utilizam de uma perspectiva sobre agricultura adaptativa, o desenvolvimento da cadeia de valor, e meios para a segurança financeira. Com relação a este último, a Oxfam recorre também às ações mais pontuais que visam a proteção social, com foco na transferência de dinheiro²⁵ aos mais pobres. Até o momento da consulta dos dados apresentados, não foi encontrada uma definição precisa por parte da Oxfam em relação aos grupos considerados como pobres.

²² Para obter informações detalhadas sobre cada projeto, é possível consultar diretamente o link correspondente no Apêndice desta dissertação.

²³ Para uma análise mais precisa de cada um dos objetivos, foram considerados somente os projetos que estão exclusivamente relacionados a ele, desconsiderando aqueles que estão interligados com outros objetivos. Por exemplo, ao analisar o objetivo de Meios de vida sustentáveis, foram considerados somente os projetos que se enquadram exclusivamente nesse objetivo, sem considerar aqueles que também estão relacionados a Vida e Segurança, por exemplo. Essa abordagem visa proporcionar uma interpretação mais clara e específica de cada objetivo.

²⁴ Um dos exemplos de destaque é a parceria feita pela Oxfam com o fundo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) na província de Daykundi.

²⁵ Durante a pesquisa foram constatadas diferentes informações sobre atividades implementadas pela Oxfam no Afeganistão. Por exemplo, enquanto a Plataforma Atlas lista projetos relacionados a (i) Meios de vida sustentáveis, incluindo uma iniciativa de transferência de dinheiro para os mais vulneráveis, essa informação não foi encontrada no *website* da Oxfam Grã-Bretanha, assim como detalhes sobre o fornecimento de insumos agrícolas, iniciativa também mencionada anteriormente. Além disso, uma fonte com experiência na Oxfam no Afeganistão destacou que existem projetos que foram executados no país que não estão listados na Plataforma Atlas. Essa observação destaca ainda mais a importância desta seção em apresentar informações provenientes de fontes diversas, abrangendo não apenas a base de dados do Atlas, mas também documentos, informações encontradas no *website* da organização e comunicações por e-mail.

O relatório *Evaluation of Community-Based Rural Livelihoods Programme in Badakhshan, Afghanistan*, elaborado pela Oxfam GB *Programme Evaluation* e publicado em agosto de 2006, destaca a implementação de um projeto com o objetivo de promover meios de subsistência para a população rural. O documento faz referência a um “programa de três anos, financiado pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, Oxfam GB, Oxfam América e Oxfam Austrália”. A iniciativa buscou “reduzir a vulnerabilidade dos pobres por meio da implementação de um programa integrado com foco em meios de subsistência, saúde, educação, gênero e governança” (OXFAM, 2006, p.6, tradução nossa). Como resultado, “o programa conseguiu estabelecer-se em uma área remota e criou um grande prestígio ao responder às necessidades da comunidade e compensar a fraqueza do governo em fornecer serviços básicos” (OXFAM, 2006, p.4, tradução nossa).

Na categoria de (ii) Serviços sociais básicos, identificamos um projeto, fruto de parceria entre a Oxfam Novib e organizações locais no Afeganistão, com o objetivo de ampliar a oferta de educação de qualidade em cinquenta e nove escolas de diferentes províncias, como Parwan, Panjsher, Kapisa e Cabul. A iniciativa também menciona a preocupação de combinar o ensino presencial e à distância, procurando ampliar o alcance educacional mesmo em regiões remotas. Além disso, o projeto buscou promover “a matrícula de meninas no ensino secundário (7º, 8º e 9º anos) e no ensino médio (10º, 11º e 12º anos)”, bem como “reduzir a taxa de evasão tanto de meninos quanto de meninas no ensino secundário e médio”, e buscou “desenvolver as capacidades dos professores e adicionar elementos satisfatórios e inovadores ao ambiente de aprendizado” (ATLAS, s/d, tradução nossa).

De acordo com dados da plataforma Atlas, o projeto teve início em 2015 e foi concluído em 2016. O documento *Oxfam GB Strategic Evaluation of Education* destaca que as iniciativas da organização no campo da educação estão diretamente ligadas ao direito à serviços sociais básicos e são consideradas uma prioridade dentro da estratégia da Oxfam Grã-Bretanha (OGB). O objetivo de promoção da educação é definido no material como: “crianças que vivem em situação de pobreza alcançarão o seu direito a uma educação básica de qualidade, e adultos terão acesso a oportunidades educacionais suficientes para ajudá-los a superar sua pobreza” (BINES, 2006, p.14, tradução nossa).

O objetivo (iii) Vida e segurança é o mais recorrente na plataforma Atlas quando se trata das iniciativas da Oxfam no Afeganistão. Os projetos que abordam essa temática têm como principal finalidade proteger indivíduos e comunidades, incluindo abordagens específicas para promover a segurança e fortalecer a resiliência de pessoas deslocadas internas (IDPs),

retornados, e outros grupos considerados vulneráveis pela organização ou marginalizados, com destaque para mulheres (OXFAM, 2016b). De forma geral, esses projetos visam salvar vidas, aliviar o sofrimento, promover e proteger os direitos e a dignidade humana, e reduzir violações do Direito Internacional Humanitário pelas partes envolvidas na guerra. Assim como em (i) Meios de vida sustentáveis, o objetivo de (iii) Vida e segurança também considera a proteção social em termos de acesso à renda, principalmente para a aquisição de alimentos e moradia. Setores relacionados ao WASH também aparecem, bem como abordagens de diagnóstico participativo, sobretudo para identificar, com a comunidade, necessidades e soluções baseadas na proteção de gênero.

As iniciativas relacionadas ao direito à (iv) Participação política e social combina: liberdade de expressão, liberdade à justiça e à informação. Visam, sobretudo por meio de mecanismos de *advocacy* com atores internacionais, governamentais e não governamentais locais, estimular o debate sobre segurança inclusiva e promover a participação política, principalmente das mulheres nos espaços de decisão. Um dos exemplos de projeto é a criação de uma plataforma digital para o compartilhamento por mensagens SMS e via Facebook de informações sobre os direitos de mulheres e meninas. A plataforma Atlas destaca que este Projeto específico – o nome do Projeto é *Bayan*, o que significa “*express oneself*” em *Dari e Pashtó* -, faz parte do *Afghan National Action Plan 1325* sobre a proteção e participação de mulheres nos ambientes da política, bem como para a redução da violência baseada em gênero. O programa foi implementado por três Organizações Internacionais sem fins lucrativos de desenvolvimento holandesas, sete *Afghan Women Organisations (WO)*, e Organizações da Sociedade Civil (OSC) (ATLAS, s/d, 2023, tradução nossa).

Finalmente, o objetivo relacionado à (v) Identidade muitas vezes está combinado com mecanismos de participação social e política. Um exemplo é o Projeto FLOW, que buscou “contribuir para segurança e redução da pobreza estrutural das mulheres no Afeganistão e no Iêmen por meio de uma maior representação das mulheres nos processos políticos e de paz, reduzindo a violência direcionada a elas por meio de um acesso ampliado a um sistema de justiça responsivo” (ATLAS, s/d, 2023, tradução nossa). É interessante observar que, nesta citação, assim como em outros objetivos de projetos mencionados ao longo desta seção, a perspectiva da paz liberal se manifesta, neste trecho em particular, principalmente por meio da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS), destacando a importância do pleno envolvimento de mulheres nos processos de tomada de decisão como elementos para a resolução e redução de conflitos. Nota-se que “uma intervenção focada na sociedade civil é importante para a

legitimação mais ampla do que é comumente denominado ‘a paz liberal’, que engloba uma combinação de democratização, liberação econômica, desenvolvimento neoliberal, direitos humanos e Estado de Direito” (RICHMOND, 2006b, p.75, tradução nossa).

Considerando o amplo quadro de projetos e iniciativas implementadas pela Oxfam, percebemos a importância de desenvolver categorias de análise mais bem definidas e subtópicos correspondentes. Essa abordagem permitiu uma visão mais específica e aprofundada de temas relevantes e de como eles se relacionam com os ideais da paz liberal. Na seção seguinte, apresentamos uma descrição de como essas categorias foram construídas e seus objetivos, bem como o processo de seleção dos documentos utilizados na análise de cada um dos temas relacionados a elas.

3.2 Construção das categorias de análise e seleção documental

Para aprofundar nossa investigação sobre a atuação da Oxfam no Afeganistão, definimos categorias de análise após realizar uma revisão preliminar de sessenta e nove documentos selecionados. Essa definição considerou a abordagem teórica apresentada no capítulo anterior, bem como o objetivo central da dissertação. As categorias (ou códigos), constituem o elemento central na codificação dos dados e são essenciais para conduzir a análise qualitativa. Para realizar esse estudo, utilizamos o *software* MaxQda como ferramenta, o qual desempenhou um papel crucial na codificação dos dados e na compreensão dos resultados obtidos. O Visualizador de Documentos do MaxQda foi especialmente útil, permitindo-nos observar as informações codificadas em segmentos de texto, com a indicação da parte do documento em que estão inseridos. Essa abordagem facilitou a compreensão do contexto e a identificação de padrões nos dados textuais de forma mais eficiente.

As categorias principais são: (i) Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz; (ii) Abordagem Baseada em Direitos; e (iii) Princípio de Não Causar Danos. Após identificarmos os pontos iniciais relevantes, percebemos a necessidade de criar subcategorias (ou subtópicos) adicionais às categorias principais para melhor organizar a investigação e perceber os objetivos, padrões, tendências e limitações da atuação da Oxfam no Afeganistão. Os sete subtópicos correspondentes são: no que se refere à primeira categoria, (i) Governança e *Accountability*; (ii) Segurança; e (iii) Desenvolvimento. Relativamente à segunda, (i) Abordagem Comunitária; (ii) Proteção Baseada na Comunidade e Violência Sexual e Baseada em Gênero (utilizamos a sigla em inglês CBP/SGBV); e, por fim, (i) Procedimentos operacionais; e (ii) Análise de Conflitos, derivados da terceira categoria.

Para embasar nosso estudo, conduzimos uma pesquisa que envolveu a leitura e codificação de documentos produzidos pela própria Oxfam. Durante a seleção do material, notamos uma falta de padronização em relação ao tipo de documentos disponibilizados publicamente, suas extensões de páginas e frequência de ocorrência ao longo dos anos, bem como uma falta de uniformidade em seu formato e denominação. Considerando esse contexto, direcionamos nosso trabalho para os arquivos com mais de dez páginas disponíveis em duas bases de dados: *Oxfam Digital Repository* e *ReliefWeb*. Embora a busca inicial tenha recuperado arquivos desde 1997, decidimos delimitar nossa análise ao período de 2000 a 2020²⁶. Essa escolha foi baseada no primeiro ano em que encontramos documentos com mais de 10 páginas e no último ano de publicação disponível até o momento da consulta. Diferente do que foi apresentado na seção anterior, optamos por não utilizar a Plataforma Atlas – *Oxfam Project Browser* nesta etapa, pois ela fornece apenas informações gerais sobre os projetos, sem disponibilizar documentos mais abrangentes que poderiam ser úteis nesta fase.

A base de dados *Oxfam Digital Repository* é uma biblioteca online que contém ampla variedade de materiais que abordam as temáticas de trabalho da organização, incluindo manuais, análises de conjuntura e relatórios produzidos pela própria Oxfam e seus parceiros. Já o portal *ReliefWeb* é uma das principais fontes de informações sobre emergências humanitárias em todo o mundo. Criado em 1996 pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), a plataforma disponibiliza mapas e infográficos, notícias, análises e uma extensa variedade de relatórios, *Briefings papers*, *Appeals*, dentre outros tipos, permitindo que seja feita uma busca conforme diferentes critérios de seleção, por exemplo, selecionando por: país, ano de produção e publicação, e ator humanitário. As tabelas 1 e 2 fornecem detalhes sobre o procedimento de seleção dos documentos utilizados.

Tabela 1. Resultados da busca no *Oxfam Digital Repository*

Critério	Filtro
País	Afganistão
Organização	Oxfam
Tipo de conteúdo	<i>Evaluation Report</i>
Base de dados	<i>Oxfam Digital Repository</i>
Idioma	Inglês
Ano	Até 2023
Data da busca	março de 2023
Resultados	69

²⁶ Para o estudo, foram considerados também outros documentos que, embora não estejam dentro do período temporal determinado para a análise, foram incluídos devido à sua relevância na discussão.

Tamanho	desconsiderados < 10 páginas
Documentos	Total selecionado 20

Fonte: Produção nossa com base nos dados coletados para a pesquisa

Tabela 2. Resultados da busca no *ReliefWeb*

Critério	Filtro
País	Afganistão
Organização	Oxfam
Tipo de conteúdo	<i>Assessment; Manual and Guideline; Situation Report; Evaluation and Lessons Learned</i>
Base de dados	<i>ReliefWef</i>
Idioma	Inglês
Ano	Até 2023
Data da busca	março de 2023
Resultados	143.299
Novo filtro	País: Afeganistão; Organização: Oxfam; Tipo de conteúdo (<i>Content format</i>): <i>Reports only</i> ; Idioma: Inglês
Resultados	234
Tamanho	desconsiderados < 10 páginas
Documentos	Total selecionado 49

Fonte: Produção nossa com base nos dados coletados para a pesquisa

Na tabela 2 sobre resultados de busca no portal *ReliefWeb* foi aplicado um novo filtro para a seleção dos documentos, uma vez que o filtro inicial resultou em materiais que não correspondiam às suas nomenclaturas. Por exemplo, encontramos arquivos definidos como “*Evaluation and Lessons Learned*”, mas que estavam classificados como “*Briefing note*” quando abertos. A extensão dos documentos também dificultou uma definição e seleção mais precisa do material, como alguns de 30 páginas classificados como “*Assessment*” e outros com apenas uma página também rotulados com a mesma nomenclatura. Para contornar essa questão, foi decidido aplicar um novo filtro, limitado ao país (Afganistão), organização (Oxfam) e formato: “*Reports only*”. Mesmo que alguns materiais não estivessem classificados como “*Reports*”, mas tenham aparecido nesta segunda consulta, eles foram considerados. Entendendo a variedade de terminologias empregadas, optamos por utilizar a palavra “documentos” em vez de “relatórios” ao longo de todo o capítulo.

Seguimos quatro procedimentos para a análise e compreensão dos dados: (i) revisão da literatura disponível sobre os temas relacionados, como paz liberal, novo-humanitarismo, direitos humanos, segurança, ajuda ao desenvolvimento (capítulo anterior), e a atuação da Oxfam no Afeganistão (seção anterior). Essa primeira fase teve como objetivo buscar elementos fundamentais para a construção das três categorias principais e seus sete subtópicos

correspondentes; (ii) pesquisa e leitura preliminar de documentos disponíveis nas plataformas online *Oxfam Digital Repository* e *ReliefWeb*; (iii) leitura e codificação de segmentos de texto dos documentos selecionados, levando em consideração tanto a relação desses trechos com as categorias de análise previamente definidas, quanto o objetivo central da dissertação: analisar as implicações da perspectiva da paz liberal na atuação da Oxfam no Afeganistão. Por fim, (iv) compreensão dos resultados obtidos, com a finalidade de identificar os propósitos, padrões, tendências e limitações na atuação da Oxfam no Afeganistão para cada um dos temas correspondentes, sob a ótica da paz liberal.

Durante a revisão da literatura, buscamos explorar o conceito de paz liberal, conforme utilizado por Mark Duffield (2001, p.11) no capítulo de análise teórico-crítica anterior, que incorpora a perspectiva do novo-humanitarismo. O autor ressalta que a implementação de iniciativas para alcançar a paz depende do compromisso da comunidade internacional como um todo, e não de atores (Estados) isolados. A Oxfam adota uma perspectiva alinhada ao reconhecer a importância da cooperação global no combate à pobreza e às desigualdades. A organização se posiciona da seguinte maneira: “nossa ambição é promover impactos duradouros. Nós buscamos a diferença fazendo parte de um movimento para a justiça social” (OXFAM, 2023b, s/p, tradução nossa). É interessante que Duffield (2001) apresenta outras questões-chave que consideramos para a construção e o estudo das categorias.

O autor menciona a implementação de medidas que visam a transformação e reconstrução social, o fortalecimento de instituições civis e representativas, e a promoção do Estado de direito. Esses aspectos estão relacionados à discussão do subtópico sobre (ii) Abordagem Baseada em Direitos. Outras temáticas que são mencionadas pelo autor, como harmonização, resolução e prevenção de conflitos, bem como a reforma do setor de segurança, estão inseridas de maneira geral no âmbito da categoria (i) Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz, analisada na seção seguinte, e que traz também os subtópicos correspondentes: (i) Governança e *Accountability*; (ii) Segurança; e (iii) Desenvolvimento.

Além das duas categorias mencionadas, é importante destacar a inclusão do tópico (iii) Não Causar Danos em nosso estudo. Reconhecemos que esse princípio, abordado por Duffield (2001) em outro momento e amplamente presente nos documentos utilizados para a investigação, desempenha um papel fundamental na perspectiva do novo-humanitarismo e constitui uma estratégia de atuação significativa para a Oxfam, especialmente em situações de conflitos armados.

Cada categoria contempla um objetivo específico. Na análise de “Resolução de

Conflitos e Manutenção da Paz” buscou-se identificar os desafios e procedimentos para a resolução de conflitos e a manutenção da paz no Afeganistão. A Oxfam nota a importância da segurança como um fator determinante para a estabilização, não somente do Estado, mas de comunidades afegãs. Além disso, examinamos a interpretação da Oxfam sobre o contexto, bem como as condutas adotadas pela organização com o intuito de promover a paz no país, focando especialmente no nível comunitário.

Com a segunda categoria, “Abordagem Baseada em Direitos”, visou-se compreender como a organização implementa tal abordagem, levando em consideração oportunidades para o empoderamento e engajamento da comunidade na promoção da igualdade de direitos. Por fim, na investigação da terceira categoria “Princípio de Não Causar Danos”, buscou-se perceber a aplicação deste conceito na atuação da Oxfam no Afeganistão. O foco está em identificar e examinar aspectos estratégicos e práticas gerais adotadas pela organização para minimizar impactos negativos – não intencionais – resultados de suas iniciativas, levando em consideração tanto o impacto de curto prazo quanto de longo prazo.

Os documentos ainda relacionam paz com outras questões, como o desenvolvimento, a necessidade de mecanismos responsáveis de fiscalização, *accountability*, e uma política de resolução de conflitos que esteja fundada em uma abordagem gênero-sensível. A questão de gênero permeia a análise de forma transversal. Nota-se que, no Afeganistão, a prevenção de conflitos está frequentemente vinculada à implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS). Essa abordagem reconhece que “as mulheres são construtoras da paz que facilitam a resolução de disputas locais, mas também são vítimas de conflitos que as oprimem e reforçam o ciclo de violência doméstica”. No contexto afegão, esse tema é exemplificado pelas práticas de *Ba’ad*, “que resultam em considerar as mulheres como ‘peões’ entregues como preço para resolver conflitos” (OXFAM, 2014, p.11, tradução nossa). *Ba’ad* é a prática conhecida no Afeganistão de troca de meninas e mulheres para resolver disputas comunitárias.

Embora o Talibã utilize a política discriminatória de gênero como meio de poder e controle, essa temática, como ressaltado na citação, se estende ao ambiente familiar e a conflitos locais entre comunidades e/ou grupos étnicos afegãos. Em relação à implementação da Agenda WPS, os documentos mostram que qualquer tentativa de acordo entre o Talibã e o governo nacional seria, por parte do grupo, condicionada à continuidade de suas políticas discriminatórias. No âmbito do diálogo e das iniciativas com as comunidades, o trabalho da Oxfam aponta para a preocupação em combater uma “cultura de violência” enraizada no país resultado de um prolongado conflito armado, como ressalta a própria organização.

Os documentos analisados destacam avanços no Afeganistão no que se refere à promoção de uma política gênero-sensível, no entanto, essas conquistas são consideradas frágeis e vulneráveis. Os mecanismos de resposta parecem não ser totalmente capazes de promover uma transformação abrangente da realidade. Um documento de 2011, por exemplo, ressalta a preocupação de que “apesar desses avanços importantes, as mulheres estão cada vez mais presas entre uma insurgência crescente, um governo que está disposto a sacrificar os direitos das mulheres e uma comunidade internacional focada em reduzir rapidamente sua presença militar no Afeganistão” (OXFAM, 2011, p.18, tradução nossa).

Ainda sobre a temática de gênero, e considerando o objetivo da Oxfam de combater a pobreza e as desigualdades no mundo, o argumento predominante é o de que “se mulheres têm as ferramentas certas – incluindo educação, oportunidades de emprego, e a voz nos processos de decisão – elas podem ajudar a romper o ciclo de pobreza” (OXFAM, 2011, p.20, tradução nossa). A afirmação faz parte do documento *A place at the table: Safeguarding women's rights in Afghanistan* (OXFAM, 2011) e remete a um estudo realizado pela organização *Trust-Law Women* que concluiu que “nos países em desenvolvimento, quando uma mulher trabalha, seus filhos são alimentados e educados de maneira mais adequada porque ela usa o seu dinheiro com a família” (OXFAM, 2011, p.20, tradução nossa). Embora esse argumento seja passível de questionamento devido ao estereótipo associado ao ser feminino e à expectativa de que as mulheres tenham maior preocupação com a casa e a família do que os homens, é uma perspectiva ainda amplamente utilizada na tentativa de explicar as razões por trás da continuidade dos conflitos no Afeganistão e do contexto de crise humanitária.

A perspectiva gênero-sensível de construção da paz adotada pela Oxfam é apontada em diversos dos documentos analisados, por exemplo, para os resultados do seu programa *Within and Without the State* (WWS), implementado em parceria com o, até então, Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino Unido (DFID, na sigla em inglês). O projeto buscou compreender os desafios para a construção da boa governança em contextos de conflitos armados e de fragilidade, trabalhando com foco em quatro países: Sudão do Sul, territórios ocupados/Israel da Palestina, Afeganistão e Iêmen. Conforme o documento *Within and Without the State: effective programming in fragile contexts*, publicado pela Oxfam em 2013, o programa teve como preocupação fundamental trabalhar “fortalecendo a sociedade civil e as estruturas de governança, promovendo o diálogo entre cidadãos e detentores do poder, e apoiando um maior número de homens e mulheres pobres a reivindicarem seus direitos” (OXFAM, 2013, p.1, tradução nossa).

Um aspecto destacado neste projeto, assim como em diversos outros resultantes de iniciativas da Oxfam, é a importância do compartilhamento de informações entre os atores envolvidos, bem como a implementação de mecanismos de *feedback* para os beneficiários e demais interessados. A partilha de conhecimentos faz parte da política de *accountability* da organização. Isso ocorre porque institucionalmente a Oxfam procura não apenas defender a cooperação internacional no que diz respeito à entrega de ajuda, mas também valoriza a busca conjunta de aprendizado, mútuo e compartilhado (o que inclui a troca de experiências), entre os atores em campo, para abordar questões relacionadas aos direitos humanos. Faz parte dessa política de *accountability* assegurar o acesso aberto a documentos e informações referentes aos objetivos de projetos de impacto social, o que, por sua vez, contribui para a produção de pesquisas como esta dissertação.

No que se refere à segunda categoria, “Abordagem Baseada em Direitos” – *Human Rights-based Approach*, HRBA, na sigla em inglês -, a categoria apresenta o conceito e objetivos de uma HRBA, discussão iniciada no capítulo anterior, e como a Oxfam atua com o público beneficiário, com ênfase no engajamento da comunidade, para identificar suas próprias necessidades e capacidades, além de buscar alternativas para reivindicar a garantia e proteção de seus direitos. É interessante perceber que no contexto do Afeganistão, ações de Abordagem Baseada em Direitos perpassam o restabelecimento de padrões sociais e culturais e, por isso, resultados no nível de proteção comunitária dependem do engajamento de lideranças locais e religiosas. A organização destaca que este diálogo pode influenciar, além do empoderamento da comunidade, as iniciativas de soluções sustentáveis de promoção da paz e proteção dos indivíduos. O tema das barreiras sociais e culturais que potencialmente dificultam a promoção de soluções no contexto em análise é abordado em outras categorias investigadas. Nesse sentido, observamos tais questões, levando em consideração tanto os objetivos como as limitações sob uma ótica do novo-humanitarismo e da paz liberal.

A terceira categoria principal de análise refere-se ao princípio de Não Causar Danos (ou “*do no harm*”, conforme mencionado nos documentos). Ao explorar essa categoria, buscamos compreender dois pontos principais, que estão relacionados. O primeiro é reconhecer que o próprio ator de ajuda pode – mesmo que de forma não intencional – influenciar a propagação e agravamento da guerra. O segundo aborda a avaliação das dinâmicas do conflito, levando em consideração as possíveis oportunidades e impactos do contexto na ajuda implementada. Neste sentido, a Oxfam ressalta a importância de que seja conduzida uma investigação aprofundada da conjuntura. A organização considera essa perspectiva ao abordar o que é Sensibilidade de

Conflito, que consiste na “habilidade de uma organização em: 1. Compreender o contexto em que opera; 2. Compreender a interação entre sua intervenção e esse contexto e; 3. Agir com base nessa compreensão para minimizar impactos negativos e maximizar impactos positivos no conflito” (OXFAM, 2021, p.2, tradução nossa).

O princípio de Não Causar Danos é baseado no entendimento de que a “ajuda não é neutra” (OXFAM, 2021, p.3, tradução nossa), e está associado aos três pontos apresentados, sobretudo na preocupação em minimizar os possíveis impactos negativos e maximizar os resultados positivos de uma resposta humanitária no contexto em que a organização atua. Neste sentido, a Oxfam destaca a importância de procedimentos operacionais que evitem prolongar disputas e as práticas de corrupção, bem como contribuir para a violação dos direitos humanos. Tais impactos negativos podem incluir a ocorrência de conflitos decorrentes de má distribuição de recursos humanitários (OXFAM, 2021).

3.2.1 Resolução de Conflitos e Manutenção da paz

No capítulo anterior, iniciamos uma discussão teórico-crítica sobre a perspectiva da paz liberal, destacando sua abordagem normativa que visa prevenir conflitos e resolver disputas por meio de uma concepção ocidental de bem-estar social. Nesta seção, revisitamos conceitos e teorias relacionadas ao tema, a fim de estabelecer uma base sólida para nossa investigação. Em seguida, nos concentramos na compreensão dos setores-chave de governança e *accountability*, segurança e desenvolvimento, que são subtópicos abrangidos pela categoria principal (i) Resolução de Conflitos e Manutenção da Paz. O propósito é investigar de que forma essas áreas se conectam com os princípios da paz liberal e como são aplicadas no trabalho da Oxfam no Afeganistão.

Segundo os autores Edward Newman, Roland Paris e Oliver P. Richmond (2009, p.12, tradução nossa), os princípios norteadores (comumente considerados universais) da paz liberal abrangem a “democracia liberal, direitos humanos liberais, valores de mercado, a integração das sociedades na globalização e o estado secular centralizado” (NEWMAN; PARIS; RICHMOND, 2009, p.12, tradução nossa). Além disso, conforme discutido por Duffield (2001), acrescenta-se ao debate liberal-democrático a importância da cooperação, que deve envolver uma ampla participação de diferentes atores, incluindo tanto organizações estatais, como não estatais, além de humanitárias e comerciais.

Isso possibilita a implementação de uma vasta variedade de projetos na busca pela construção da paz. Os projetos podem abranger temas como desarmamento, geração de

empregos, combate à insegurança alimentar, estratégias de reconciliação, fortalecimento das instituições de justiça e enfrentamento de questões de saúde pública. Como mencionado anteriormente acerca da atuação da Oxfam, a organização demonstra um compromisso semelhante ao tratar muitas dessas preocupações em suas iniciativas, reconhecendo a importância e a interconexão entre elas. Essas áreas englobam temas como segurança, desenvolvimento, assistência humanitária, governança e Estado de direito, que são identificados por Newman; Paris; e Richmond (2009) como componentes e objetivos fundamentais na construção da paz.

É importante esclarecer que, embora a temática da assistência humanitária não seja explicitamente listada como uma das subcategorias de análise nesta seção, não desconsideramos sua relevância. No entanto, optamos por adotar uma conduta específica de análise, motivada pela particularidade da Oxfam enquanto organização e, a partir disso, a pertinência de uma definição clara dos objetivos distintos que envolvem os debates sobre assistência humanitária e ajuda ao desenvolvimento. Utilizamos como referência o conceito estabelecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), presente no documento *Whose Aid is it anyway? Politicizing aid in conflicts and crises* (OXFAM, 2011b, p.7-8, tradução nossa). O material explica: (i) “ajuda ao desenvolvimento pode ter objetivos essencialmente políticos: promover transformações políticas nos países destinatários visando reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico e social”, enquanto (ii) “assistência humanitária, definida pela OCDE como ‘assistência destinada a salvar vidas, aliviar o sofrimento e preservar e proteger a dignidade humana durante e após emergências’”.

Ao examinar os documentos, fica evidente que existem temas relacionados à assistência humanitária que, para a Oxfam, são abordados dentro de uma perspectiva mais ampla de ajuda ao desenvolvimento. O trabalho da organização vai além do exclusivo assistencialismo, pois suas iniciativas incluem investir em soluções duradouras. Essa perspectiva abarca aspectos fundamentais, como a promoção da alimentação e saúde. Que frequentemente são abordados separadamente em estratégias de atendimento emergencial. No entanto, a Oxfam reconhece a importância de estabelecer uma conexão entre essas necessidades imediatas, por exemplo, e as iniciativas voltadas para fortalecer setores estruturais, como o acesso à renda e oportunidades de emprego, os quais desempenham um papel crucial no acesso e garantia dos meios de subsistência no curto e longo prazo.

Considerando isso, optamos por não criar uma subcategoria para analisar assistência humanitária de forma isolada, mas sim, neste caso específico, integrá-la aos objetivos de desenvolvimento social e segurança humana. O documento *Oxfam GB Strategic Evaluation of Education* (BINES, 2006, p.14, tradução nossa) contribui ao apresentar esse contexto por meio de uma perspectiva de Abordagem Baseada em Direitos, a qual é discutida em uma seção específica dedicada ao tema. Ela ilustra de maneira abrangente a interconexão entre os diversos objetivos de ajuda, especialmente quando se consideram os direitos humanos como elemento central.

Como parte de sua abordagem baseada em direitos, a Oxfam GB acredita que a saúde e a educação, em particular, são elementos indispensáveis das estratégias de redução da pobreza, empoderamento de mulheres e homens, e luta por dignidade, justiça e equidade. Essas crenças são baseadas em fortes evidências dos vínculos entre investimentos em serviços de saúde e educação, crescimento econômico com equidade, melhoria geral na qualidade de vida e melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano.

Um segundo ponto relevante a ser considerado é a discussão sobre *accountability*²⁷, que, embora não esteja explicitamente mencionada nos componentes e objetivos de construção da paz apresentados por Newman; Paris; e Richmond (2009), é recorrente nos documentos analisados e merece destaque. Juntamente com a transparência, *accountability* desempenha papel como política de governança liberal global, fazendo parte de um processo mais amplo para promover o Estado de direito. Sob uma perspectiva crítica, a governança liberal global levanta questões significativas em relação à interconexão das relações de poder (doméstico e internacional) e às dinâmicas que determinam o que é considerado como ordem (DILLON; REID, 2000). Neste contexto, questiona-se também por quem essa ordem é usufruída e por que é tão importante mantê-la.

Ressalta-se que a governança liberal global é enfatizada como algo adaptativo, capaz de se ajustar conforme às dinâmicas de mudança do sistema internacional. É interessante observar que, nesse sentido, quando mais adaptável, mais poderosa se torna em termos de abranger novas preocupação consideradas pela base ocidental como ameaça, ou responder de forma diferente às questões antigas, bem como adaptar mecanismos de solução (DILLON; REID, 2000). Em termos gerais, é igualmente relevante notar que a implementação dos mecanismos políticos e

²⁷ É o processo pelo qual uma organização equilibra as necessidades de *stakeholders* em suas decisões e atividades, e cumprimento na entrega de seus compromissos. “*Accountability* é baseada em quatro dimensões: transparência, participação, aprendizado e avaliação, e mecanismos de *feedback* que permitem a organização prestar contas, tomar conta e ser responsabilizada pelas partes interessadas” (OXFAM, 2010b, p.2, tradução nossa).

econômicos, que desempenham um papel central na perspectiva da paz liberal atual, é visível no engajamento e nas iniciativas de organizações internacionais e não governamentais comprometidas com os valores de justiça e equidade, como a Oxfam, e que muitas vezes atuam em setores relacionados à promoção da segurança, paz, desenvolvimento e dignidade humana.

Sendo parte integrante de uma rede ativa de ajuda internacional, é esperado que a Oxfam dê importância ao setor de governança e *accountability*. A temática abrange transparência, coerência e consistência, (OXFAM, 2009) e, para a organização, tem como intuito evitar a “duplicação ou incoerência de atividades por diferentes doadores” (OXFAM, 2008b, p.4, tradução nossa). No que diz respeito à sua estratégia para promover políticas de *accountability*, especialmente em contextos de conflitos armados, a Oxfam busca incentivar o monitoramento e o combate à impunidade em casos de violações sistemáticas de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário (DIH), com objetivo de reduzir a ameaça de violência contra civis (OXFAM, 2004).

Um exemplo disso, é o documento *Nowhere to Turn: the failure to protect civilians in Afghanistan*, no qual a Oxfam apresenta recomendações relacionadas aos ataques indiscriminados no contexto do Afeganistão. O material destaca que “todas as alegações de dano devem ser investigadas, os crimes devem ser processados e os culpados devem ser punidos” (OXFAM, 2010, p.12, tradução nossa). Também ressalta que “há pouca ou nenhuma *accountability* para os insurgentes que prejudicam os civis, e raramente, se alguma vez, eles procuram ativamente fornecer reparação às pessoas ou famílias afetadas” (OXFAM, 2010, p.13, tradução nossa).

Ambas citações destacam a importância de incentivar as partes envolvidas em ataques a fornecer compensação e reparação às vítimas civis, além de lidar com a reconstrução de propriedades danificadas ou destruídas como resultado de operações militares (OXFAM, 2008b). Outros aspectos na temática de governança e *accountability* e que são mencionados nos documentos incluem: incentivo aos projetos de atendimento às comunidades que ofereçam a possibilidade de *feedback* aos atores implementadores, atores facilitadores (FPs) e demais organizações responsáveis; coordenação e engajamento entre as partes humanitárias envolvidas na resposta; clareza sobre as estratégias adotadas e os resultados esperados e obtidos; fornecer transparência ao público em relação à distinção entre os objetivos militares e os objetivos essencialmente humanitários.

No que diz respeito a esse último aspecto, é interessante notar que, apesar do estímulo ao trabalho em rede, a complexidade de uma resposta multissetorial em situações de conflito e

paz torna desafiador distinguir entre os objetivos das organizações de ajuda humanitária e as iniciativas voltadas para a estabilização da ordem. Isso levanta preocupações, como a necessidade de identificar o grau de influência exercida por Estados e organizações estatais internacionais, que atuam como doadoras, sobre o trabalho de atores civis e não estatais. Essa influência pode se tornar ainda mais complexa de distinguir à medida que existem temas que são de preocupação comum, como direitos humanos, promoção da segurança e construção da paz.

No contexto do Afeganistão, a Oxfam apresenta em suas publicações uma variedade de abordagens e projetos para alcançar seus objetivos, abrangendo os temas mencionados anteriormente. Para uma análise inicial, damos destaque a três questões relacionadas a implementação de medidas de proteção: o fortalecimento da participação das mulheres nas forças policiais, a redução do acesso às armas pela população, e o combate à “cultura da violência” no país. Embora a pesquisa tenha identificado outras áreas relevantes que também merecem destaque, optamos por focar nesses tópicos específicos devido à sua singularidade e estreita relação com os componentes para a construção e manutenção da paz.

A temática da participação das mulheres nas forças da ANP (Polícia Nacional Afegã) abrange a discussão de dois temas interligados. Como destacado anteriormente e ilustrado no Gráfico 3 da Pesquisa de Segurança da Oxfam, a polícia desempenha papel como mecanismo para resolução de disputas. No entanto, a baixa representatividade feminina nas forças policiais gera preocupações em relação ao tratamento dos crimes de gênero e à resolução de conflitos dentro e entre comunidades. Isso pode resultar na persistência ou até mesmo no aumento do risco de retaliação e constrangimento contra mulheres e meninas. Essa questão reforça os pontos abordados nos documentos da Oxfam e destaca a importância das mulheres como agentes-chave para a transformação estrutural no Afeganistão. Nesta perspectiva, elas não são identificadas apenas como vítimas de opressão, mas também devem atuar na promoção da construção de uma paz inclusiva e duradoura no país. Esse argumento também é central quando se trata da Agenda Mulheres, Paz e Segurança (WPS).

Para a temática igualdade e justiça de gênero, a Oxfam contribuiu ativamente com organizações parceiras, como a Assistência Humanitária para Mulheres e Crianças do Afeganistão (HAWCA), Ministério do Interior, o Ministério dos Assuntos das Mulheres (MoWA), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Academia Nacional de Polícia. Dentre os projetos implementados, destacam-se iniciativas para promover a inclusão de mulheres nas forças policiais do Afeganistão (OXFAM, 2013b). Um material de referência

nessa temática é o documento intitulado *Women and the Afghan Police: why a law enforcement agency that respects and protects females is crucial for progress* (OXFAM, 2013b), ressaltando a importância de uma agência de segurança que respeite e proteja esse grupo.

O provável impacto sobre mulheres e meninas é claro. Embora o Afeganistão tenha uma constituição e leis destinadas a proteger e defender os direitos das mulheres, elas não são cumpridas de forma consistente. Uma ANP mais favorável às mulheres aumentaria o seu acesso ao sistema formal de justiça e ajudaria na implementação, por exemplo, da histórica lei de Eliminação da Violência Contra as Mulheres (EVAW) de 2009, que criminalize o casamento infantil, casamento forçado, estupro e outros atos violentos contra mulheres e meninas. A abordagem bem-sucedida desse problema tem impactos positivos potencialmente mais amplos. Como a ONU observou em seu relatório EVAW em 2012. 'Em última análise, melhorias na implementação da lei EVAW e redução dos incidentes de violência contra as mulheres podem levar a uma melhor proteção dos direitos das mulheres afegãs, por sua vez, fortalecendo seu papel ativo e crucial na sociedade e nos esforços para alcançar paz sustentável, segurança e prosperidade no Afeganistão. (OXFAM, 2013b, p.4, tradução nossa)

O documento ressalta um dado significativo: naquele momento, apenas 1% dos funcionários da Academia Nacional de Polícia eram mulheres, e elas ocupavam um status considerado baixo. A Oxfam desempenhou um papel ativo no Afeganistão, em parceria com organizações locais e internacionais, trabalhando para promover uma mudança nesse quadro institucional e fortalecer as normas relacionadas à Eliminação da Violência contra Mulheres (EVAW). Um projeto implementado ocorreu em 2012, quando o parceiro da Oxfam, HAWCA, trabalhou com ministérios afegãos para treinar 192 *mullahs* nas províncias de Cabul, Herat e Nangarhar. O projeto *The Women's rights from the Islamic point of view* buscou educar *mullahs* sobre os direitos econômicos, de saúde e de propriedade das mulheres de acordo com o Islamismo (OXFAM, 2013b, p.29, tradução nossa). A Oxfam também realizou *advocacy*²⁸ em nível nacional e internacional, buscando promover mudanças nas políticas e práticas relacionadas à segurança no país.

Conforme a Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão (*Afghan Independent Human Rights Commission*²⁹ - AIHRC), em um relatório publicado na plataforma

²⁸ O *advocacy* é uma forma de trabalho voltada para alcançar resultados específicos por meio de ações como petições e campanhas. Ao contrário do campo da negociação humanitária, o objetivo central do *advocacy* é alcançar o resultado desejado sem necessariamente comprometer-se com acordos ou concessões por parte dos envolvidos.

²⁹ A AIHRC foi criada com base no Acordo de Bonn, assinado em 2001, e tem como finalidade monitorar a situação de acesso aos direitos humanos e liberdades no Afeganistão, investigar violações de direitos humanos e proteger e promover os direitos humanos no país. A questão de gênero é uma das preocupações da Comissão, e

RefWorld em 2018, a violência (sexual, econômica, psicológica e verbal) contra mulheres ainda é uma das dificuldades a serem superadas e que aumenta ano após ano. A Oxfam ressalta as barreiras sociais e culturais que existem em relação à oposição significativa às mulheres que trabalham (ou querem trabalhar) fora do ambiente de casa, e especialmente nas forças de segurança. Isso acontece por diversas razões “incluindo o fato de terem de se misturar com homens no ambiente de trabalho, terem de passar noites longe de casa e compartilhar alojamento e refeições com homens” (OXFAM, 2013b, p.28, tradução nossa). Destaca-se, por outro lado, que a presença de policiais mulheres na ANP, especialmente dentro do contexto da polícia comunitária, pode resultar em uma relação mais positiva com a população local, conforme apontado pela organização. Essa presença também é importante para estabelecer confiança e fortalecer laços, especialmente com o grupo feminino (OXFAM, 2013b, p.10).

Além do enfoque sobre justiça de gênero, a questão da insegurança é frequentemente abordada nos documentos relacionados ao tópico da pobreza. O material *Afghanistan: development and humanitarian priorities* (2008b) apresenta que “a persistente pobreza tem sido um fator significativo para espalhar insegurança” (OXFAM, 2008b, p.2, tradução nossa). Em outro documento, *Whose Aid is it Anyway? Politicizing aid in conflicts and crises* (OXFAM, 2011b, p.8, tradução nossa), destaca-se o seguinte trecho: “a insegurança causa sofrimento imediato e aprofunda materialmente a pobreza. Por outro lado, aqueles que vivem em conflitos percebem amplamente que a pobreza e a desigualdade estão entre os principais motores do conflito”. É importante ressaltar que a compreensão da pobreza abarca múltiplas nuances que devem ser levadas em conta. Neste sentido, chamamos atenção para a reflexão proposta por Carr (2008, p.726, tradução nossa), que questiona a interpretação convencional desse tema. O autor aponta:

Porque as causas da pobreza são frequentemente vistas como sendo as mesmas em todos os lugares, as abordagens para a redução da pobreza geralmente ignoram os processos locais pelos quais os fenômenos se tornam classificados como problemas (ou pobreza, se tal conceito existe localmente) e também ignoram os meios locais pelos quais as pessoas já tentam abordar esses problemas.

Em termos gerais, o argumento é baseado em dois pontos principais. O autor não desconsidera os esforços para o desenvolvimento e de alívio à pobreza, mas reforça a

seus programas e atividades são desenvolvidos pelo escritório em Cabul, bem como pelos escritórios regionais (8) e provinciais (6) em diferentes localidades do Afeganistão, de acordo com informações disponíveis em seu *website*. Destaca-se que o Acordo de Bonn instituiu a nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas uma Autoridade Provisória no Afeganistão “na pendência do restabelecimento das instituições governamentais permanentes” (UNSC, 2001, p.1, tradução nossa).

importância de compreender as “barreiras complexas que emergem em lugares particulares” (CARR, 2008, p.727, tradução nossa). Carr (2008) considera que as noções de pobreza como um fenômeno universal fundado na “falta de acesso ao capital” e “crescimento inadequado” tendem a rotular como iguais todos os locais do mundo, o que, conseqüentemente, desconsidera as particularidades, problemas e necessidades específicas das regiões. Neste sentido, o autor adota o conceito de “pobrezas”: “a abordagem de ‘pobrezas’ nos obriga a repensar seriamente os objetivos de desenvolvimento e os meios de alcançá-los. Tal reconsideração parece necessária se quisermos enfrentar os desafios para o bem-estar humano no mundo de hoje” (CARR, 2008, p. 727, tradução nossa). Essa perspectiva busca combinar o conhecimento local de uma determinada realidade, com a expectativa de desenvolvimento, levando em consideração algumas questões:

Essa abordagem valoriza as definições locais de desafios e soluções como a base para intervenções de desenvolvimento produtivo destinadas a aumentar o bem-estar humano, mas o faz com o objetivo de responder a três questões principais: (1) quem ganha e quem perde com as definições existentes de problemas e suas soluções? (2) quem identifica esses problemas e soluções? e (3) como essas soluções se tornam legítimas em uma unidade social específica, quando seus benefícios não são distribuídos uniformemente pela unidade? (CARR, 2008, p. 731, tradução nossa)

O segundo aspecto, ainda mais interessante, traz a relevância de entender como as pessoas que vivem em determinadas regiões, como o Afeganistão, percebem pobreza. Ou seja, se o conceito de pobreza é realmente reconhecido e aplicado da mesma forma em todos os locais. O ponto de vista do autor transcende a crítica comum à imposição de “soluções de interesse comum” baseadas no liberalismo econômico e no desenvolvimento na busca por soluções para a promoção do bem-estar social, estabilidade econômica e construção de oportunidades (CARR, 2008).

Nesse contexto, ao assumir um conceito universal (e liberal) de pobreza e desenvolvimento, a Oxfam esbarra em desafios que são atribuídos à própria concepção de paz liberal. Isso significa coincidir com limitações de um prisma “universal” de necessidades ao Estado e ao indivíduo. São temáticas que também se interligam com as limitações de um enfoque “universal” na aplicação de mecanismos para a construção da paz e de promoção dos direitos humanos. A perspectiva do autor nos permite examinar com maior cautela as afirmações da Oxfam, quando, por exemplo, enfatizam que “investimentos no desenvolvimento

social podem contribuir significativamente para a paz e estabilidade de longo prazo” (OXFAM, 2015, p.19, tradução nossa). Para a organização,

De forma mais geral, é essencial que os doadores, assim como os atores humanitários, respondam de acordo com uma abordagem de ‘nexus’, reconhecendo que não há soluções puramente humanitárias para crises socio-políticas complexas, e fornecendo programas de resposta emergencial de curto prazo integrados a processos de mudança social de longo prazo no desenvolvimento, os quais devem contribuir para a construção de sistemas locais e nacionais melhores, mais resilientes e sustentáveis, capazes de prosperar e não apenas sobreviver (OXFAM, 2020, p.4, tradução nossa).

De acordo com a Oxfam, apesar da alta demanda, a ajuda ao desenvolvimento permanece concentrada nos grandes centros urbanos. Isso dificulta o acesso da população que está nas zonas rurais a serviços, como energia e água limpa, conforme destacado no documento *Afghanistan: development and humanitarian priorities* (2008b), assunto também presente nas seções anteriores deste capítulo. Para reverter essa situação, a organização recomenda a distribuição equitativa dos recursos financeiros dos doadores e um maior alinhamento dos atores humanitários com as prioridades e necessidades do governo local e da população. Um exemplo é o acesso das comunidades rurais à educação, uma questão que é frequentemente destacada. É recomendado repetidamente que escolas sejam construídas nessas regiões, visando garantir a educação inclusiva.

Em termos de parcerias implementadas para o tema do desenvolvimento e segurança, o documento *DFID – Oxfam GB Partnership Programme Agreement 2001/02 – 2004/05 Final Report* (2006b) remete ao trabalho estabelecido entre essas duas organizações. A Oxfam colaborou com o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino Unido (DFID) – que, a partir de 2020 foi substituído pelo Ministério das Relações Exteriores, Comunidade e Desenvolvimento (FCDO) – em 40 países, incluindo o Afeganistão. Essa parceria buscou o engajamento conjunto sobre questões relacionadas a preocupações políticas, segurança social de longo prazo e apoio a redes de segurança. Além disso, a Oxfam desempenha um papel consultivo, fornecendo à DFID análises sobre assuntos específicos, como a exportação de armas e seus impactos no desenvolvimento (OXFAM, 2006b; BENNETT, 2009). A questão da exportação de armas desperta uma atenção especial nos documentos analisados. No caso específico do Afeganistão, é importante ressaltar que,

As armas chegaram em três ondas desde o início do conflito em 1979. Nos anos seguintes, tanto a União Soviética quanto os EUA despejaram armas. A

luta de facções entre os *mujahedin* ('guerreiros em uma guerra santa') e, em seguida, a ascensão do movimento talibã trouxe armas para todos os lados na década de 1990. Desde 2002, o novo governo continuou a receber armas do exterior para ajudar a construir um Exército Nacional Afegão eficaz (OXFAM, 2006c, p.2, tradução nossa).

A Oxfam reconhece que existe uma "cultura da violência" no país, tendo em vista o longo período de guerra enfrentado pela população, como observado no documento *Dying for action: decision time for an urgent, effective Arms Trade Treaty*. O material destaca ainda que "muitos homens compartilham uma 'cultura da violência' que agrava a violência doméstica e todos os outros tipos" (OXFAM, 2009, p.4, tradução nossa). Nesse sentido, a organização enfatiza a importância do governo afegão, com o apoio de atores da sociedade civil, em promover uma cultura para a paz desde o ensino nas escolas (WALDMAN, 2008).

Além do foco na educação, a Oxfam também aponta duas outras medidas para abordar a questão da violência. Primeiramente, a necessidade de um controle mais efetivo e uma redução nas exportações de armas. No documento *The call for tough arms controls: voices from Afghanistan* (OXFAM, 2006c, p. 2, tradução nossa) é apresentado que, no cenário particular do Afeganistão, "a cultura da arma se tornou profundamente enraizada, e a presença de armas de fogo tem um impacto fundamental na democracia, no desenvolvimento e na segurança".

O segundo ponto refere-se ao fortalecimento dos mecanismos de proteção de civis, isso inclui a implementação de políticas e práticas para a garantia do bem-estar social. O material *Afghanistan: Development and Humanitarian Priorities* (OXFAM, 2008b, p.16, tradução nossa) ressalta que "a incapacidade do governo e da comunidade internacional de fornecer uma proteção maior para as comunidades – sem dúvida, uma tarefa desafiadora – é uma das principais razões pelas quais os afegãos recorrem ao amparo do Talibã ou de outros grupos anti-governo".

Como observado até aqui, em várias das estratégias de atuação da organização em diferentes setores, existe o objetivo comum de fornecer serviços que estabeleçam uma comunicação direta com as redes comunitárias. Essa abordagem busca construir uma relação de confiança para proteger, incluir e integrar grupos vulneráveis afetados pelas consequências da guerra, capacitando-os como agentes de mudança em suas próprias comunidades. Essa forma de estratégia operacional é relevante, tanto para a criação de alternativas para a mobilização pela paz, como também para incentivar que o ator local conheça, tenham acesso pleno e reivindique seus direitos humanos. Na seção seguinte, aprofundamos essa análise. Discutimos a categoria de (ii) Abordagem Baseada em Direitos e seus subtópicos correspondentes: (i)

Abordagem Comunitária; (ii) Proteção Baseada na Comunidade e Violência Sexual e Baseada em Gênero (CBP/SGBV).

3.2.2 Abordagem Baseada em Direitos

Como destacado no capítulo anterior, a promoção e proteção dos direitos humanos desempenham um papel crucial no que constitui os ideais da paz liberal, sendo reconhecidos também como parte integrante de um arcabouço ético/moral compartilhado (DUFFIELD, 2001). No contexto da governança liberal global, a finalidade é estabelecer medidas que promovam e protejam um conjunto de direitos universais e indivisíveis, colocando a dignidade, o bem-estar e as liberdades do indivíduo no centro das políticas e práticas sociais para a construção de sociedades mais justas, pacíficas e igualitárias. Tal perspectiva, fundamentada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH - 1948), ganha crescente apoio por parte de atores de ajuda em todo o mundo. Eles estão empenhados em adotar um enfoque que consiste em identificar as vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades e buscar implementar soluções efetivas e duradouras em contextos de emergência.

Esse novo paradigma de resposta humanitária é “descrito de várias maneiras, como ‘ético’, ‘baseado em direitos’ ou ‘político’ (DUFFIELD, 2001, p.91, tradução nossa). Além disso, “parece servir ao propósito de fornecer um vínculo conceitual e um senso de coerência entre as agendas de ajuda e desenvolvimento” (DARCY, 2004, p.5, tradução nossa). Nesta seção, examinamos o debate em torno dessa perspectiva, admitindo o compromisso da Oxfam com os objetivos de proteção, desenvolvimento social e direitos humanos. Concentramos nossa análise na postura adotada pela organização em relação à implementação de uma Abordagem Baseada em Direitos - *Human Rights-based Approach* (HRBA, na sigla em inglês). Para este tema, destacamos dois subtópicos complementares: (i) Abordagem Comunitária; e (ii) Proteção Baseada na Comunidade e Violência Sexual e Baseada em Gênero (utilizamos a sigla em inglês CBP/SGBV).

A Abordagem Baseada em Direitos (HRBA) visa promover “resultados de desenvolvimento melhores e mais sustentáveis, através da análise e enfrentamento das desigualdades, práticas discriminatórias (*de jure* e *de facto*) e relações de poder injustas que frequentemente estão no cerne dos problemas de desenvolvimento”, conforme destaca o Escritório do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR; WHO, s/d). Ressalta-se que a HRBA “aceita que o engajamento político é parte necessária da ação humanitária. Tende a ver coerência entre humanitarismo e uma série de outras agendas,

incluindo desenvolvimento e resolução de conflitos” (DARCY, 2004, p. 10, tradução nossa). Nesse sentido, tal paradigma admite que os problemas humanitários muitas vezes estão interligados com questões políticas, sociais e de desenvolvimento. Ao adotar a HRBA, os atores de ajuda buscam estabelecer conexões entre diferentes agendas e integrar esforços para criar soluções mais sustentáveis no ambiente onde atuam.

A HRBA busca combinar as obrigações legais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, que são atribuídas principalmente ao Estado, e o fortalecimento das capacidades e o empoderamento dos indivíduos em suas comunidades para que possam exigir de maneira efetiva a garantia e proteção de seus direitos. Isto é, busca-se assegurar o cumprimento das “obrigações que governos e instituições têm de fornecer serviços básicos às pessoas” (BINES, 2006, p.14). Ao mesmo tempo, reconhece a importância da participação ativa das comunidades nesse processo, permitindo que elas identifiquem suas demandas e ocupem espaços de representatividade nos processos de tomada de decisões (ACNUR, 2008; BINES, 2006), o que também constitui uma característica fundamental da Abordagem Comunitária. No documento *Afghanistan: Development and Humanitarian Priorities* (OXFAM, 2008b, p.18, tradução nossa), o engajamento da comunidade é compreendido como uma “abordagem participativa e de baixo para cima, que fortalece as capacidades para resolver disputas e conflitos, desenvolver confiança e coesão social dentro e entre as comunidades, e promover diálogo interétnico e intergrupar.”

Considerando o contexto do Afeganistão, onde existem desafios significativos relacionados à Proteção Baseada na Comunidade e Violência Sexual e Baseada em Gênero (CBP/SGBV), tema que aparece de forma transversal ao longo de todo o capítulo, a Oxfam destaca a importância da participação ativa e do diálogo entre atores humanitários e a comunidade local para abordar questões relacionadas aos direitos humanos, segurança humana e à construção da paz inclusiva e duradoura. Em termos conceituais, o Manual Esfera: Carta Humanitária e Normas Mínimas para Resposta Humanitária, que também adota uma perspectiva baseada em direitos, conforme na edição de 2018, aborda a violência baseada em gênero (SGBV) da seguinte forma.

A ‘violência de gênero’ descreve a violência baseada nas diferenças de gênero entre homens e mulheres. Ela enfatiza como a desigualdade entre homens e mulheres é o cerne da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e meninas ao redor do mundo. As crises humanitárias podem intensificar muitos tipos de violência de gênero; entre eles, a violência contra a parceira, o casamento infantil, a violência sexual e o tráfico humano. As

organizações são responsáveis por tomar todas as medidas necessárias para impedir a exploração e o abuso sexual das pessoas atingidas por uma crise, inclusive em suas próprias atividades. Quando se confirmam alegações de má conduta, é importante que as autoridades competentes responsabilizem o autor e que os casos sejam tratados de forma transparente. (ESFERA, 2018, p.14)

Isto é, GBV “refere-se aos atos prejudiciais direcionados a um indivíduo ou grupo de indivíduos com base em seu gênero. Essa violência está enraizada na desigualdade de gênero, no abuso de poder e em normas prejudiciais” (UN WOMEN, s/d, tradução nossa). A preocupação com essa temática também é refletida em outros mecanismos internacionais, como a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher e o Protocolo de Maputo. A relevância do tema de proteção e igualdade de gênero adotada pela Oxfam é especialmente aparente quando se trata da preocupação com a situação das mulheres diante das barreiras sociais, culturais e políticas no Afeganistão. Sua postura em relação às situações de SGBV está centrada no sobrevivente, reconhecendo a importância de tratá-lo com dignidade. Esse tema está intrinsecamente ligado aos objetivos por trás da Abordagem Baseada em Direitos como um todo. A organização destaca essa conexão ao enfatizar que,

Em abril de 2016, a Oxfam assumiu publicamente o compromisso com a centralidade da proteção em todas as suas ações humanitárias: agir proactivamente para reduzir a violência, coerção e abuso (incluindo todas as formas de violência baseada em gênero, ou GBV) contra a população civil e garantir o respeito ao Direito Internacional Humanitário. O Compromisso da Oxfam com a mudança inclui: campanhas pela melhoria do cumprimento do Direito Internacional Humanitário, treinamento dos funcionários humanitários da Oxfam em proteção, aumentar os investimentos em programas de proteção comunitária, e realizar análises contínuas de proteção e agir para prevenir e responder à violência e abusos, incluindo GBV (OXFAM, 2017, p.2, tradução nossa).

A perspectiva de CBP/SGBV reconhece que as situações de violência de gênero³⁰ têm origem nas relações de poder presentes nos grupos comunitários. Diante dessa compreensão, busca-se implementar estratégias que promovam a participação ativa da comunidade, bem

³⁰ É importante ressaltar que o termo “gênero” não abrange exclusivamente o grupo das mulheres. O Manual Esfera destaca que se refere às diferenças socialmente construídas entre mulheres e homens durante suas vidas. Pode mudar ao longo do tempo, dentro e através das culturas e em função do contexto”. O material acrescenta que “embora mulheres e meninas, na maioria das vezes, enfrentem restrições nos seus papéis, os quais estão associados ao gênero, homens e meninos também são influenciados por expectativas rígidas em relação à masculinidade.” (ESFERA, 2018, p.14). As vítimas de SGBV não se restringem apenas às mulheres; meninas, rapazes, homens, jovens, idosos, combatentes, agentes humanitários, refugiados, detentos, entre outros, também podem ser vítimas. Além disso, a ONU Mulheres ressalta que o termo GBV também é “às vezes utilizado para descrever violência direcionada contra populações LGBTQI+, usando se refere à violência relacionada a normas de masculinidade/feminilidade e/ou normas de gênero” (UN WOMEN, s/d, tradução nossa).

como estabelecer relações de confiança e cooperação com atores de ajuda e o Estado. Essas iniciativas têm como finalidade criar espaços seguros de diálogo e reflexão conjunta nos quais se discutam as motivações e consequências da violência. A estratégia adotada é focar não apenas no confronto direto entre o agressor e a vítima de forma individual, mas também criar e fomentar um ambiente seguro que propicie o diálogo, compartilhamento de informações, demandas e experiências, além de promover o empoderamento individual. Esses pontos contribuem para ilustrar a relação entre a Abordagem Baseada em Direitos e uma perspectiva comunitária, ambas complementares e amplamente aplicáveis em diversos setores, considerando os objetivos do ator de ajuda e as necessidades específicas de cada contexto em que atua.

No âmbito institucional, destaca-se que a Oxfam leva em consideração o tema de gênero, refletindo-se em sua política interna que busca promover uma abordagem inclusiva. Suas iniciativas visam proporcionar uma perspectiva mais sensível e abrangente sobre os desafios e necessidades específicas de mulheres e meninas em emergências complexas. Essa postura pode incluir a implementação de projetos multidimensionais, a contratação de consultores especializados em questões de gênero, a realização de treinamentos de sensibilização para a temática de proteção baseada em gênero, além de esforços para incentivar que atores parceiros contratem mulheres e sejam oferecidos subsídios para cuidados infantis, auxiliando mães a conciliarem trabalho e família (OXFAM, 2006b).

Como parte de suas iniciativas no Afeganistão, destaca-se o Programa *Within and Without State* (WWS), enquanto um dos principais mecanismos para promover o engajamento da sociedade civil (comunidade e ator humanitário) e o Estado. O Programa WWS teve como objetivo a construção de uma abordagem baseada na comunidade para tratar de temas como boa governança e que conseguisse “promover a participação de mulheres, jovens e outros grupos marginalizados nos processos de paz.” (OXFAM, 2014, p.2, tradução nossa), como tratado no documento *Women and Inclusive Peace Building in Afghanistan*. O material destaca que “o Afeganistão é um dos quatro países nos quais a Oxfam implementou o Programa *Within and Without State* (WWS), financiado pela DFID de 2011 a 2016, no âmbito do Acordo de Parceria de Programa de Conflitos, Humanitário e Segurança (CHASE PPA).” (OXFAM, 2014, p.2, tradução nossa).

O WWS teve foco no fortalecimento da capacidade das comunidades, bem como no fomento de oportunidades para (principalmente) mulheres e jovens. Além disso, buscou viabilizar os vínculos com o Estado para a construção de mecanismos para a paz inclusiva e

sustentável no Afeganistão. No âmbito deste projeto, a Oxfam trabalhou em parceria com outras organizações, e apoiou no desenvolvimento da *Afghan Civil Society Organisations Network for Peace* (ACSONP) -, composta por mais de 70 instituições, em diferentes localidades no país, com fim na promoção de atividades de construção da paz (OXFAM, 2013, p.5). A iniciativa contou com a parceria de quatro organizações que atuam em diferentes regiões: *Afghanistan Women Service and Education* (AWSE) – províncias de Balkh, Cabul e Herat -, *Research Institute for Women, Peace and Security* (RIIWPS) – províncias de Cabul, Kapisa, Parwan e Bamyan -, *Empowerment Center for Women* (ECW) – província de Kunduz -, e *Training Human Rights Association for Afghan Women* (THRA) – província de Nangarhar (OXFAM, 2014). Nota-se que esses atores compartilham de uma mesma perspectiva sobre como o conflito “não apenas impacta de forma diferente mulheres e homens, mas que a desigualdade de gênero em si é um fator impulsionador do conflito” (OXFAM, 2014, p. 11, tradução nossa). A colaboração dessas organizações demonstra o compromisso coletivo em abordar a temática.

De acordo com informações do *website* da Oxfam Internacional, o seu compromisso com a HRBA versa no seguinte: “acreditamos que o respeito pelos direitos humanos ajudará a tirar as pessoas da pobreza e da injustiça, permitindo-lhes afirmar sua dignidade e garantir um desenvolvimento sustentável. Quando falamos em adotar uma abordagem baseada em direitos, é isso que queremos dizer” (OXFAM, 2023b). A ideia é promover uma mobilização abrangente e coletiva, permitindo o reconhecimento dos desafios e necessidades no âmbito comunitário. Em termos de efetividade, espera-se o estabelecimento de parcerias colaborativas entre atores humanitários, representantes da comunidade, implementadores de políticas públicas e demais envolvidos (ACNUR, 2008). Nesse contexto, surgem diversas possibilidades de atuação, baseadas na proteção humana, por meio de atividades como monitoramento, registro, fortalecimento da segurança, promoção do acesso à justiça e garantia de direitos.

A Oxfam destaca cinco preocupações específicas relacionadas ao tema da HRBA: (i) Meios de vida: inclui oportunidades de trabalho, proteção e recursos naturais de que uma comunidade depende; (ii) Serviços básicos: envolve acesso a serviços de saúde (incluindo acesso à água, saneamento e higiene), educação e capacitação de professores. Nessa área específica destacam-se a realização de treinamentos nas comunidades sobre cuidados de higiene pessoal (OXFAM, 2023b). No entanto, questões como a infraestrutura, disponibilidade de medicamentos e a qualificação dos profissionais de saúde para atendimento nas clínicas ainda representam desafios preocupantes que contribuem para uma falta de efetividade das ações implementadas.

No que se refere ao setor da educação, a Oxfam reconhece a importância dessa área como uma oportunidade e um meio para melhorar as condições de vida na comunidade. Para abordar a temática, a organização estabeleceu parcerias com várias entidades, incluindo o Ministério da Educação (MoE) e o Unicef, visando fornecer treinamento aos professores, e adquirir material adequado de ensino. O documento *Evaluation of Community-Based Rural Livelihoods Programme in Badakhshan, Afghanistan* (2006, p.10) destaca a relevância dessas parcerias e as iniciativas implementadas com a finalidade de fortalecer o sistema educacional e facilitar o acesso à educação no Afeganistão,

Provisão de educação: A Oxfam construiu duas escolas, resultando em 600 crianças frequentando. Devido a razões culturais, os pais não estão dispostos a permitir que suas filhas acima de dez anos sejam ensinadas por professores homens. Por isso, oito professoras foram contratadas de Faizabad para ensinar as crianças do sexo feminino. Comitês de Pais e Professores (PTCs) foram formados em muitas das vilas do projeto. Eles desempenham um papel importante ao convencer as famílias a enviar as crianças para a escola e garantir a presença do professor.

Além das categorias mencionadas anteriormente, a Oxfam destaca outras três como parte de sua Abordagem Baseada em Direitos: (iii) Segurança contra danos: busca proteger as pessoas contra riscos de violência, abuso e doenças, com iniciativas voltadas para abrigo, água e saneamento, e iniciativas de resiliência e mitigação; (iv) Ser ouvido: garantir que as pessoas afetadas pela pobreza e outras emergências entendam quais são os seus direitos garantidos e que possam expressar suas necessidades específicas no âmbito de suas comunidades; e (v) Ser tratado de forma igual: o objetivo é combater a discriminação, de tal forma que facilite o acesso a serviços e a proteção dos direitos de grupos considerados marginalizados (OXFAM, 2023b).

Nesses setores, destacam-se aspectos relacionados ao envolvimento da Oxfam com a ajuda ao desenvolvimento, abrangendo preocupações com temas de vulnerabilidade estrutural. Como reflexo disso, especialmente em cenários semelhantes ao Afeganistão, onde a infraestrutura de resposta pública é limitada e o governo enfrenta desafios em atender plenamente às necessidades relacionadas aos direitos humanos, as comunidades buscam Organizações Não Governamentais como uma fonte confiável para suprir suas necessidades (OXFAM, 2006; OXFAM, 2011). Podemos identificar dois pontos-chave nessa discussão. O primeiro refere-se à abrangência do trabalho da Oxfam, e que é bem-sucedida ao conquistar a confiança da comunidade na qual atua.

O segundo ponto ressalta um desafio relacionado à garantia da proteção dos direitos humanos pelo Estado e à promoção de soluções duradouras para as necessidades enfrentadas pela comunidade. Nota-se que, embora importante, o mandato de organizações humanitárias internacionais em situações de emergências complexas, e especialmente em contextos de conflitos armados, não é (ou não deveria ser) permanente. Ao destacar como os contextos podem se tornar dependentes da ajuda internacional, observa-se que esses atores acabam assumindo um papel que é, primeiramente, de responsabilidade do setor público. Isso, por sua vez, contradiz o próprio objetivo da Abordagem Baseada em Direitos (HRBA), que é buscar fortalecer o diálogo entre a comunidade (como detentora de direitos) e as instituições governamentais responsáveis (como promotores de direitos) (ACNUR, 2008). Considerar a HRBA implica reconhecer também a interconexão e a transversalidade dos direitos. Ou seja, como diversas questões interagem para garantir a efetividade real da promoção e proteção dos direitos humanos. Por exemplo, quando abordamos o acesso à saúde, percebemos que esse setor depende de uma série de fatores, como o acesso a cuidados médicos adequados, água limpa e a promoção da educação sobre higiene pessoal.

Além disso, questões mais abrangentes, como moradia digna, alimentação adequada e a garantia da igualdade de gênero, são cruciais para assegurar disponibilidade e uso equitativo aos serviços. Encontramos essa perspectiva multissetorial e sistematizada presente, por exemplo, no documento *Summary Reflection Guide on a Human Rights-based Approach to Health* (2015). Tomando como base o acesso à saúde e seus temas correlatos, como a redução da mortalidade materna e infantil, esse material fornece orientações sobre algumas das fases de planejamento e implementação, considerando os termos da HRBA. Além do elemento da transversalidade de setores, o material também ressalta a participação comunitária, identificação de lacunas e obstáculos, determinantes sociais, disseminação de políticas públicas, gerenciamento de dados e análise de situação (OHCHR; HARVARD FXB; PMNCH; WHO; UNFPA, 2015).

Considerando todo este cenário, é relevante destacar que, embora a abordagem humanitária baseada nos direitos humanos seja amplamente valorizada e adotada por várias organizações, é válido reconhecer que existe uma literatura teórico-crítica sobre a temática. Um exemplo é a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, que destaca que “a questão da universalidade dos direitos humanos é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental” (SANTOS, 2001, p.16). Essa abordagem é frequentemente relacionada a uma concepção de hegemonia de nações e valores específicos, que muitas vezes não considera

aspectos histórico, político, social e cultural de uma determinada região (SANTOS, 2001). Ao basear-se em uma perspectiva particular, pode ocorrer uma tendência de não levar em conta as complexidades em diferentes contextos, bem como negligenciar a compreensão das limitações morais e do próprio alcance e eficácia na promoção e proteção dos direitos humanos.

Essa reflexão nos leva a perceber a dicotomia entre “os que salvam” e “os que precisam ser salvos” e a falta de reconhecimento de que a sociedade ocidental, base sobre a qual os direitos humanos são fundamentados, também enfrenta desafios para alcançar plenamente a promoção e proteção dos direitos e liberdades individuais em suas próprias realidades nacionais (SANTOS, 2001). Essa visão também se reflete na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), considerada, na perspectiva do autor, como resultado de um discurso “ocidental-liberal”. O debate implica em reconhecer alguns pontos: a importância da construção de diálogos interculturais, identificando que diferentes culturas possuem entendimentos distintos de dignidade humana que podem não estar necessariamente alinhadas com os princípios dos direitos humanos em uma perspectiva ocidental; e a noção de que “todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana” (SANTOS, 2001, p.19).

Esses debates não nos conduzem a desvalorizar a importância de documentos como a DUDH e outros diversos instrumentos relacionados ao tema, no entanto, adotar uma postura mais cautelosa em relação ao seu pressuposto de universalidade, admitindo que existem contradições e limitações que podem estar subjacentes ao discurso defendido. A reflexão nos convida a perceber a importância de a própria cultura ocidental reconhecer suas limitações e desafios no tratamento da temática dos direitos humanos. A compreensão teórico-crítica da incompletude mútua das culturas e a construção de um diálogo intercultural sobre o bem-estar social são aspectos relevantes ressaltados.

Nesse sentido, “pode levar, eventualmente, a uma concepção mestiça de direitos humanos, uma concepção que, em vez de recorrer a falsos universalismos, se organiza como uma constelação de sentidos locais, mutuamente inteligíveis, e se constitui em redes de referências normativas capacitantes” (SANTOS, 2001, p.20). Essa abordagem transversal, ao considerar a diversidade cultural e a interação entre diferentes contextos, enriquece o debate sobre iniciativas de ação humanitária em contextos não ocidentais. É importante compreender essa complexidade, especialmente ao tratar da temática da paz liberal.

Apesar de apresentar um discurso baseada na inclusão, como apontado anteriormente, seus ideais, que incluem a promoção e proteção dos direitos humanos, pode resultar na

imposição de padrões normativos e interesses hegemônicos de uma conjuntura ocidental sobre outros contextos. A literatura teórico-crítica enriquece a investigação, pois coloca em questão a universalidade de ideais culturais, sociais e políticos. Nesse sentido, na próxima seção, analisamos a categoria (iii) Princípio de Não Causar Danos e seus subtópicos correspondentes: (i) Sensibilidade de conflitos; e (ii) Procedimentos operacionais. O objetivo é compreender o debate da Oxfam sobre minimizar os impactos negativos ocasionados pela ação humanitária em situações de conflito armado, tendo como mecanismo orientador o objetivo de não causar danos. Examinamos a implementação dessa abordagem, com destaque para uma análise mais sensível e abrangente ao conflito, e como isso afeta os procedimentos operacionais adotados pela organização no contexto específico do Afeganistão.

3.2.3 Princípio de Não Causar Danos

A Oxfam adota um procedimento específico para orientar sua atuação em regiões de guerra, que inclui o reconhecimento do princípio de Não Causar Danos e a adoção da abordagem de Sensibilidade de Conflito. Destaca-se que esses dois mecanismos estão estreitamente relacionados, uma vez que, como bem reforça a organização: “a sensibilidade ao conflito está essencialmente no centro das medidas de ‘não causar danos’” (OXFAM, 2021, p.4). Isso porque (idealmente) ter uma perspectiva mais detalhada e abrangente da realidade e das dinâmicas de poder em um determinado contexto, contribui para evitar que as intervenções humanitárias desencadeiem ou aprofundem disputas. Em termos conceituais, Não Causar Danos (ou *do no harm*), significa que a ação humanitária deve prevenir e mitigar qualquer efeito negativo não intencional de suas ações no público de interesse (WEISS, 1999). O princípio de Sensibilidade de Conflito refere-se à capacidade de uma organização em:

1. Compreender o contexto em que se insere; 2. Compreender a interação entre a sua intervenção e aquele contexto e; 3. Atue de acordo com esse entendimento para minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos no conflito (OXFAM, 2021, p. 2, tradução nossa).

A organização reconhece a importância de perceber o contexto em que opera e tem uma política institucional que busca adaptar suas estratégias e iniciativas de acordo com tal realidade. Percebe-se que essa abordagem pode contribuir de forma positiva para o trabalho da organização em campo, que pode incluir a prestação de ajuda humanitária, apoio ao desenvolvimento e estratégias de *advocacy*, cada qual implementado conforme o interesse

central de promoção de soluções duradouras, com ênfase na transformação de realidades de pobreza e injustiça, como já abordado neste capítulo.

O debate de Sensibilidade de Conflito não apenas é relevante para considerar os impactos potenciais da ação humanitária na guerra e vice-versa, mas também é considerado como “crucial para os três setores do triplo nexo: humanitarismo, desenvolvimento e construção da paz” (OXFAM, 2021, p.3, tradução nossa). O princípio compreende duas reflexões: reconhecer que a ação humanitária está intrinsecamente ligada ao contexto em que é realizada, e por isso pode ser afetada por ele ou afetá-lo; e que, o ator de ajuda deve levar em consideração não apenas as necessidades da população, mas também as dinâmicas que caracterizam uma determinada conjuntura em que atua. Neste sentido, o documento *The Imperative of Conflict Sensitivity in Humanitarian Operations* ressalta a importância da organização em compreender fatores subjacentes ao conflito, como os impulsionadores de disputas (político, social, econômico, de segurança, entre outros); dinâmicas de poder e tensões comunitárias; atores envolvidos (grupos armados, líderes comunitários, tomadores de decisão); e o impacto nos mais vulneráveis (OXFAM, 2021).

Como consequência, essas questões têm reflexo nos procedimentos operacionais adotados no terreno, incluindo delimitar os seus princípios e valores norteadores. Embora a Oxfam identifique a importância dos preceitos tradicionais da ação humanitária, – humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência –, “o princípio de ‘não causar danos’ é baseado no reconhecimento de que a ajuda não é neutra: ela se torna parte do contexto em que é implementada e pode impactá-lo” (OXFAM, 2021, p-3-4, tradução nossa). O que reflete em considerar tanto os possíveis cenários futuros positivos quanto negativos de uma resposta, buscando minimizar as consequências contraproducentes resultantes das ações ou inações do ator humanitário. Isto é, o princípio de Não Causar Danos considera que qualquer decisão tomada pelo ator humanitário em campo terá um impacto (OXFAM, 2021).

Isso é o que os estudiosos sobre o tema vão compreender como “ética consequencialista” do novo-humanitarismo. Para Duffield (2001, p.18) “a ação humanitária agora é legítima somente se não causar danos e geralmente apoiar os objetivos da paz liberal de resolução e transformação de conflitos. De ajudar as pessoas, a política mudou para apoiar processos”. Esse entendimento revela uma expectativa de que a resposta humanitária produza impactos positivos e significativos no contexto ao qual faz parte, e que podem ser alcançados por meio de iniciativas multidimensionais e com foco no longo prazo, incluindo mecanismos

para a promoção de mudanças estruturais e garantia dos direitos humanos, processos de construção da paz e abordagens para a harmonização entre comunidades.

A resposta adequada [...] não é transformar o mandamento de ‘não causar danos’ em ‘não fazer nada’. Pelo contrário, é implantar estratégias para minimizar as consequências negativas e maximizar as positivas, de forma que o ‘benefício líquido’ de nossa ação humanitária seja o aumento da assistência e proteção aos não combatentes (OXFAM, 2000, p.9, tradução nossa).

Busca-se assumir tal concepção em várias circunstâncias, o que pode ser observado em seus documentos que abordam, dentre outras questões, a preocupação sobre “como os impactos podem ser ampliados significativamente em diferentes situações, como as boas práticas podem ser disseminadas amplamente e como as estratégias podem ser adaptadas para criar mudanças estruturais mais significativas” (OXFAM, 2002, s/p, tradução nossa). Em outro material, a Oxfam acrescenta que, “a segurança e estabilidade são promovidas – não prejudicadas – pela ajuda humanitária imparcial, baseada nas necessidades, e ajuda ao desenvolvimento centrada na pobreza” (OXFAM, 2011b, p.2, tradução nossa). Os trechos destacados e as iniciativas implementadas pela organização detalhadas neste capítulo são importantes para perceber a expectativa da organização, sobretudo no que diz respeito às mudanças no cenário em que atua, especialmente ao abordar interesses relacionados à segurança, estabilidade e mudanças estruturais, para um impacto sustentável e duradouro.

Por outro lado, é interessante considerar que, apesar dos avanços importantes que a Oxfam conseguiu no Afeganistão, é possível constatar que muitos de seus objetivos não foram alcançados, mesmo considerando as perspectivas de Análise de Conflito e o mecanismo de Não Causar Danos. O contexto sugere as seguintes reflexões: (i) a organização tem enfrentado desafios em implementar efetivamente essas abordagens para reduzir de forma sustentável a vulnerabilidade da população afetada pelos conflitos no Afeganistão; ou (ii) embora a Oxfam tenha conseguido implementar uma ação humanitária alinhada com a abordagem de Análise de Conflitos e o princípio de Não Causar Danos no país, a complexidade do cenário pode demandar uma análise ainda mais abrangente para a elaboração de um plano de resposta mais eficaz.

Além disso, uma perspectiva emergente tem ganhado destaque nos documentos: (iii) uma abordagem centrada na discriminação de gênero como o empecilho central para a defesa e proteção dos direitos humanos no país e a promoção da paz sustentável. Essa reflexão fica evidente para a organização, sobretudo conforme duas questões-chave. A Oxfam destaca (i) “são as mulheres e as crianças que morrem em números desproporcionais devido à falta de água

limpa, alimentos e cuidados de saúde e que a violência armada traz” (OXFAM, 2009, p.3, tradução nossa); e (ii) as mulheres e meninas “são com mais frequência alvo deliberado de violência baseada em gênero e são mais frequentemente excluídas dos processos políticos essenciais para a paz e a segurança” (OXFAM, 2015, p.2, tradução nossa).

Em abril de 2021 o Escritório das Nações Unidas para Assuntos Humanitários (ECHO) dirigiu uma declaração sobre o sistema humanitário contemporâneo que corresponde, em parte, às preocupações aqui postas. Ao abordar a falha nos mecanismos de resposta, o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Humanitários, Mark Lowcock (2021, p.2, tradução nossa), destacou que “apesar de todas as boas intenções, o sistema humanitário é, na verdade, configurado para dar às pessoas necessitadas o que as agências internacionais e doadores pensam ser melhor e o que as agências têm a oferecer, em vez de dar às pessoas o que elas mesmas dizem que mais precisam”. Tal perspectiva vem ganhando força entre os críticos teóricos que abordam os Estudos de Segurança Internacional e os pesquisadores e atores humanitários.

A Oxfam, como mencionado anteriormente, entende que ajuda humanitária efetiva consiste em “salvar vidas, proteger direitos e construir meios de subsistência” (OXFAM, 2011, p.2, tradução nossa), o que significa “tanto atender às necessidades urgentes quanto em combater a pobreza enraizada” (OXFAM, 2011, p.5, tradução nossa). Considerando isso, e embora a organização enfatize como sendo crucial para atingir tais objetivos uma atuação centrada nas especificidades da dinâmica de conflitos e em uma resposta humanitária multidimensional, incluindo a implementação de iniciativas de abordagem comunitária, os resultados de suas intervenções na vida das populações afetadas pelas violências não se mostram suficientes para uma mudança significativa na conjuntura ou, nos projetos bem-sucedidos, uma continuidade adequada. Esse cenário é evidenciado pelo persistente número de vulnerabilidades sociais. Em termos gerais, os dados comprovam um aumento significativo no número de pessoas que necessitam de assistência urgente no Afeganistão.

Conforme o Relatório *Humanitarian Needs Overview Afghanistan*, de novembro de 2015, 8,1 milhões de pessoas precisavam de assistência humanitária no país. O mesmo Relatório, de janeiro de 2023, apresenta que a situação se agravou ainda mais, destacando que 28,3 milhões de pessoas, o equivalente a dois terços da população, precisam de ajuda para sobreviverem. Ambos os documentos são disponibilizados pelo OCHA e consultados na base de dados *ReliefWeb*. Reconhecemos que a análise apresentada nesses documentos é ampla e não se refere exclusivamente à atuação da Oxfam. No entanto, é importante apresentar estes

dados para entender o alcance das iniciativas de atendimento social, ou a falta delas, e reforça a complexidade do contexto e da ação humanitária. A preocupação de uma continuidade nos serviços de ajuda é tema compartilhado por estudiosos e organizações de ajuda que trabalham em campo, especialmente em regiões de conflitos armados, levando em consideração que nestas regiões a resposta internacional muitas vezes se torna uma dependência local. Neste sentido se torna importante identificar, como bem destacado pela própria Oxfam (2006, p.14, tradução nossa), “lacunas entre promessas feitas e evidências de mudança”.

A Oxfam também destaca em seus documentos este cenário de insustentabilidade, por exemplo, ao abordar o quadro de aumento da insegurança no Afeganistão, o material *No time to lose: promoting the accountability of the Afghan National Security Forces* (OXFAM, 2011d, p.11, tradução nossa) revela que “ao menos 2.777 civis foram mortos no conflito no Afeganistão em 2010, o maior número desde 2001”. Em um outro material, *Whose Aid is it Anyway? Politicizing aid in conflicts and crises*, a informação é complementada com os seguintes dados:

Ataques diretos a trabalhadores humanitários também continuam a aumentar – 225 foram mortos, sequestrados e feridos em ataques violentos em 2010, em comparação com 85 em 2002 – em parte refletindo o maior número de trabalhadores operando em lugares violentos, mas também como resultado de um aumento aparentemente motivado politicamente, subindo de 29% do número total de ataques em que os motivos puderam ser determinados em 2003, para 49% em 2008. (OXFAM, 2011b, p.20, tradução nossa).

Ao final de cada um dos documentos da Oxfam analisados, é comum encontrar uma lista de recomendações. Dentre as diretrizes relacionadas ao princípio de Não Causar Danos e à adoção da abordagem de Sensibilidade de Conflito, destacamos as preocupações em relação à análise de conflito que também leve em consideração a perspectiva de gênero (OXFAM, 2018), a necessidade de considerar as implicações de longo prazo das intervenções humanitárias, incluindo possíveis impactos negativos (OXFAM, 2021), a importância de determinar a ajuda humanitária com base na necessidade e não em interesses estratégicos, de contra insurgência ou cobertura midiática, e a necessidade de garantir mecanismos de *accountability* entre os atores envolvidos na resposta humanitária e no diálogo com a comunidade (OXFAM, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação a proposta foi analisar as implicações da perspectiva da paz liberal na atuação da Oxfam no Afeganistão. No decorrer do primeiro capítulo, nos aprofundamos no debate teórico-crítico entre o humanitarismo tradicional, representado pelos princípios (humanidade, imparcialidade, neutralidade e imparcialidade) do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que institucionalizou a ideia de ação humanitária ainda no século XIX, e o humanitarismo liberal, que se fortalece no período pós-Guerra Fria. Ambos os modelos revelam possibilidades para o ator humanitário interessado, bem como desafios e limitações em termos de alcance no atendimento à população beneficiária.

A discussão foi abordada sob uma perspectiva na qual destacamos inicialmente as características da dinâmica do humanitarismo internacional, revelando suas configurações e contradições à medida que surgem cenários e preocupações diversas na esfera internacional. Em termos gerais, aprofundamos a compreensão do atendimento humanitário emergencial e enfatizamos uma literatura que busca perceber os princípios que o norteiam, com destaque para a questão da neutralidade. Parcela da literatura tem questionado a eficácia da neutralidade, especialmente diante de contextos específicos, como o de conflitos armados e violações sistemáticas de direitos humanos. Nesses cenários, a manutenção desse princípio pode ser percebida como insuficiente para lidar com a gravidade da situação.

A compreensão desses desafios contribuiu para a identificação de um novo paradigma de ajuda humanitária, conhecido como novo-humanitarismo. Esse surge como uma alternativa ao modelo tradicional, buscando abordar aspectos mais amplos relacionados ao bem-estar comum, como as causas estruturais de conflitos armados, vulnerabilidades sociais, segurança humana e a proteção dos direitos humanos. Além disso, tal concepção também se dedica a buscar alternativas para a construção e manutenção da paz em cenários complexos. Ao examinarmos essa perspectiva, que abrange a atuação de diversos atores de ajuda, incluindo a Oxfam no Afeganistão, é relevante destacar sua ênfase na intersecção de temas importantes, tais como segurança, desenvolvimento humano, política e humanitarismo. Esse enfoque fundamenta-se, à primeira vista, na temática liberal-democrática, que busca priorizar o respeito aos direitos humanos enquanto unidade internacional de interesse comum, a promoção da justiça social e a busca por soluções duradouras em cenários de emergência complexa.

Nota-se que, embora o discurso do novo-humanitarismo e da perspectiva liberal-democrática pareçam fundamentados em boas intenções (e tem sua importância, que não deve

ser desconsiderada), é importante reconhecer que eles podem reforçar as relações de poder no sistema internacional. Isso se torna evidente ao observarmos a expansão do conceito de segurança, que agora abarca a segurança do indivíduo e enfatiza um tipo específico de bem-estar, harmonia, progresso e ordem. De forma semelhante, percebe-se o que é entendido como causas de conflitos armados, incluindo o atraso econômico e injustiça social. Essas questões foram examinadas por meio dos Estudos Críticos de Segurança Internacional (ECSI), que buscam também destacar aspectos subjacentes sobre a concepção globalizada de vulnerabilidades e ameaças tanto para o indivíduo como para o Estado, conforme a ordem internacional vigente.

É interessante notar que, apesar dos esforços em expandir a ajuda internacional, a discussão atual aborda um dos desafios cruciais da ação humanitária atual: alcançar seu objetivo primordial, que é o alívio do sofrimento humano e garantir condições mínimas de dignidade e bem-estar para as vítimas. Essa contradição se revela nos dados que mostram a dificuldade significativa em reduzir o hiato entre expectativas de resposta e o crescente número de pessoas com necessidades humanitárias. Diante dessa complexa questão, há uma linha de pesquisa relevante e abrangente que visa aprimorar as abordagens de resposta em diferentes contextos e, ao mesmo tempo, identificar tendências para entender as razões por trás das limitações no alcance de respostas internacionais. Esse enfoque, que requer uma autocrítica do ator de ajuda, é essencial para garantir que ações humanitárias sejam mais efetivas e capazes de atender às necessidades das populações afetadas.

Por outro lado, é interessante perceber que a crescente orientação de atores humanitários por objetivos de longo prazo levanta um importante questionamento: como promover soluções duradouras em contextos semelhantes ao do Afeganistão, que permanecem dependentes da ajuda externa mesmo após anos de intervenção humanitária internacional? Ressalta-se que a busca por uma abordagem humanitária que concilie atendimento emergencial e objetivos de longo prazo pode apresentar desafios significativos. No caso da Oxfam, ao priorizar a desconstrução dos princípios da neutralidade e independência, o ator pode enfrentar dificuldades na prestação de ajuda emergencial.

Por outro lado, ao se comprometer com soluções sustentáveis, podem surgir complexidades adicionais, como a necessidade de envolver-se em temas que são essencialmente de responsabilidade das políticas públicas, para efetivamente promover mudanças estruturais no cenário afetado. A literatura que busca tensionar esse debate enfatiza que o interesse por soluções duradouras requer uma compreensão profunda das dinâmicas locais

e nuances específicas de cada contexto e população. A Oxfam entende que no Afeganistão existem particularidades sociais e culturais que acabam sendo entendidas como barreiras para uma ajuda humanitária efetiva.

Esses são apontamentos que compõem a discussão reflexiva contemporânea sobre o tema da ajuda internacional, mas que percorrem também um quadro teórico-crítico importante presente na literatura dos ECSI. Ao explorar a atuação da Oxfam, observamos que a organização adota uma perspectiva abrangente de resposta, incluindo iniciativas com reflexo, intencional ou não, na construção da paz sustentável. Seu objetivo primordial é a luta contra a pobreza e as desigualdades, o que se traduz em uma atuação abrangente e integrada com atores parceiros nacionais e internacionais. A Oxfam conceitua ajuda humanitária efetiva como “salvar vidas, proteger direitos e construir meios de subsistência” (OXFAM, 2011b, p.2, tradução nossa), refletindo assim sua finalidade. Os valores e princípios que norteiam a organização fornecem base importante para uma análise que permite uma interconexão com a abordagem do novo-humanitarismo e os mecanismos para a paz liberal, que inclui “resolução e prevenção de conflitos, reconstrução social, fortalecimento de instituições civis e representativas, promoção do estado de direito e reforma do setor de segurança no contexto de uma economia de mercado viável” (DUFFIELD, 2001, p.11, tradução nossa).

O fio condutor da análise é a concepção “universal” das vulnerabilidades e ameaças comuns no contexto contemporâneo, especialmente em termos de proteção individual e garantia universal dos direitos humanos. Esse enfoque é questionado pela literatura ao desconsiderar muitas vezes as particularidades de contextos específicos. Compreender a intersecção entre a ajuda humanitária e o ideal de paz liberal é importante para perceber as possibilidades e limitações da resposta internacional às comunidades afetadas por conflitos. Um exemplo é a perspectiva da paz liberal, contestada por estimar um modelo ocidental de “Estado”, “paz” e “segurança” como pressuposto, levando à ideia de que a guerra é (e deve ser) evitada, nesse sentido os resultados devem apontar para uma maior segurança humana e autossuficiência de uma determinada região.

No que diz respeito à Oxfam, buscamos analisar como esse ator, mesmo não sendo diretamente responsável pela promoção da paz e da segurança no Afeganistão, pode reproduzir valores e objetivos que têm origem na cultura ocidental. Para essa análise, consideramos que as perspectivas relacionadas ao desenvolvimento social (que compõem a base das iniciativas da organização) estão interligadas, na perspectiva liberal-democrática, aos mecanismos de promoção e manutenção da paz. Alguns apontamentos merecem destaque, especialmente três

deles. Primeiramente, a organização acaba reproduzindo estereótipos que se relacionam à autoimagem civilizada e boa do ocidente. Ao afirmar, por exemplo que existe uma “cultura da violência” no Afeganistão, a Oxfam pode estar ignorando as nuances das dinâmicas internas, como mencionado, e generalizando todo um país à desordem e brutalidade histórica.

Outro aspecto relevante é a falta de consideração sobre se a crise humanitária nessa região pode ser fortalecida, em parte, por um desequilíbrio no sistema internacional. Isso pode se manifestar em termos de influência de uma ordem liberal global, onde os interesses e agendas de potências podem prevalecer, e em relação ao alcance e distribuição equitativa dos recursos humanitários disponíveis. Por fim, destaca-se a ênfase dada à figura feminina como pacífica e vítima de um contexto opressivo. Embora seja importante reconhecer as adversidades enfrentadas pelas mulheres e meninas em diferentes contextos pelo mundo, nota-se uma simplificação do tema. É necessário considerar que a resistência desse grupo em seus contextos locais é multifacetada. Além disso, reforçamos que o tema de gênero (considerando também grupos para além de mulheres e meninas) abrange um conjunto de questões que afetam as relações em diferentes níveis sociais e culturais.

É interessante notar que, em contrapartida à concepção liberal que pressupõe padrões sociais específicos para a construção da paz – ou seja, a ideia de que a paz depende de um comportamento pacífico que corresponda a um padrão de Estado e sociedade ocidental – os documentos analisados mostram que a Oxfam adota uma abordagem diferente. Apesar dos pontos apresentados, a organização enfatiza a importância de compreender de forma abrangente e sensível o contexto em que atua. Ao considerar os fatores únicos de cada situação, a organização busca uma atuação mais inclusiva, reconhecendo que soluções para a paz e a promoção do bem-estar comum requer diálogo, empoderamento e atuação conjunta com a comunidade.

Por exemplo, em um dos estudos realizados pela Oxfam (Pesquisa de Segurança da Oxfam – 2008) destaca-se que a situação no Afeganistão não pode ser atribuída unicamente ao grupo Talibã, como geralmente apresentado. Em vez disso, aponta para as causas subjacentes das disputas, frequentemente relacionadas ao acesso à terra e recursos, como água, além das tensões entre famílias e comunidades. Essas questões desempenham um papel importante na dinâmica dos conflitos e na busca por soluções duradouras. Essa perspectiva, alinhada aos princípios de Sensibilidade de Conflito e Não Causar Danos – temas relacionados -, permite à organização compreender os fatores complexos envolvidos, o que não é objetivo primordial de uma abordagem de paz liberal.

Apesar disso, e dos avanços importantes no Afeganistão, ainda permanecem desafios de longa data, como a questão da fome, acesso à água, saneamento e higiene, igualdade e justiça de gênero, segurança e acesso à educação. Os limites entre as expectativas e o que traz o enfoque teórico, em relação ao que é de fato encontrado na realidade concreta e enfrentado pelos atores humanitários em campo é um ponto também importante de ser mencionado. Ressalta-se como fundamental que os atores de ajuda se empenham em trazer perspectivas de análise que consigam relacionar esses dois campos. Muitos têm trabalhado nessa direção nos últimos anos, apontando para uma abordagem reflexiva sobre a dinâmica da ação humanitária contemporânea e para os limites da teoria, reforçando um quadro analítico que aponta tanto contradições como possibilidades de resposta.

Algumas questões adicionais chamaram a atenção durante o estudo. Podemos perceber que a Oxfam faz parte de um sistema humanitário abrangente, caracterizado por uma cooperação entre diversos atores em âmbito global, e complexo, que se mostra cada vez mais ambicioso em responder crises humanitárias. Essa abrangência pode ser foco de críticas devido à percepção de influência política internacional no discurso do novo-humanitarismo e da universalidade dos direitos humanos, que é um aspecto da cultura ocidental (SANTOS, 2001). A atuação da Oxfam no Afeganistão demonstra seu compromisso em promover a paz sustentável e igualitária no país, alinhando-se a mecanismos para a estabilização e desenvolvimento na região. A organização se engajou em projetos em parceria com a Polícia Nacional Afegã e incentivou políticas de contratação de mulheres nas forças policiais, além de se dedicar à promoção da Agenda Mulheres, Paz e Segurança que se constitui a partir de uma concepção liberal. Entretanto, apesar da importância da temática, é possível reconhecer que questionamentos podem surgir em relação à ênfase na igualdade e justiça de gênero. A possibilidade de que essa questão seja instrumentalizada para alterar a ordem social no Afeganistão e a potencial associação com uma visão ocidental de sociedade são pontos de reflexão relevantes.

Um mecanismo efetivo para abordar essa preocupação é reconhecer a importância de estabelecer laços de confiança com as comunidades atendidas, especialmente quando se trata de questões cruciais para a proteção do indivíduo. No entanto, é necessária cautela, pois algumas abordagens nesse sentido podem ser percebidas como formas de “conquistar corações e mentes” das populações beneficiárias, levantando questionamentos sobre o real propósito de ações justificadas pelo discurso humanitário. Esse tema é particularmente crucial no contexto do Afeganistão, considerando a campanha da Guerra Global contra o Terrorismo, quando

algumas organizações de ajuda foram acusadas de cooperar com iniciativas contrainsurgentes e de servir como intermediadoras para interesses hegemônicos. Nesse sentido, a Oxfam destaca a necessidade de estabelecer uma comunicação efetiva com líderes comunitários e religiosos no país para implementar qualquer projeto. O movimento internacional em prol da participação local e do empoderamento das comunidades afetadas é valorizado, buscando assim promover uma atuação humanitária mais inclusiva e responsiva. No entanto, a própria natureza não neutra do novo-humanitarismo pode dificultar o acesso de atores humanitários às pessoas afetadas por emergências.

A análise das implicações da perspectiva da paz liberal na atuação da Oxfam no Afeganistão ressalta a complexidade das questões abordadas ao longo da dissertação, evidenciando a importância de uma reflexão contínua sobre práticas de atores humanitários em contextos semelhantes. Diante da natureza de emergências complexas, torna-se indispensável uma reflexão sensível e adaptada às necessidades específicas de comunidades. Compreender as contradições inerentes ao humanitarismo e suas possíveis repercussões se torna crucial para alcançar uma ajuda mais efetiva. Nesse sentido, nos deparamos com um desafio contínuo que demanda uma autocrítica das possibilidades e limitações da perspectiva da paz liberal, que ainda se fortalece, e pode utilizar da ação humanitária como uma ferramenta para a promoção de vidas e futuros melhores. Por outro lado, é importante reconhecer os desafios enfrentados e as limitações existentes, mesmo quando se adota uma Abordagem Baseada na Comunidade e se leva em conta as particularidades do contexto, como é o caso da atuação da Oxfam e várias outras organizações semelhantes no Afeganistão. Nota-se que o cenário no país permanece frágil, e as necessidades da população, assim como a insegurança de funcionários humanitários, continuam a aumentar com o passar do tempo. Diante dos desafios complexos e das contradições inerentes ao humanitarismo, surge a questão crucial: devemos retomar a um paradigma tradicional ou buscar aprimorar constantemente as abordagens humanitárias?

A resposta parece residir não em uma interpretação restrita, muito pelo contrário, diversos fatores devem ser considerados quando se trata do comprometimento com a temática. De qualquer maneira, o desafio se constitui em equilibrar princípios, objetivos e expectativas com as necessidades específicas das comunidades afetadas. A busca por soluções duradouras requer uma reflexão constante sobre as implicações das iniciativas empreendidas. Nesse sentido, a Oxfam e outras organizações devem estar dispostas a avaliar criticamente suas abordagens e estratégias, buscando sempre colocar o indivíduo no centro de suas preocupações, o que é uma concepção liberal importante. Ao mesmo tempo, é crucial que também se atenham

às implicações mais abrangentes que moldam a dinâmica da ordem global.

Observa-se que a dinâmica do humanitarismo, assim como a governança liberal global, são adaptativos aos eventos e mudanças do sistema internacional. É interessante perceber que, nesse sentido, quanto mais adaptáveis, ambos assumem um papel de conceito expandido, englobando cada vez mais questões. No entanto, para a ação humanitária, há o risco de perder o fio condutor fundamental de preservação das condições mínimas de dignidade e bem-estar para todas as vítimas, independente de suas circunstâncias. É notável que muitos ideais, incluindo a própria perspectiva da paz liberal, podem variar e não são alcançados na prática. Por isso, é importante que a ação humanitária se mantenha focada em seu propósito fundamental de auxílio e proteção às vítimas. No caso da Oxfam, estudos indicam que a organização faz parte de uma mudança de paradigma na ação humanitária contemporânea, cada vez mais ampla e complexa, envolvendo um aumento no número de atores e expansão dos objetivos. A grande questão é em que medida conseguirá preservar sua autonomia em termos de agenda, considerando a integração de um sistema com interesses políticos e estratégicos. Nesse contexto, manter uma abordagem participativa, que inclui e incentiva o diálogo com as populações afetadas, pode ser uma saída promissora.

REFERÊNCIAS

- AFGHANISTAN INDEPENDENT HUMAN RIGHTS COMMISSION (AIHRC). **Summary of the Report on Violence Against Women The causes, context, and situation of violence against women in Afghanistan**. 2018. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/5ab132774.html>
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **A abordagem comunitária nas operações do ACNUR**. 2008.
- ATLAS – Oxfam Project Browser. Oxfam. s/d. Disponível em: <https://atlas.oxfamnovib.nl/#/results/?keyword=Afghanistan>.
- ATMAR, Mohammed. **The politicization of humanitarian aid and its consequences for afghans**. Humanitarian Practice Network. 2003. Disponível em: <https://odihpn.org/publication/the-politicisation-of-humanitarian-aid-and-its-consequences-for-afghans/>. Acesso em: 02 out. 2022.
- AYOOB, Mohammed. State-making, state-breaking and state failure, in Chester Crocker et al (eds.), **Leashing the dogs of war: conflict management in a divided world**. Washington: United States Institute for Peace, 2006.
- BARNETT, Michael. Empire of humanity. In: **Empire of Humanity**. Cornell University Press, 2011.
- BARNETT, Michael. Humanitarianism transformed. **Perspectives on politics**, v. 3, n. 4, p. 723-740, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Editora Zahar, 2017.
- BENNETT, Jon et al. Country programme evaluation Afghanistan. **Evaluation report ev696**, 2009.
- BILGIN, Pinar. The ‘Western-centrism’ of security studies: ‘Blind spot’ or constitutive practice? **Security Dialogue**, v. 41, n. 6, p. 615-622, 2010.
- BINES, Hazel. Evaluation Synthesis: Strategic Evaluation of Oxfam GB's Education Programme. 2006.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping (Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992). New York: Nações Unidas. 1992.
- BRAUMAN, Rony. Médecins Sans Frontières and the ICRC: matters of principle. **International Review of the Red Cross**, v. 94, n. 888, p. 1523-1535, 2012.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

CAIRNS, Edmund. Policy Position: Oxfam's Role in Humanitarian action. Oxfam International. 2013. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/oxfams-role-in-humanitarian-action-295043/>.

CARR, Edward R. Rethinking poverty alleviation: a 'poverties' approach. **Development in Practice**, v. 18, n. 6, p. 726-734, 2008.

CHRISTIE, Ryerson. Critical voices and human security: To endure, to engage or to critique? **Security Dialogue**, v. 41, n. 2, p. 169-190, 2010.

COLLINSON, Sarah; ELHAWARY, Samir. **Humanitarian space**: a review of trends and issues. London: Humanitarian Policy Group, Overseas Development Institute, 2012.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). História do CICV. 2010. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/who-we-are/history/overview-section-history-icrc.htm>. Acesso em: 03 set. 2022.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNSC). Resolution 1325 (2000). New York, 2000. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>.

DARCY, James. Human Rights and Humanitarian Action: A review of the issues. In: **background paper prepared for Human Rights and Humanitarian Action - Humanitarian Policy Group Background Paper**. 2004.

DE TORRENTÉ, Nicolas. Humanitarianism sacrificed: integration's false promise. **Ethics & International Affairs**, v. 18, n. 2, p. 3-12, 2004.

DESGRANDCHAMPS, Marie-Luce. 'Organising the unpredictable': the Nigeria-Biafra war and its impact on the ICRC. **International review of the red cross**, v. 94, n. 888, p. 1409-1432, 2012.

DILLON, Michael; REID, Julian. Global governance, liberal peace, and complex emergency. **Alternatives**, v. 25, n. 1, p. 117-143, 2000.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars**: the merging of development and security. New York: Zed Books. 2001.

ESBROECK, Dirk; CHELLADURAI, Solomon; VERHOFSTADT, Ellen. Evaluation of the 'My rights my voice' programme. **Synthesis report**. 2016.

ESFERA. Manual Esfera: carta humanitária e normas mínimas para resposta humanitária. 4. ed. Genebras: Esfera, 2018. Disponível em: <https://spherestandards.org/wp-content/uploads/Sphere-Handbook-2018-BRPortuguese.pdf>

FELDMAN, Ilana; TICKTIN, Miriam. Introduction Government and Humanity. In: **In the Name of Humanity**. Duke University Press, 2010. p. 1-26.

FOX, Fiona. New humanitarianism: does it provide a moral banner for the 21st century?. **Disasters**, v. 25, n. 4, p. 275-289, 2001.

GOEDE, Irene; HOGELING, Lette; CARABAIN, Christine. **Transforming power relations: mid-term synthesis report for the right to be heard outcome area of the Oxfam strategic plan 2013-2019**. 2016.

GOSSMAN, Patricia. Working in a political vacuum: humanitarian aid and human rights in Afghanistan. Humanitarian Practice Network. 2003. Disponível em: <https://odihpn.org/publication/working-in-a-political-vacuum-humanitarian-aid-and-human-rights-in-afghanistan/>. Acesso em: 02 out. 2022.

HILTON, Matthew et al. History and humanitarianism: A conversation. **Past & Present**, v. 241, n. 1, p. e1-e38, 2018.

LINDNER, Robert. Non-governmental aid organisations in Afghanistan between impartiality and counterinsurgency. **Sicherheit und Frieden (S+ F)/Security and Peace**, p. 223-227, 2010.

LOWCOCK, Mark. 2021. **What's wrong with the humanitarian aid system and how to fix it. Remarks at the Center for Global Development on Proposal for an Independent Commission for Voices in Crises**. OCHA. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/what-s-wrong-humanitarian-aid-system-and-how-fix-it-remarks-under-secretary-general>

MCGOLDRICK, Claudia. The future of humanitarian action: an ICRC perspective. **International Review of the Red Cross**, v. 93, n. 884, p. 965-991, 2011.

MEDECIS SANS FRONTIERES (MSF). From Rwanda to Zaira: MSF caught in spiral of extreme violence (2/2). 2019. Disponível em: <https://msf.lu/en/news/from-rwanda-to-zaire-msf-caught-in-spiral-of-extreme-violence-retrospective-22>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MEHTA, Uday S. Liberal strategies of exclusion. **Politics & Society**, v.18, n.4, p.427-454, 1990.

MORCHAIN, Daniel; KELSEY, Frances. Finding ways together to build resilience: the vulnerability and risk assessment methodology. Oxfam GB. 2016.

NASCIMENTO, Daniela. As estratégias de resposta a conflitos violentos e de (re)construção da paz: Uma análise crítica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 105, p. 03-18, 2014.

NASCIMENTO, Daniela. Humanitarismo e a guerra contra o terrorismo: de dilemas complexos a oportunidades perdidas? **Oficina do CES**, v. 358, p. 1-15. Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

NASCIMENTO, Daniela. One step forward, two steps back? Humanitarian Challenges and Dilemmas in Crisis Settings. **Journal of Humanitarian Assistance**, v.18, 2015.

NEOCLEOUS, Mark. 'A brighter and nicer new life': Security as pacification. **Social & Legal Studies**, v. 20, n. 2, p. 191-208, 2011.

NEOCLEOUS, Mark. The dream of pacification: Accumulation, class war, and the hunt. **Socialist Studies/Études socialistes**, 2013.

NEOCLEOUS, Mark. The police of civilization: The war on terror as civilizing offensive. **International Political Sociology**, v. 5, n. 2, p. 144-159, 2011b.

NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver. Introdução. In: NEWMAN, Edward (ed). Liberal peacebuilding debates. **New perspectives on liberal peacebuilding**. Tokyo: Japão, 2009, p.3-26.

O'BRIEN, Paul. Politicized humanitarianism: A response to Nicolas de Torrente. **Harv. Hum. Rts. J.**, v. 17, p. 31, 2004.

OHCHR; HARVARD FXB; PMNCH; WHO; UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Summary reflection guide on a human rights-based approach to health: application to sexual and reproductive health, maternal health**. 2015. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/RGuide_HealthPolicyMakers.pdf

OXFAM CYMRU; OXFAM GB. 2013. The sustainable livelihoods approach: toolkit for wales. Disponível em: [https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-sustainable-livelihoods-approach-toolkit-for-wales-297233/#:~:text=The%20Sustainable%20Livelihoods%20Approach%20\(SLA,help%20them%20improve%20their%20lives](https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-sustainable-livelihoods-approach-toolkit-for-wales-297233/#:~:text=The%20Sustainable%20Livelihoods%20Approach%20(SLA,help%20them%20improve%20their%20lives).

OXFAM NOVIB. Afeganistão: pobreza e direitos das mulheres. s/d. Disponível em: <https://www.oxfamnovib.nl/dit-doen-wij/over-oxfam-novib/landen/afghanistan>

OXFAM; CORDAID; INCLUSIVE PEACE; I MATTER. Because she matters: ensuring women's meaningful participation in peacebuilding in Afghanistan. 2020.

OXFAM; GLOBAL PROTECTION CLUSTER. Working with state authorities and armed groups on protection. 2016.

OXFAM. A place at the table: safeguarding women's rights in Afghanistan. 2011. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/afghanistan/place-table-safeguarding-womens-rights-afghanistan>

OXFAM. A resilient presente and future are possible. **Oxfam Asia Resilience hub Program mapping**. 2017b.

OXFAM; INTERNATIONAL ALERT. Partnerships in conflict: how violent conflict impacts local civil society and how international partners respond. 2017.

OXFAM. A right in crisis guide to influencing: the who, what and why of humanitarian campaigning. 2015b.

OXFAM. Afghanistan at a crossroads: recommendations for the UN Security Council on the 2014 UN Assistance mission in Afghanistan (UNAMA) mandate. Joint agency briefing note. 2014b.

OXFAM. Afghanistan Daykundi Province Kradeer District. Humanitarian need assessment report. 2018c.

OXFAM. Afghanistan: development and humanitarian priorities. 2008b.

OXFAM. An end to forgotten emergencies? Embargoed until 00.01 May 17th, 2000. 2000.

OXFAM. Caught in the conflict: civilians and the international security strategy in Afghanistan. Briefing paper by the eleven NGOs operating in Afghanistan for the NATO Heads of the State and Government Summit. 2009.

OXFAM. Caught in the conflict: civilians and the international security strategy in Afghanistan, 2009d. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/afghanistan/caught-conflict-civilians-and-international-security-strategy-afghanistan>

OXFAM. Citizen voice in Afghanistan: evaluation of national solidarity programme III effectiveness review series 2014/15. 2016b.

OXFAM. DFID – Oxfam GB Partnership programme agreement 2001/02 – 2004/05 Final report. 2006b. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/135656/er-dfid-oxfamgb-partnership-programme-agreement-200102-200405-en.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

OXFAM. Dying for action: decision time for an urgent, effective Arms Trade Treaty. 2009.

OXFAM. Embargoed until nov 18 2009. **The cost of war Afghan experiences of conflict, 1978 – 2009.** 2009e. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/afghanistan/cost-war-afghan-experiences-conflict-1978-2009>

OXFAM. Evaluation of community-based rural livelihoods programme in Badakhshan, Afghanistan. 2006.

OXFAM. How we fight inequality to end poverty and injustice. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/what-we-do/about/how-we-fight-inequality-end-poverty-injustice>. Acesso em: 21 ago. 2022.

OXFAM. Humanitarian needs assessment report: Afghanistan, Daykundi Province, Ashtarlay. 2018b. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/afghanistan/humanitarian-needs-assessment-report-afghanistan-daykundi-province-ashtarlay>

OXFAM. Influencing policy and civic space: a meta-review of Oxfam's policy influence, citizen voice and good governance effectiveness reviews. 2018.

OXFAM. Later will be too late: how extreme levels of hunger have not been averted despite alarms. 2020.

OXFAM. Measuring change: Oxfam GB – DFID Partnership programme agreement 2008-2011: Baseline report. 2009b.

OXFAM. Measuring household stress: the development of a contextualized multi-sector coping strategy index for Afghanistan. 2018d.

OXFAM. No time to lose: promoting the accountability of the Afghan National Security Forces. 2011d.

OXFAM. Nowhere to turn: the failure to protect civilians in Afghanistan. **A joint briefing paper by 29 aid organizations working in Afghanistan for the NATO Heads of Government Summit.** 2010.

OXFAM. Our commitment to human rights. 2023b. Disponible em: <https://www.oxfam.org/en/our-commitment-human-rights#:~:text=We%20believe%20that%20respect%20for,dignity%20and%20guarantee%20sustainable%20development.>

OXFAM. Our history. 2023. Disponible em: <https://www.oxfam.org/en/our-history>.

OXFAM. Oxfam accountability report. 2010b. Disponible em: <https://www.oxfam.org.uk/documents/191/accountabilityreport0910.pdf>

OXFAM. Oxfam and protection: a guidance note. **Oxfam technical briefing.** 2017.

OXFAM. Oxfam annual report & accounts 2013/14. 2014e.

OXFAM. Programme impact report: Oxfam GB's work with partners and allies around the world. 2004.

OXFAM. Programme impact report: Oxfam GB's work with partners and allies around the world. 2005.

OXFAM. Programming on the right to be heard: a learning companion. 2014d.

OXFAM. Promises, promises: a briefing paper for the Kabul conference on Afghanistan. 2010b.

OXFAM. Protection of civilians in 2010: facts, figures, and the UN Security Council's response. 2011c.

OXFAM. Returning to fragility: exploring the link between conflict and returnees in Afghanistan. 2018.

OXFAM. Rights in crisis campaign Afghanistan project effectiveness review. 2013c.

OXFAM. Smart development in practice: field report from Afghanistan. 2009c. Disponible em: <https://reliefweb.int/report/afghanistan/smart-development-practice-field-report-afghanistan>

OXFAM. The call for tough arms controls: *voices from Afghanistan*. 2006c.

OXFAM. The future is equal: Oxfam international annual report 2021/2022. 2022. Disponível em: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2023-02/OXFAM%2021_22%20Annual%20Report%20FINAL.pdf.

OXFAM. The imperative of conflict sensitivity in humanitarian operations. 2021. Disponível em: <https://asia.oxfam.org/latest/publications/imperative-conflict-sensitivity-humanitarian-operations>

OXFAM. What we believe. 2023b. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/what-we-do/about/what-we-believe>.

OXFAM. Whose Aid is it Anyway? Politicizing aid in conflicts and crises. 2011b.

OXFAM. Within and Without the State: Effective Programming in Fragile Contexts. 2013. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/within-and-without-the-state-effective-programming-in-fragile-contexts-313362/>

OXFAM. Women and inclusive peace Building in Afghanistan. In: **Programme insights series governance and fragile states**. 2014.

OXFAM. Women and peace building in Afghanistan: building local and national-level peace with the meaningful participation of women. 2016.

OXFAM. Women and the afghan police: why a law enforcement agency that respects and protects female is crucial for progress. 2013b.

OXFAM. Women, Peace, and Security: Keeping the promise. How to revitalize the agenda 15 years after UNSCR 1325. 2015.

OXFAM. Women's economic leadership in Asia: a review of WEL programming. 2014c. PARIS, Roland. International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'. **Review of international studies**, v. 28, n. 4, p. 637-656, 2002.

REDMOND, Tony. **Frontline: saving lives in war, disaster and disease**. Londres: Harper North. 2021.

REPORTHUB. Multi-sectoral dashboard for humanitarian response services. 2022. Disponível em: <file:///Users/beatricedaudtbandeira/Downloads/AFG-Dashboard-for-Humanitarian-Response-Services-JANUARY-2022.pdf>

RICHMOND, Oliver P. Critical research agendas for peace: The missing link in the study of international relations. **Alternatives**, v. 32, n. 2, p. 247-274, 2007.

RICHMOND, Oliver P. Human Security and the Liberal Peace: Tensions and Contradictions. **Whitehead J. Dipl. & Int'l Rel.**, v. 7, 2006b.

RICHMOND, Oliver P. The problem of peace: understanding the 'liberal peace'. **Conflict, security & development**, v. 6, n. 3, p. 291-314, 2006.

RIEFF, David. **A bed for the night: Humanitarianism in crisis**. Simon and Schuster, 2003.
SABARATNAM, Meera. The Liberal Peace? A Brief Intellectual History of International Conflict Management, 1990-2010. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os direitos humanos na pós-modernidade. **Oficina do CES**, n. 10, 1989.

SANTOS, Boaventura. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Contexto internacional**. 2001.

SLIM, Hugo. A new Solferino moment for humanitarians. **Humanitarian Law & Policy**. 2022. Disponível em: <https://blogs.icrc.org/law-and-policy/2022/02/10/new-solferino-moment-humanitarians/>. Acesso em: 15 set. 2022.

SLIM, Hugo. **Solferino 21: Warfare, Civilians and Humanitarians in the Twenty-First Century**. Hurst Publishers, 2022b.

SLIM, Hugo. The continuing metamorphosis of the humanitarian practitioner: some new colours for an endangered chameleon. **Disasters**, v. 19, n. 2, p. 110-126, 1995.

TERRY, Fiona. The International Committee of the Red Cross in Afghanistan: reasserting the neutrality of humanitarian action. **International Review of the Red Cross**, v.93, p, 173-188, 2011.

THE ADELPHI PAPERS. The Changing context of humanitarian action. The Adelphi Papers, v. 36, 1996.

THE GUARDIAN. **The issue now is surviving countries react with shock to Oxfam withdrawal**. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2020/may/21/the-issue-now-is-surviving-countries-react-with-shock-to-oxfam-withdrawal-coronavirus>. Acesso em: 03 maio. 2023.

UN WOMEN. **Frequently asked questions: types of violence against women and girls**. s/d. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/faqs/types-of-violence>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNICEF. Lessons learned in WASH response during rural flood emergencies. **The global WASH Learning Project**. 2009.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (PNUD). Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security. New York. 1994.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR); WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). s/d. A human rights-based approach to health. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/HRBA_HealthInformationSheet.pdf

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Sexual and gender-based violence: the time to act is now**. 2019. Disponível em: <https://www.unocha.org/story/sexual-and-gender-based-violence-time-act-now>

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Afghanistan humanitarian needs overview 2023**. 2022. Disponível em: https://reliefweb.int/report/world/global-humanitarian-overview-2023-enaresfr?_gl=1*f9i975*_ga*MjAyOTAyNDU4MS4xNjg1NDY4MDAy*_ga_E60ZNX2F68*MTY5MDgwMjQ0My43LjEuMTY5MDgwMjQ5MS4xMi4wLjA.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Global Humanitarian Overview 2023**. New York: OCHA, 2022.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). Agreement on provisional arrangements in Afghanistan pending the re-establishment of permanent government institutions. **Resolução S/2001/1154**. 2001. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2001%2F1154&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>

UNITED NATIONS. Approved list of humanitarian relief providers for Afghanistan. 2001. Press Release AFG/123-SC/6994.

VAUX, Tony. Humanitarian trends and dilemmas. **Development in practice**, v. 16, n. 3-4, p. 240-254, 2006.

WALDMAN, Matt. Community Peacebuilding in Afghanistan. **Oxfam International**, v. 29, 2008.

WEISS, Thomas G. Principles, politics, and humanitarian action. **Ethics & International Affairs**, v. 13, p. 1-22, 1999.

WEISS, Thomas. A cultura humanitária contestada em zonas de guerra. **Contexto Internacional**, v.36, p.305-348, 2014.

WILLIAMS, Bernard. **Moral: uma introdução à ética**. Martins Fontes, 2005.

**APÊNDICE – Tabela de Projetos da Oxfam no
Afeganistão selecionados da Plataforma Atlas - Oxfam Project Browser**

Tabela 1. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2007

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AGNA69	National Solidarity Programme in Daikundi new district	Afghanistan	15/09/2007		Oxfam GB	GBP 221,374	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA69:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity
AGNA67	National Solidarity Programme cycle one and two in Daikundi	Afghanistan	01/09/2007		Oxfam GB	GBP 360,609	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA67:	Life and security; Social and political participation; Identity

Tabela 2. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2008

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AGNA80	NGO Coordination and Advocacy	Afghanistan	24/07/2008		Oxfam GB	GBP 157,751	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA80:	Social and political participation
AGNA79	Ensuring Programme Quality and Support	Afghanistan	01/05/2008		Oxfam GB	GBP 396,791	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA79:	Sustainable Livelihoods; Life and security; Social and political participation; Identity
AGNA85	Community Mobilisation and Capacity Building	Afghanistan	16/11/2008		Oxfam GB	GBP 59,812	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA85:	Sustainable Livelihoods; Identity
AGNA86	Afghanistan Rights in Crisis Campaign	Afghanistan	30/06/2008		Oxfam GB	GBP 570,800	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA86:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation

Tabela 3. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2009

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AGNA92	Support to Gender Mainstreaming in Afghanistan Programme	Afghanistan	17/12/2009		Oxfam GB	GBP 121,658	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA92:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity
AGNA90	Emergency Public Health and Food Security Response in Afghanistan	Afghanistan	01/07/2009		Oxfam GB	GBP 1,697,312	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA90:	Sustainable Livelihoods; Identity
AGNA88	An integrated approach to Universalization of Elementary Education (UEE) in AGN	Afghanistan	01/05/2009		Oxfam GB	GBP 137,528	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA88:	Basic social services; Identity
AGNA93	Afghanistan Governance, Accountability and Advocacy strategic support	Afghanistan	01/05/2009		Oxfam GB	GBP 70,221	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA93:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity

Tabela 4. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2010

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AGNA98	Strengthening Food Security and Livelihood through Sustainable Resource Managemem	Afghanistan	01/04/2010		Oxfam GB	GBP 877,725	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA98:	Sustainable Livelihoods; Life and security; Identity
AGNA91	Promote Community Peace - Non-state Actors	Afghanistan	01/01/2010		Oxfam GB	GBP 246,052	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA91:	Life and security; Identity
AGNA97	NSP in Existing Districts (Miramour,Shahristan,Nili,Ashterly and Sangtakhat)	Afghanistan	01/06/2010		Oxfam GB	GBP 1,050,394	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA97:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity
AGNA94	Emergency Water, Sanitation and Hygiene Promotion	Afghanistan	01/04/2010		Oxfam GB	GBP 612,559	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA94:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Social and political participation; Identity
AGNB01	Emergency Response for Agricultural recovery in Daikundi Province, Afghanistan.	Afghanistan	01/08/2010		Oxfam GB	GBP 329,045	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB01:	Sustainable Livelihoods; Identity
AGNB03	Developing Afghanistan Country Team WASH capacity for timely response	Afghanistan	16/12/2010		Oxfam GB	GBP 37,604	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB03:	Life and security
AGNA95	Bringing Solar Power and Renewable Energy to Remote Communities in Afghanistan	Afghanistan	15/01/2010		Oxfam GB	GBP 2,056	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNA95:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Identity

Tabela 5. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2011

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
A-01532-03	ON Country Office costs	Afghanistan	15/05/2011	30/04/2013	Oxfam Novib Afghanistan	EUR 29,709	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-01532-03:AF	Life and security
AGNB11	Humanitarian response in Afghanistan	Afghanistan	05/09/2011		Oxfam GB	GBP 2,105,308	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB11:	Life and security
AGNB07	Enhancing humanitarian response capacity of Afghanistan Country team	Afghanistan	01/04/2011		Oxfam GB	GBP 24,765	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB07:	Life and security

Tabela 6. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2012

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
A-02387-05	Community based management of acute chol	Afghanistan	15/05/2012	31/03/2013	Oxfam NovibKabul	EUR 77,791	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-02387-05:AF	Basic social services; Life and security
AGNB26	Safety Net programme	Afghanistan	15/04/2012		Oxfam GB	GBP 85,665	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB26:	Sustainable Livelihoods
AGNB25	Promote Community Peace - Non-state Actors	Afghanistan	01/04/2012		Oxfam GB	GBP 226,270	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB25:	Life and security; Identity
AGNB23	NSP III- B (Repeated Block Grant in Khidir Distirct)	Afghanistan	01/04/2012		Oxfam GB	GBP -40,813	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB23:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity

AGNB08	Improved Food Security for Poor and Vulnerable Households in Badakhshan Province	Afghanistan	01/04/2012		Oxfam GB	GBP 1,399,271	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB08:	Sustainable Livelihoods; Life and security; Identity
AGNB31	Gendered and Adapted Value Chain Analysis of Almonds in Daikundi Province	Afghanistan	22/10/2012		Oxfam GB	GBP 17,346	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB31:	Identity
AGNB14	FLOW project	Afghanistan	01/09/2012		Oxfam GB	GBP 1,271,428	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB14:	Identity
AGNB24	Drought response in Badakhshan	Afghanistan	01/04/2012		Oxfam GB	GBP 663,839	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB24:	Sustainable Livelihoods
A-02391-16	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/07/2012	31/12/2016	Oxfam Novib	EUR 66,066	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-02391-16:AF	Life and security
AGNB27	Cash Transfer Programmes Training and Coordination	Afghanistan	01/08/2012		Oxfam GB	GBP 60,009	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB27:	Sustainable Livelihoods

Tabela 7. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2013

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AGNB33	NSP Repeater block grant in Shahristan District of Daikundi Province	Afghanistan	01/01/2013		Oxfam GB	GBP -93,282	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB33:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity
AGNB36	Humanitarian Response in Badakhshan	Afghanistan	15/06/2013		Oxfam GB	GBP 589,059	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB36:	Sustainable Livelihoods; Life and security; Identity
AGNB34	Fragile States Programme - RiC III and MediVac	Afghanistan	15/03/2013		Oxfam GB	GBP 196,937	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB34:	Social and political participation; Identity
A-03309-05	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/05/2013	31/12/2013	Oxfam Novib	EUR 77,872	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-03309-05:AF	Basic social services; Life and security
A-03581-04	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/09/2013	31/08/2014	Oxfam Novib	EUR 42,715	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-03581-04:AF	
A-03664-02	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/11/2013	01/03/2014	Oxfam Novib	EUR 108,424	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-03664-02:AF	Life and security
A-04167-06	3% program related cost Afghanistan	Afghanistan	01/01/2013	31/12/2015	Oxfam Novib	EUR 68,879	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04167-06:AF	
AGNB38	Building the capacity of the gender and governance team	Afghanistan	01/04/2013		Oxfam GB	GBP 22,577	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB38:	Identity

Tabela 8. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2014

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
A-04018-03	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/05/2014	01/08/2014	Oxfam Novib	EUR 3,518	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04018-03:AF	Life and security
A-04085-03	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/08/2014	31/12/2014	Oxfam Novib	EUR 10,448	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04085-03:AF	Life and security
A-04283-07	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	15/12/2014	15/12/2016	Oxfam Novib	EUR 96,336	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04283-07:AF	Social and political participation

AGNB47	Fragile States Programme - Capacity Building Afghanistan Programme	Afghanistan	01/04/2014		Oxfam GB	GBP 73,744	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB47:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity
--------	--	-------------	------------	--	----------	------------	---	---

Tabela 9. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2015

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AGNB51	NSP III -No Cost extension Merger Contract (AGNA97,AGNB23,AGNB33)	Afghanistan	01/10/2015		Oxfam GB	GBP 1,779,956	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB51:	Sustainable Livelihoods; Basic social services; Life and security; Social and political participation; Identity
AASA49	Fragile States Programme - Capacity Building in Afghanistan	Afghanistan	01/04/2015		Oxfam GB	GBP 217,923	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AASA49:	Life and security; Identity
A-04232-03	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/01/2015	28/05/2018	Oxfam Novib	EUR 972,607	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04232-03:AF	Sustainable Livelihoods
A-04255-03	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	05/01/2015	05/03/2015	Oxfam Novib	EUR 5,956	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04255-03:AF	Life and security
A-04293-04	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/03/2015	29/02/2016	Oxfam Novib	EUR 20,959	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04293-04:AF	Basic social services
A-04305-02	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	15/03/2015	14/04/2015	Oxfam Novib	EUR 9,999	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04305-02:AF	Identity
A-04306-02	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	15/03/2015	14/04/2015	Oxfam Novib	EUR 13,431	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04306-02:AF	Identity
A-04307-02	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	15/03/2015	31/01/2016	Oxfam Novib	EUR 52,635	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04307-02:AF	Identity
A-04386-02	Country Office 506588 Oxfam NovibCountry	Afghanistan	01/01/2015	31/12/2015	Oxfam Novib	EUR 20,000	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-04386-02:AF	Sustainable Livelihoods

Tabela 10. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2016

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
A-05137-03	CO-Supporting Conflict induced IDPs	Afghanistan	01/10/2016	31/03/2017	Oxfam Novib	EUR 13,243	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05137-03:AF	Life and security
A-05205-04	CO-Emergency Food Security & Winterizati	Afghanistan	15/12/2016	15/06/2017	Oxfam Novib	EUR 61,748	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05205-04:AF	Life and security
A-05178-03	CO-Cash transfer to support the food	Afghanistan	16/11/2016	15/01/2017	Oxfam Novib	EUR 18,855	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05178-03:AF	Life and security
A-05195-04	CO-Afghanistan Joint Response	Afghanistan	01/12/2016	31/05/2017	Oxfam Novib	EUR 55,667	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05195-04:AF	Life and security
A-05133-02	CO-506588	Afghanistan	01/10/2016	31/03/2017	Oxfam Novib	EUR 47,154	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05133-02:AF	Life and security
A-05196-02	CO-506588	Afghanistan	01/04/2016	31/03/2017	Oxfam Novib	EUR 173,511	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05196-02:AF	Social and political participation

Tabela 11. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2017

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
A-05437-09	HO-Country Office Afghanistan	Afghanistan	01/04/2017	01/04/2018	Oxfam Novib	EUR 37,760	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05437-09:AF	Social and political participation
A-05369-04	CO-DRA # Afghanistan Joint Response 2	Afghanistan	01/06/2017	31/12/2017	Oxfam Novib	EUR 68,151	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05369-04:AF	Life and security
A-05434-04	CO-Coping Strategy Index (CSI)	Afghanistan	20/08/2017	20/12/2017	Oxfam Novib	EUR 54,509	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05434-04:AF	Life and security
A-05297-03	CO-Citizen#s Charter Afghanistan Program	Afghanistan	04/03/2017	30/06/2021	Oxfam Novib	EUR 1,870,951	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05297-03:AF	Social and political participation; Identity
A-05305-03	CO-Citizen Charter Afghanistan Project	Afghanistan	06/05/2017	31/12/2020	Oxfam Novib	EUR 1,477,059	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05305-03:AF	Social and political participation; Identity
A-05338-02	CO-Citizen Charter Afghanistan Project	Afghanistan	15/03/2017	31/12/2020	Oxfam Novib	EUR 984,523	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05338-02:AF	Social and political participation; Identity
A-05419-02	CO-506588	Afghanistan	19/06/2017	31/03/2022	Oxfam Novib	EUR 5,160	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05419-02:AF	Social and political participation
A-05451-02	CO-506588	Afghanistan	01/04/2017	31/10/2017	Oxfam Novib	EUR 35,709	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05451-02:AF	Sustainable Livelihoods
AGNB53	Burberry - Afghanistan sustainable cashmere project	Afghanistan	01/04/2017	31/03/2022	Oxfam GB	GBP 956,645	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AGNB53:	

Tabela 12. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2018

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
A-05677-03	CO-Unconditional Cash Assistance	Afghanistan	15/08/2018	15/11/2018	Oxfam Novib	EUR 1,007	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05677-03:AF	Life and security
A-05727-02	CO-Support to drought affected farming h	Afghanistan	01/09/2018	31/03/2019	Oxfam Novib	EUR 85,170	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05727-02:AF	Life and security
A-05698-04	CO-Multi-sector emergency drought respon	Afghanistan	01/09/2018	31/08/2019	Oxfam Novib	EUR 52,235	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05698-04:AF	Life and security
A-05715-03	CO-Emergency multipurpose cash	Afghanistan	22/09/2018	06/11/2018	Oxfam Novib	EUR 4,677	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05715-03:AF	Life and security
A-05710-03	CO-Emergency agriculture and livestock	Afghanistan	10/09/2018	10/01/2019	Oxfam Novib	EUR 18,348	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05710-03:AF	Sustainable Livelihoods
A-05684-02	CO-Emergency Food Security and Livelihood	Afghanistan	01/09/2018	31/12/2018	Oxfam Novib	EUR 10,980	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05684-02:AF	Sustainable Livelihoods; Life and security
A-05672-03	CO-EFVSL, WASH and Protection Response	Afghanistan	01/06/2018	31/05/2019	Oxfam Novib	EUR 112,997	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05672-03:AF	Life and security
A-05615-02	CO-Drought Response Daykundi province	Afghanistan	01/05/2018	30/09/2018	Oxfam Novib	EUR 61,728	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05615-02:AF	Life and security
A-05768-02	CO-CAT fund top up	Afghanistan	04/11/2018	03/02/2019	Oxfam Novib	EUR 63,802	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05768-02:AF	Life and security
A-05580-03	CO-BUILDING RESILIENT LIVELIHOODS EXTENS	Afghanistan	01/06/2018	31/12/2020	Oxfam Novib	EUR 1,029,892	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05580-03:AF	Sustainable Livelihoods
A-05532-03	CO-Afghanistan Joint Response (AFJR) III	Afghanistan	01/01/2018	31/12/2018	Oxfam Novib	EUR 203,630	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05532-03:AF	Life and security

A-05658-03	CO-AFJR3 Drought Top Up in Herat provinc	Afghanistan	01/07/2018	31/12/2018	Oxfam Novib	EUR 72,488	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05658-03:AF	Life and security
------------	--	-------------	------------	------------	-------------	------------	---	-------------------

Tabela 13. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2019

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AFHA25	PA Contribution to Afghanistan (Flood Response) via Sida Hum Partnership Agrmt	Afghanistan	01/04/2019		Oxfam GB	GBP 368,786	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AFHA25:	
A-06043-02	CO-ONIF_AFG_Waterbudgeting-Project-Desig	Afghanistan	01/08/2019	31/05/2020	Oxfam Novib	EUR 19,131	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06043-02:AF	Sustainable Livelihoods
A-06143-02	CO-Market -based programming WASH	Afghanistan	01/09/2019	30/11/2019	Oxfam Novib	EUR 4,870	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06143-02:AF	Life and security
A-06070-03	CO-Joint Response ,Flood Response Helman	Afghanistan	01/06/2019	31/12/2019	Oxfam Novib	EUR 78,858	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06070-03:AF	Life and security
A-06061-02	CO-Intigrated Food Security and Livelih	Afghanistan	01/08/2019	15/11/2020	Oxfam Novib	EUR 409,916	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06061-02:AF	Sustainable Livelihoods; Life and security; Identity
A-05957-02	CO-Flood response Afghanistan 2019	Afghanistan	01/04/2019	30/09/2019	Oxfam Novib	EUR 119,659	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05957-02:AF	Life and security
A-06164-03	CO-Emergency agriculture assistance to f	Afghanistan	24/10/2019	24/04/2020	Oxfam Novib	EUR 199,904	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06164-03:AF	Life and security
A-05979-03	CO-Emergency WASH kit distribution	Afghanistan	15/04/2019	15/05/2019	Oxfam Novib	EUR 25,187	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05979-03:AF	Life and security
A-05943-02	CO-Emergency Flood Response in Herat Pro	Afghanistan	26/03/2019	31/03/2019	Oxfam Novib	EUR 8,244	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05943-02:AF	Life and security
A-05959-02	CO-Afghanistan flood response 2019 (Hera	Afghanistan	26/03/2019	30/09/2019	Oxfam Novib	EUR 415,318	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05959-02:AF	Life and security
A-05870-04	CO-Afghanistan Joint Response phase III	Afghanistan	01/01/2019	31/12/2019	Oxfam Novib	EUR 130,607	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05870-04:AF	Life and security
A-05981-02	CO-Afghanistan Flood Response- Herat Pro	Afghanistan	09/04/2019	09/08/2019	Oxfam Novib	EUR 149,632	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-05981-02:AF	Life and security

Tabela 14. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2020

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
AFHA26	Emergency Response to Avalanche affected families in Diakundi province of Afgnai	Afghanistan	15/04/2020	15/10/2020	Oxfam GB	GBP 397,794	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/AFHA26:	
A-06453-02	CO-WASH response to out break of COVID19	Afghanistan	01/08/2020	31/01/2021	Oxfam Novib	EUR 667,007	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06453-02:AF	Life and security
A-06273-02	CO-Seasonal Support Project-SSP	Afghanistan	01/03/2020	30/05/2020	Oxfam Novib	EUR 40,068	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06273-02:AF	Life and security
A-06414-02	CO-Protection micro project Covid-19	Afghanistan	15/05/2020	14/08/2020	Oxfam Novib	EUR 4,906	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06414-02:AF	Life and security

A-06288-02	CO-Integrated emergency agriculture	Afghanistan	10/03/2020	31/01/2021	Oxfam Novib	EUR 136,670	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06288-02:AF	Sustainable Livelihoods
A-06473-02	CO-Food Prototype Covid-19 Response	Afghanistan	01/07/2020	31/10/2020	Oxfam Novib	EUR 99,125	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06473-02:AF	Life and security
A-06519-02	CO-Flooding Response, Parwan and Nangarh	Afghanistan	01/10/2020	31/03/2021	Oxfam Novib	EUR 18,284	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06519-02:AF	Life and security
A-06402-03	CO-Emergency WASH Response in Daykundi	Afghanistan	01/05/2020	30/04/2021	Oxfam Novib	EUR 177,203	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06402-03:AF	Life and security
A-06384-02	CO-Emergency Response to Avalanche Affec	Afghanistan	15/04/2020	15/11/2020	Oxfam Novib	EUR 442,775	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06384-02:AF	Life and security
A-06535-03	CO-Emergency Food Security assistance	Afghanistan	15/10/2020	10/04/2021	Oxfam Novib	EUR 192,848	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06535-03:AF	Life and security
A-06499-03	CO-DEC Coronavirus Appeal fund	Afghanistan	14/06/2020	31/01/2021	Oxfam Novib	EUR 150,442	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06499-03:AF	Life and security
A-06416-02	CO-COVID-19 Food Security support to IDP	Afghanistan	01/05/2020	31/10/2020	Oxfam Novib	EUR 9,392	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06416-02:AF	Life and security
A-06417-02	CO-COVID-19 AHF3rd Reserve Allocation202	Afghanistan	15/06/2020	14/12/2020	Oxfam Novib	EUR 161,583	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06417-02:AF	Life and security
A-06378-02	CO-506588	Afghanistan	01/03/2020	31/03/2020	Oxfam Novib	EUR 1,418	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06378-02:AF	Social and political participation
A-06450-02	CO-506588	Afghanistan	16/02/2020	30/04/2020	Oxfam Novib	EUR 12,351	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06450-02:AF	Sustainable Livelihoods
A-06482-02	CO-506588	Afghanistan	10/07/2020	31/12/2020	Oxfam Novib	EUR 53,130	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06482-02:AF	Life and security

Tabela 15. Atuação da Oxfam no Afeganistão - 2021

Project id	Project	Country	Start date	End date	Actor	Total budget	URL	Project Information
A-06646-03	CO-DEC Coronavirus Appeal Phase 2	Afghanistan	01/02/2021	31/10/2021	Oxfam Novib	EUR 73,276	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06646-03:AF	Life and security
A-06665-02	CO-Covid-19 Response in Afghanistan (Mar	Afghanistan	01/01/2021	31/08/2021	Oxfam Novib	EUR 37,642	https://atlas.oxfamnovib.nl/#/project/A-06665-02:AF	Life and security

Fonte:

Produção nossa com base nos dados da Plataforma Atlas - *Oxfam Project Browser*.

Disponível em: <https://atlas.oxfamnovib.nl/#/>

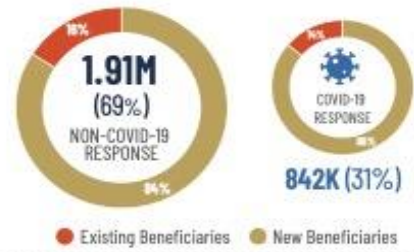
ANEXO - Painel Multissetorial para Serviços de Resposta Humanitária – janeiro 2022

AFGHANISTAN ReportHub Multi-Sectoral Dashboard for Humanitarian Response Services (January 2022)

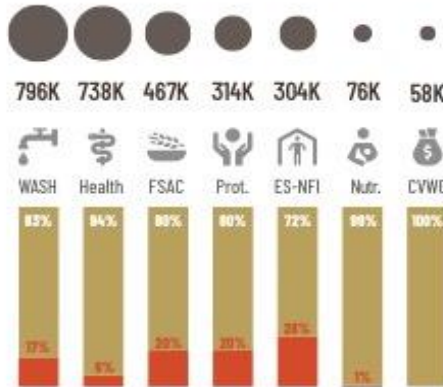


KEY FIGURES*

2.75M SERVICES PROVIDED to BENEFICIARIES



SERVICES by CLUSTER/WG and DELIVERY TYPE



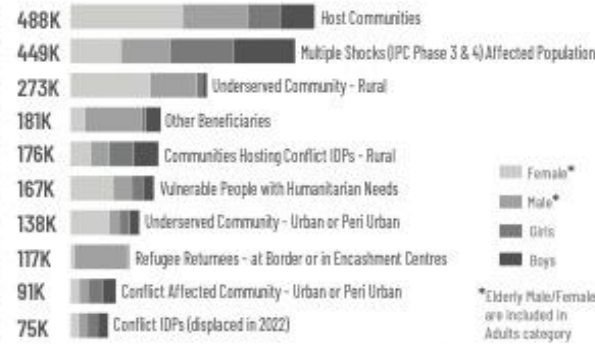
NUMBER and TYPE of ORGANIZATIONS by CLUSTER/WORKING GROUP



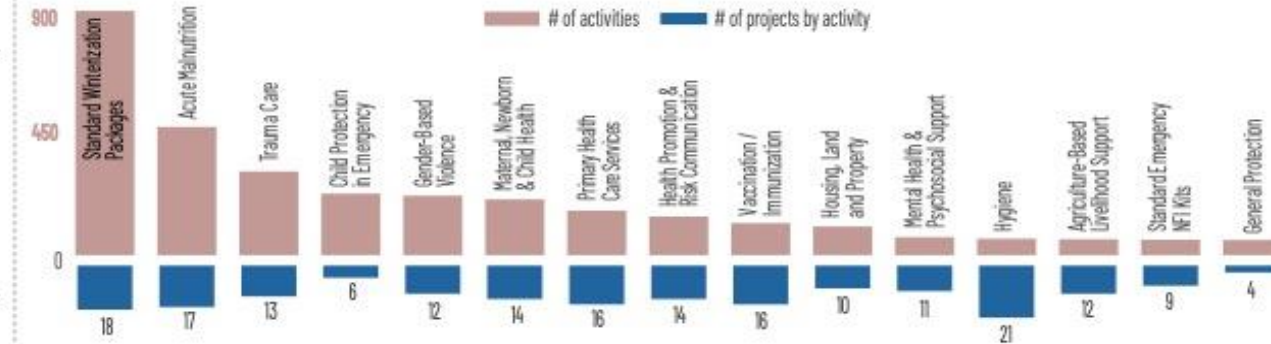
Based on data extracted from ReportHub, the number of services to beneficiaries decreased from 3.59M in December 2021 to 2.75M in January 2022. In January, a total of 137 projects were active, 48 of which catered to COVID-19 response. The Health Cluster has the most active projects (36) and reported the highest number of activities (1,125) while the WASH Cluster has provided the most services to beneficiaries (796K). Provision of Standard Winterization Packages cover most of the activities (937) addressing mostly the host communities, vulnerable people with humanitarian needs and conflict IDPs (displaced in 2021 and 2022).

This dashboard provides a snapshot of 5W data in Afghanistan as reported to ReportHub by implementing partners during the period. By analyzing and visualizing information related to projects, activities (including COVID-19-related activities), and services to beneficiaries, the dashboard aims to assist humanitarian actors in Afghanistan by helping them to identify patterns, trends, and gaps in their responses. This information can be used by partners to inform their decisions related to either re-aligning, re-programing, or planning their projects and activities.

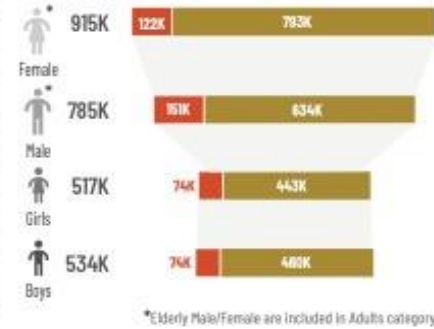
BENEFICIARY TYPE WITH >75K SERVICES (by SEX and AGE)



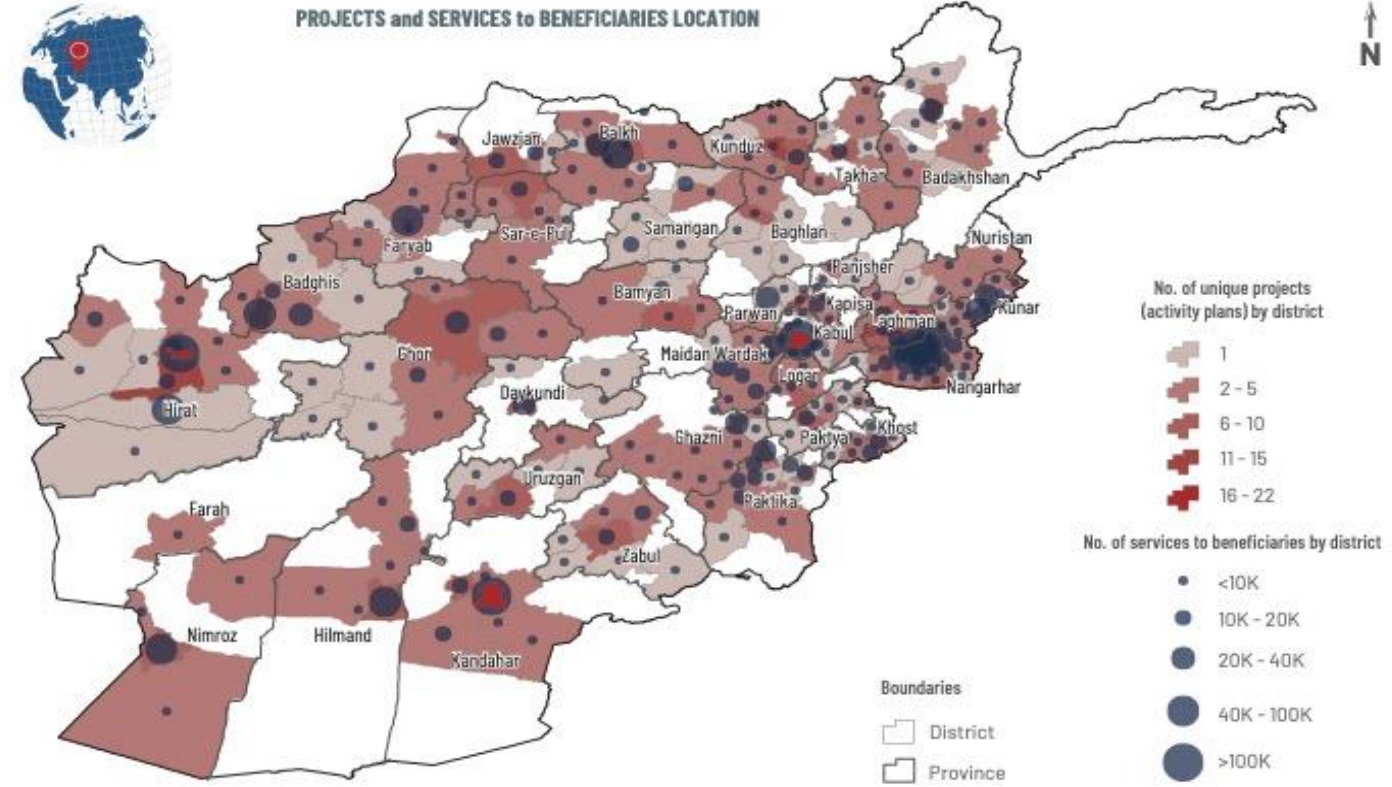
ACTIVITY TYPE (WITH >50 NUMBER of ACTIVITIES) and CORRESPONDING NUMBER of PROJECTS



SERVICES by DELIVERY TYPE (SEX/AGE)



PROJECTS and SERVICES to BENEFICIARIES LOCATION



The boundaries, denominations, and designations displayed in this product are defined by the data shared with iMMAP. At iMMAP we visualize data, we do not create it, so these elements and freshness of the data are the responsibility of the data providers and no endorsement nor acceptance of it by iMMAP or USAID can be assumed. This dashboard is made possible by the generous support of the American people through USAID. *Please note that some figures were rounded to the nearest whole number so may not sum to the exact total. Data extracted and creation date: February 17, 2022 Data sources: Partners actively reporting in ReportHub (https://reporthub.org), Afghan Geodesy and Cartography Head Office (AGCHO) Feedback: rep-afghanistan@immap.org.